

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**ESTÍMULOS PROXIMAIS E DISTAIS:
AS CRÍTICAS DE DAVIDSON A QUINE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Karen Giovana Videla da Cunha Naidon

Santa Maria, RS, Brasil.

2012

**ESTÍMULOS PROXIMAIS E DISTAIS:
AS CRÍTICAS DE DAVIDSON A QUINE**

Karen Giovana Videla da Cunha Naidon

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Áreas de Concentração em Filosofias Continental e Analítica, linha de pesquisa Análise da Linguagem e Justificação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Filosofia.**

Orientador: Prof. Dr. Albertinho Luiz Gallina

Santa Maria, RS, Brasil.

2012

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Naidon, Karen Giovana Videla da Cunha
Estímulos proximais e distais: as críticas de Davidson
a Quine / Karen Giovana Videla da Cunha Naidon.-2012.
109 p.; 30cm

Orientador: Albertinho Luiz Gallina
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Filosofia, RS, 2012

1. Frases de observação. 2. Estímulos proximais. 3.
Estímulos distais. I. Gallina, Albertinho Luiz II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**ESTÍMULOS PROXIMAIS E DISTAIS:
AS CRÍTICAS DE DAVIDSON A QUINE**

elaborada por
Karen Giovana Videla da Cunha Naidon

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Filosofia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Albertinho Luiz Gallina, Dr.
(Presidente/Orientador)

Carlos Augusto Sartori, Dr. (UFSM)

Sofia Albornoz Stein, Dr. (UNISINOS)

Santa Maria, 12 de Setembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Albertinho Luiz Gallina, que aceitou me orientar durante o mestrado, que me auxiliou durante a realização deste trabalho e que teve paciência em todos os momentos.

Agradeço ao professor Dirk Greimann, meu primeiro orientador e aquele que me apresentou para a pesquisa filosófica e para o debate que ora é tema desta dissertação. Muito obrigada por seu exemplo, por seus ensinamentos e pelas mais belas palavras de incentivo que já recebi de um professor!

Agradeço ao professor Rogério Passos Severo, que me ajudou durante a concretização do projeto que resultou nesta dissertação, bem como forneceu bibliografia sobre o tema.

Agradeço à professora Sofia Albornoz Stein e ao professor Carlos Augusto Sartori, que aceitaram tão gentilmente integrar a banca examinadora deste trabalho.

Agradeço a todos os professores do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria, cujo trabalho foi sempre um incentivo para que eu jamais deixasse de querer estudar filosofia.

Agradeço aos colegas do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria, que propiciaram um agradável ambiente de estudo.

Agradeço à minha irmã Nicol e ao meu sobrinho Felipe, que, mesmo a distância, sempre estiveram comigo, em meus pensamentos, dentre as pessoas que mais amo.

Agradeço ao meu amigo Iran, que desde sempre me ajuda toda vez que preciso.

Agradeço à minha mãe Ana Graciela, que sempre apoiou incondicionalmente os meus estudos, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, dos melhores aos piores, fornecendo-me carinho, amor, apoio, incentivo e um exemplo a seguir.

Agradeço ao meu namorado Mateus, a pessoa mais querida, compreensiva, amorosa e especial que já conheci em minha vida. Muito obrigada por todos os momentos pelos quais passamos e pelo apoio e incentivo sem os quais este trabalho não teria sido realizado!

Por fim, agradeço ao CNPq, que apoiou financeiramente a realização deste trabalho.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Santa Maria

ESTÍMULOS PROXIMAIS E DISTAIS: AS CRÍTICAS DE DAVIDSON A QUINE

AUTORA: KAREN GIOVANA VIDELA DA CUNHA NAIDON

ORIENTADOR: ALBERTINHO LUIZ GALLINA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 11 de setembro de 2012.

Há aproximados trinta anos, iniciou-se um debate entre os filósofos W. V. O. Quine e D. Davidson a respeito de onde deveria ser situado, na cadeia causal mundo-falante, o elemento que determina o significado empírico de frases de observação – doravante, chamar-se-á tal elemento de “estímulo”. De acordo com Quine, que sustenta o que se pode chamar de “concepção proximal”, tal estímulo estaria localizado na superfície sensorial do falante, ou seja, em posição próxima a este em referida cadeia causal – estímulo proximal –; Davidson, por outro lado, critica a concepção proximal, pelo fato de que a mesma não seria capaz de explicar a natureza pública da linguagem, e sugere a Quine seu abandono em prol da concepção distal, por ele próprio sustentada, conforme a qual tal estímulo estaria situado nos próprios objetos e eventos sobre os quais falam as frases, isto é, em posição mais distante do falante – estímulo distal. Apesar da sugestão de Davidson, Quine insiste até o final de sua obra em não adotar oficialmente a concepção distal, introduzindo, contudo, algumas modificações em sua concepção a fim de escapar às críticas procedidas por aquele autor. Tendo em vista essa divergência entre os dois autores, a presente dissertação tem como objetivo proceder à reconstrução e avaliação desse debate. Há que se ressaltar, antes de tudo, que Quine é um filósofo muito sistemático e que suas teses estão intimamente conectadas entre si, de modo que se faz necessária uma visão mais geral de sua filosofia sempre que se deseja entender um problema específico que se encontra nela inserido, sob pena de prejudicar a adequada compreensão do mesmo. Por essa razão, este trabalho será dividido em duas partes principais: a primeira delas será reservada à tentativa de situar o problema central que será nele examinado no bojo mais amplo da filosofia quineana como um todo, enquanto a segunda parte será dedicada propriamente à reconstrução do debate. A conclusão a que se chega é que a formulação final da concepção de Quine pode ser considerada satisfatória como solução de muitos problemas da formulação inicial da concepção proximal desde se siga a sugestão de Lars Bergström e se entenda que o significado de uma frase de observação deve consistir nas disposições de um sujeito para assentir ou dissentir a ela, em vez de identificar o significado com o conjunto de estímulos proximais que o falante vincula a ela. Ademais, por mais que seja possível levantar objeções contra a solução final de Quine, ela pode ser considerada a saída mais adequada aos problemas da concepção proximal quando comparada à sugestão feita por Davidson, uma vez que a adoção da concepção distal não seria satisfatória para os propósitos filosóficos de Quine.

Palavras-chave: Frases de observação. Estímulos proximais. Estímulos distais.

ABSTRACT

Master's Thesis
Postgraduate Program in Philosophy
Federal University of Santa Maria

PROXIMAL AND DISTAL STIMULI: DAVIDSON'S CRITICISM TO QUINE

AUTHOR: KAREN GIOVANA VIDELA DA CUNHA NAIDON

ADVISOR: ALBERTINHO LUIZ GALLINA

Date and Place of Defense: Santa Maria, September 11th, 2012

There are approximately thirty years, started a debate among philosophers W. V. O. Quine and D. Davidson about where it should be located in the causal chain speaking- world, the element that determines the empirical meaning of observation sentences - henceforth will call this element of "stimulus." According to Quine, who supports what might be called the "proximal conception," such stimulus would be located on the sensory surface speaker, ie, in a position close to him in this causal chain - proximal stimulus -; Davidson, on the other hand, criticizes the proximal conception, because it would not be able to explain the public nature of language and he suggests Quine to abandon the proximal conception in favor of distal conception, sustained by himself, according to which such a stimulus would be located in own objects and events about which the sentences speak, ie, in a position farther from the speaker - distal stimulus. Despite the suggestion of Davidson, Quine insists until the end of his work in not officially sustain the distal conception, introducing, however, some modifications in its conception in order to escape the criticism proceeded by the author. Given this di-vergence between the two authors, this work aims to carry out the reconstruction and evaluation of this debate. It should be noted, first of all, that Quine is a philosopher very systematic and his theses are closely interconnected, so it is necessary a more general overview of his philosophy whenever one want to understand a particular problem that is inserted in it, otherwise prejudice the proper understanding of it. Therefore, this work will be divided into two main parts: the first one will be reserved for the attempt to situate the central problem that it will be examined in the wake of broader Quinean philosophy as a whole, while the second part will be devoted to the reconstruction of the debate. The conclusion reached is that the final formulation of the conception of Quine can be considered as satisfactory solution of many problems of the initial formulation of proximal conception since we follow the suggestion of Lars Bergström and understand that the meaning of a observation sentence must consist of a subject's dispositions to assent and dissent to sentence, instead of identifying the meaning with set of proximal stimuli that the speaker ties to sentence. Furthermore, though it may be possible to raise objections to the Quine's final solution, it may be considered more appropriate solution to the problems of proximal conception since compared to the suggestion made by Davidson, because the adoption of conception distal would not be satisfactory for Quine's philosophical purposes.

Keywords: Observation sentences. Proximal stimulus. Distal stimulus.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O LUGAR DAS FRASES DE OBSERVAÇÃO NA FILOSOFIA DE QUINE	17
Introdução.....	17
1.1 A tarefa e o status da filosofia: os projetos filosóficos de Quine e seu naturalismo... 18	18
1.2 Projeto epistemológico de Quine e as frases de observação..... 30	30
1.2.1 Considerações de Quine por uma abordagem não genética	31
1.2.1.1 Crítica aos dois dogmas do empirismo e holismo epistemológico	32
1.2.1.2 Holismo semântico	43
1.2.2 Considerações de Quine por uma abordagem genética.....	45
1.2.3 O lugar das frases de observação	56
2 CONCEPÇÃO PROXIMAL QUANTO AO SIGNIFICADO E À EVIDÊNCIA: CARACTERIZAÇÃO E DIFICULDADES	63
Introdução.....	63
2.1 Formulação inicial da concepção proximal e o problema da homologia das redes neurais receptoras de diferentes falantes	65
2.2 Críticas de Davidson	84
2.3 Reação de Quine: como ele tenta solucionar os problemas da concepção proximal?	89
2.3.1 “Three Indeterminacies” e “Pursuit of Truth”	89
2.3.2 “From Stimulus to Science” e “Progress on Two Fronts”	94
2.3.3 A solução final de Quine foi a mais adequada?.....	99
CONCLUSÃO	105
BIBLIOGRAFIA	107

INTRODUÇÃO

Há aproximados trinta anos, iniciou-se um debate entre os filósofos W. V. O. Quine e D. Davidson a respeito de onde deveria ser situado, na cadeia causal mundo-falante, o elemento que determina o significado empírico de frases de observação – doravante, chamar-se-á tal elemento de “estímulo”¹. De acordo com Quine, que sustenta o que se pode chamar de “concepção proximal”, tal estímulo estaria localizado na superfície sensorial do falante, ou seja, em posição próxima a este em referida cadeia causal – estímulo proximal –; Davidson, por outro lado, critica a concepção proximal, pelo fato de que a mesma não seria capaz de explicar a natureza pública da linguagem, e sugere a Quine seu abandono em prol da concepção distal, por ele próprio sustentada, conforme a qual tal estímulo estaria situado nos próprios objetos e eventos sobre os quais falam as frases, isto é, em posição mais distante do falante – estímulo distal. Apesar da sugestão de Davidson, Quine insiste até o final de sua obra em não adotar oficialmente a concepção distal, introduzindo, contudo, algumas modificações em sua concepção a fim de escapar às críticas procedidas por aquele autor. Tendo em vista essa divergência entre os dois autores, a presente dissertação tem como objetivo proceder à reconstrução e avaliação desse debate.

Há que se ressaltar, antes de tudo, que Quine é um filósofo muito sistemático e que suas teses estão intimamente conectadas entre si, de modo que se faz necessária uma visão mais geral de sua filosofia sempre que se deseja entender um problema específico que se encontra nela inserido, sob pena de prejudicar a adequada compreensão do mesmo. Por essa razão, este trabalho será dividido em duas partes principais: a primeira delas será reservada à tentativa de situar o problema central que será nele examinado no bojo mais amplo da filosofia quineana como um todo, enquanto a segunda parte será dedicada propriamente à reconstrução do debate.

O primeiro ponto a ser abordado, essencial para a compreensão da filosofia de Quine, consiste em sua adoção de uma postura naturalista. Segundo o autor, o naturalismo seria “o reconhecimento de que é de dentro da ciência, e não em alguma filosofia anterior, que a realidade deve ser identificada e descrita.” (QUINE, 1981, p. 21) Para ele, a filosofia estaria no mesmo patamar das ciências, uma vez que seria impossível o que ele chama de “exílio

¹ A expressão “estímulo” será utilizada para fazer referência ao elemento da cadeia causal mundo-falante que fornece o significado empírico de frases de observação, mas sem especificar qual elemento é, ou seja, onde está situado nessa cadeia. Tal procedimento é adotado pela literatura sobre o tema, que costuma, inclusive, falar de estímulo proximal e estímulo distal para especificar a qual estímulo se refere.

cósmico”, isto é, uma suposta posição em que o investigador atua externamente a esquemas conceituais, sem os assumir como ponto de partida de seus estudos. Sendo assim, o filósofo, em suas investigações, deveria sentir-se livre para recorrer aos conhecimentos estabelecidos por aquilo que, segundo ele, seria “a mais bem sucedida tentativa de conhecimento” (HYLTON, 2007, p. 8), qual seja, a ciência. Ademais, a filosofia, estando no mesmo patamar das ciências naturais, deveria seguir seus métodos de investigação.

Tendo sempre o naturalismo como um ponto de partida, Quine centra sua filosofia em duas preocupações básicas²: uma delas, de cunho epistemológico, é com o conhecimento humano sobre o mundo; a outra preocupação, de cunho metafísico, é com as características mais gerais desse mundo do qual os seres humanos fazem parte e sobre o qual tentam obter conhecimento. Tais preocupações acabam por resultar em dois projetos, um epistemológico e um metafísico, os quais constituiriam, de acordo com Peter Hylton (2007, p. 4, *tradução nossa*), aspectos de um único projeto mais geral: “articular e defender uma visão naturalista completa do mundo.”

Desses dois projetos, é o projeto epistemológico aquele em que se insere, mais especificamente, o ponto de divergência entre Quine e Davidson que constitui tema desta dissertação, razão pela qual esta estará nele centrada. A questão epistemológica central para Quine, para cuja resposta se dirige seu projeto, consiste em explicar como os seres humanos, a partir de seus escassos indícios empíricos sobre o mundo, a saber, as estimulações de seus receptores sensoriais, chegaram a elaborar sua teoria sobre o mundo, a qual excede amplamente tais indícios.

Em sua descrição da teoria humana sobre o mundo, Quine costuma utilizar-se de uma metáfora: tal teoria seria, para ele, como uma rede de frases que constituiriam as crenças dos seres humanos sobre o mundo. Nessa rede, algumas frases estariam situadas mais ao centro e, por isso, estariam mais distantes dos indícios empíricos que os seres humanos têm sobre o mundo, ao passo que outras frases estariam situadas mais na periferia da rede e estariam ligadas mais diretamente a esses indícios. As frases mais diretamente ligadas às estimulações sensoriais são chamadas por Quine de “frases de observação”. Tais frases, devido a essa vinculação mais direta com as estimulações, teriam um papel crucial dentro da teoria: seriam

² Segue-se aqui a interpretação de Peter Hylton no que concerne às preocupações filosóficas e projetos de Quine. Roger Gybson (1988), por exemplo, afirma estar a filosofia de Quine centrada apenas na preocupação epistemológica, no sentido que será descrito ao longo desta seção. Contudo, como Hylton (2007, p. 370) observa, “boa parte do pensamento de Quine não pode ser reduzida tão somente a suas preocupações epistemológicas.” De qualquer forma, a opção pela interpretação de Hylton no que tange a este ponto não interferirá na consecução do objetivo desta dissertação, pois o problema nela abordado diz respeito propriamente mais às preocupações epistemológicas de Quine, com respeito às quais seus comentadores concordam em afirmar que ele as possuía.

responsáveis por fornecer a ela seu conteúdo empírico. Ademais, devido a esse papel que cumprem dentro da teoria, as frases de observação ocupam um lugar especial dentro do projeto epistemológico de Quine, uma vez que pretende explicar como os seres humanos adquirem sua teoria sobre o mundo e que tal aquisição dar-se-ia, para o autor, a partir dos indícios empíricos que os seres humanos têm sobre o mundo, isto é, das estimulações sensoriais por eles recebidas.

Dado o lugar especial que as frases de observação ocupam no projeto epistemológico de Quine e, assim, em sua filosofia, é de primordial relevância a questão acerca do que fornece a elas o seu significado empírico. É precisamente sobre a resposta adequada a essa questão que incide a divergência entre Quine e Davidson, a qual enseja seu debate.

Como dito acima, Quine adota uma concepção proximal como posição oficial, segundo a qual as estimulações sensoriais dos falantes seriam determinantes para o significado empírico das frases de observação. Esta concepção, contudo, sofreu algumas alterações ao longo dos anos em virtude das dificuldades por ela enfrentadas, algumas delas percebidas pelo próprio Quine e outras apontadas por outros autores, dentre os quais Davidson. O principal problema percebido por Quine com sua formulação da concepção proximal consiste na pressuposição implícita de uma homologia das redes neuronais receptoras de diferentes falantes, o que lhe permitiria atribuir a diferentes falantes as mesmas ou semelhantes estimulações sensoriais, o que era requerido para dizer-se que uma frase de observação tem o mesmo significado para ambos, ou seja, que possui um significado intersubjetivo. Quine reconhece não haver razão para pressupor dita homologia e, então, procede a algumas alterações em sua concepção a fim de explicar a intersubjetividade das frases de observação sem recurso a essa pressuposição.

Mesmo após Quine ter introduzido algumas alterações, Davidson dirigiu algumas críticas à concepção proximal, relacionadas ao problema da pressuposição de homologia, e sugeriu a Quine que a melhor alternativa para escapar às dificuldades que ela enfrenta seria abandoná-la e passar a sustentar uma concepção distal, conforme a qual os próprios objetos e eventos no mundo sobre os quais as frases falam é que seriam determinantes para o seu significado empírico. Quine, contudo, não aceitou a sugestão de Davidson de adotar a concepção distal, uma vez que ela não seria adequada para os seus propósitos filosóficos. Ele preferiu modificar sua concepção sem abandonar o recurso às estimulações sensoriais.

Diante disso, impõe-se aferir a adequação da reação de Quine frente às críticas e à sugestão de Davidson, o que será feito na segunda parte deste trabalho, após a apresentação

das diferentes formulações assumidas pela concepção proximal ao longo da obra de Quine, bem como das críticas procedidas por Davidson.

1 O LUGAR DAS FRASES DE OBSERVAÇÃO NA FILOSOFIA DE QUINE

Introdução

Na primeira parte desta dissertação, tentar-se-á apresentar uma visão geral do projeto filosófico de Quine e do lugar que as frases de observação ocupam nele, expondo, assim, alguns elementos necessários para compreender o problema nela abordado. O objetivo, especificamente, é conseguir, ao final, situar dito problema no contexto mais amplo da filosofia quineana, a fim de mostrar sua importância e o exato sentido que assume em seu bojo.

Para tanto, iniciar-se-á (na seção 1) com uma exposição das principais preocupações filosóficas de Quine e dos projetos nos quais se desdobram, bem como de sua postura naturalista, que é fundamental na formulação e tentativa de solução dos problemas com os quais se ocupa. Em um segundo momento (na seção 2), a exposição estará mais centrada em um dos projetos de Quine, o projeto epistemológico, que possui como foco, como será visto, a explicação das relações entre teoria e seu suporte evidencial. Discorrer-se-á (na seção 2.1), primeiramente, sobre o holismo Quine que sustenta, tanto epistemológico quanto semântico, a fim de fornecer subsídios para compreender a visão de Quine sobre a relação entre uma teoria e aquilo que lhe dá suporte evidencial, como também significado. Depois disso, serão apresentados (na seção 2.2) alguns passos dados por Quine para a consecução de seu projeto epistemológico através de uma abordagem genética, a qual ele aponta como a mais adequada. Em sua abordagem genética, o estudo sobre as relações entre teoria e seu suporte evidencial é realizado através do estudo do processo de aquisição da linguagem na qual a teoria é expressa. Desse modo, serão aqui apresentadas sucintamente as explicações quineanas a respeito do aprendizado da linguagem. Todas essas considerações servirão de preparação para que se possa, em um momento posterior (na seção 2.3), precisar o papel desempenhado pelas frases de observação no contexto de uma teoria e, conseqüentemente, seu lugar dentro da filosofia quineana como um todo.

1.1 A tarefa e o status da filosofia: os projetos filosóficos de Quine e seu naturalismo

A filosofia de Quine está centrada, pode-se dizer, em duas preocupações básicas: uma delas, de cunho epistemológico, é com o conhecimento humano sobre o mundo; a outra preocupação, de cunho metafísico, é com as características mais gerais desse mundo do qual os seres humanos fazem parte e sobre o qual tentam obter conhecimento. Tais preocupações acabam por resultar em dois projetos, um epistemológico e um metafísico, os quais constituiriam, de acordo com Peter Hylton (2007, p. 4), aspectos de um único projeto mais geral: “articular e defender uma visão naturalista completa do mundo.”³

A partir dessas colocações introdutórias, pode-se detectar a menção a um elemento de fundamental importância na filosofia de Quine, a saber, seu naturalismo. Para compreender adequadamente as preocupações do autor, então, faz-se necessário entender o que seria exatamente essa sua postura naturalista. Para entender esta última, por sua vez, convém ter em mente a quais visões ele estava se opondo ao optar por ela e é para tanto que será realizado um breve incursão nos projetos da epistemologia tradicional, sobretudo nos do empirismo lógico do Círculo de Viena, em que está inserido Rudolf Carnap, cujas concepções influenciaram grandemente as de Quine e acabaram também sendo alvo de muitas das críticas deste autor.

Na descrição de Quine (1975, p. 165), a tarefa à qual a epistemologia se dedicou tradicionalmente é a de fundamentação das ciências. Como exemplos de programas de fundamentação, podem ser citados o programa logicista, que visava fundamentar a matemática, ou parte dela, com base na lógica⁴ – que tem em Frege um de seus expoentes –, bem como o programa de fundamentação do conhecimento natural com base na experiência sensível – ao qual se dedicaram, conforme Quine, autores como Hume, Russell e Carnap.

Os programas de fundamentação das ciências assumiram, em cada caso, duas espécies de estudos: os conceituais e os doutrinários. Os estudos conceituais tratavam do significado dos conceitos de um ramo do conhecimento, tentando esclarecê-los por meio da definição deles em termos de outros conceitos considerados mais claros – em última análise, segundo Quine, em termos de idéias claras e distintas. Já os estudos doutrinários, por sua vez, diziam respeito à

³ Como afirma Peter Hylton (2007, p. 4), Quine tem sido amplamente visto como um filósofo negativo, dedicando-se primariamente a trabalhos em que procede críticas a concepções de outros filósofos. De acordo com Hylton, porém, o objetivo precípua de Quine seria construtivo e estaria consubstanciado em seus projetos epistemológico e metafísico. Os momentos em que Quine dirige críticas a outros filósofos teriam como finalidade principal defender suas concepções contra seus opositores.

⁴ Como Quine observa, o projeto acabou sendo, a rigor, uma tentativa de redução da matemática não apenas à lógica, mas à lógica e teoria dos conjuntos. (1969, p. 163)

verdade das frases ou leis de um ramo do conhecimento, objetivando justificá-las através da sua derivação a partir de frases ou leis mais certas – em última instância, a partir de frases cuja verdade é auto-evidente. (QUINE, 1975, p. 163)

O intuito dos programas de fundamentação das ciências era, pode-se dizer, torná-las mais seguras, ou seja, tentar fornecer garantia de que o alegado conhecimento por elas fornecido é de fato conhecimento e que não há como se estar enganado quando se crê em suas leis. Para tanto, então, é que seria necessária a clareza dos conceitos envolvidos na formulação dessas leis, como também que elas fossem justificadas com base em leis auto-evidentes, adquirindo, assim, a certeza que estas possuem. O atingimento de referidas metas, precisamente, foi o que se pretendeu alcançar através dos estudos conceituais e doutriniais que compuseram os programas de fundamentação.

De acordo com Quine, contudo, apesar dos esforços dedicados, tais programas de fundamentação, tanto no âmbito da matemática quanto no do conhecimento natural, teriam fracassado. No que atine à fundamentação da matemática, Quine observa que o que se procedeu, no âmbito do programa logicista, não foi propriamente uma redução da matemática à lógica, uma vez que se fez necessário o recurso à teoria dos conjuntos. Um problema daí decorrente é que a teoria dos conjuntos não é considerada certa e evidente como o é a Lógica e, por conseguinte, não possui serventia para fundamentar a matemática. Como Quine (1975, p. 163) afirma sobre as verdades finais, isto é, os axiomas da teoria dos conjuntos, “a certeza e a obviedade que falam em seu favor são inferiores aos da maioria dos teoremas matemáticos que delas derivaríamos.” Além disso, a definição dos conceitos matemáticos em termos de conceitos da teoria dos conjuntos não resulta em conceitos mais claros, como pretendiam obter os logicistas. Outro fator determinante para considerar-se fracassado este programa consiste no advento do teorema de Goedel, que prova a inviabilidade da construção de um sistema axiomático consistente para a matemática, o que mina, ao que parece, a possibilidade de construí-la como um ramo da lógica. (QUINE, 1975, p. 163)

No que diz respeito à fundamentação do conhecimento natural, tanto a meta dos estudos conceituais de definir os conceitos das ciências naturais em termos observacionais, quanto a meta dos estudos doutriniais de justificar o conhecimento natural com base na experiência sensível mostraram-se inatingíveis.

Das duas metas, a primeira a ser reconhecida como inatingível foi a meta dos estudos doutriniais. Isso porque, para justificar o conhecimento natural com base na experiência sensível, seria necessário que fosse possível derivar todas as frases que o compõem a partir de frases sobre a experiência sensível. Entretanto, como afirma Quine, os epistemólogos, pelo

menos desde Hume, tiveram de reconhecer a inviabilidade de tal tarefa, em razão do assim chamado “problema da indução”. Este problema consiste na impossibilidade de derivar uma frase geral a partir de todas as frases singulares que ela implica. Dita impossibilidade decorre do fato de ser impossível verificar todas as frases singulares possíveis, de cuja verdade depende a verdade da frase geral que se está tentando provar. Dessa maneira, uma frase geral como “Todos os corvos são pretos.”, por exemplo, não pode ser derivada a partir de todas as frases singulares do tipo “Este corvo é preto.”, pois não há como verificar todas as frases possíveis deste último tipo.⁵

Com relação à meta dos estudos conceituais, Quine reconhece terem havido, em seu bojo, consideráveis avanços, sobretudo em virtude da utilização de recursos como a definição contextual⁶ e conceitos da teoria dos conjuntos⁷, que foram empregados por autores como Russell e Carnap. Contudo, a meta dos estudos conceituais de definir os conceitos das ciências naturais em termos observacionais não foi atingida.

A fim de mostrar como se deu o fracasso em atingir essa meta, Quine toma em consideração os desenvolvimentos realizados por Carnap em seu “Der Logische Aufbau der Welt”, o qual, para ele, teria sido quem mais se aproximou de sua consecução. O projeto carnapiano, pode-se dizer, era o de reconstrução racional do conhecimento físico. Nesse sentido, ele propôs que o discurso fisicalista, a respeito de coisas físicas, fosse construído em termos que se referissem à experiência sensível, com o auxílio da lógica e da teoria dos conjuntos. Cada conceito físico seria construído por meio de sua definição contextual nesses termos, ou seja, por meio da tradução das frases completas em que podem ocorrer em frases equivalentes em que são empregados termos observacionais, lógica e teoria dos conjuntos.

⁵ Acerca disso, Quine (1975, pp. 165-166) diz: “A generalização mais modesta acerca de traços observáveis cobrirá casos em maior número do que aqueles que poderão vir a ser observados efetivamente por quem a profere.”

⁶ A aceitação e adoção da definição contextual estão ligadas ao reconhecimento de que é no contexto de uma frase que os termos adquirem significado, não fazendo sentido, portanto, buscar por uma definição do mesmo fora desse contexto. Nesse sentido, na definição contextual o termo é definido nos contextos em que pode estar inserido, e não tomado isoladamente. A maneira como isso é feito consiste em indicar de que modo podem ser traduzidas as frases completas em que o termo que está sendo definido pode ser utilizado. Aquele que aceita a definição contextual, então, não precisa “especificar um objeto para o termo referir, nem especificar uma palavra ou frase sinônima.” (QUINE, 1975, p. 164) Sendo assim, torna-se dispensável, conforme Quine (1975, p. 165), o procedimento realizado por Hume e Johnson, os quais, na tentativa de definir o termo “corpo”, identificaram corpos com impressões sensoriais. Ao invés disso, eles poderiam ter recorrido, de acordo com Quine, à definição contextual de “corpo”, mostrando como traduzir as frases em que esse termo pode ocorrer em frase sobre impressões sensoriais. (QUINE, 1975, p. 165)

⁷ Segundo Quine, o epistemólogo que se dedica à fundamentação do conhecimento natural e que recorre aos conceitos da Teoria dos Conjuntos terá a vantagem de poder falar, não apenas de impressões sensíveis, mas também de classes de impressões sensíveis e de classes de classes de impressões sensíveis. Tal recurso, conforme Quine, fará com que esse epistemólogo avance consideravelmente em seus estudos conceituais. (QUINE, 1975, p. 165)

Com tal definição, far-se-ia uma redução por tradução dos conceitos físicos a conceitos observacionais, lógica e teoria dos conjuntos e, com essa redução, proceder-se-ia sua eliminação, “mostrando que eles são teoricamente dispensáveis” (QUINE, 1975, p. 167).

Conforme Quine, porém, embora Carnap tenha esboçado esse projeto no *Aufbau*, ele sequer obteve êxito em mostrar como proceder referida redução tradutiva. Em obras posteriores – como “Testability and Meaning” –, inclusive, Carnap parece reconhecer a impossibilidade de realizar a mesma, uma vez que abandona a redução tradutiva em prol de formas redutivas mais fracas, as quais, ao contrário daquela, não eliminam o termo que está sendo explicado. Sendo assim, Quine conclui, nem mesmo Carnap, aquele que mais avançou no lado conceitual do projeto de fundamentação do conhecimento natural, conseguiu cumprir a meta dos estudos conceituais, tendo em vista que não conseguiu mostrar como realizar a redução tradutiva (QUINE, 1975, p. 167).

Há que se acrescentar, porém, que, na visão de Quine, não apenas não se conseguiu mostrar, a exemplo de Carnap, como a tradução de frases sobre coisas físicas em frases sobre termos observacionais pode ser realizada; para aquele autor, trata-se, mais precisamente, de uma tarefa inviável. E ele possui uma razão bem específica para pensar desse modo: a razão reside em sua adoção de uma postura holista com respeito à confirmação, segundo a qual não seria possível em geral destacar, para uma frase isolada, um conjunto de experiências possíveis que a confirmariam e a infirmariam.⁸ Segundo Quine, essa impossibilidade, aliada à adoção de uma teoria verificacional do significado, como a sustentada por Carnap e outros empiristas do Círculo de Viena, conforme a qual o significado de uma frase consistiria em seus métodos de verificação, acabaria por impedir a tradução de cada frase sobre coisas físicas em frases sobre termos observacionais. Desse modo, dita tradução seria, para Quine, inviável em princípio e não apenas uma tarefa que não se conseguiu realizar. Em sendo inviável cumprir essa tarefa de tradução, Quine parece concluir que a própria meta dos estudos conceituais vem a ser algo inatingível. (QUINE, 1975, p. 168)

Frente ao fracasso dos projetos de fundamentação aos quais se dedicou a epistemologia tradicional, Quine surge, então, com uma visão alternativa a respeito da tarefa e do próprio lugar da epistemologia e da filosofia de um modo geral. Isso porque os projetos de fundamentação das ciências estavam baseados na visão de que a filosofia e, assim, a epistemologia, seriam anteriores às ciências, tendo, portanto, uma posição privilegiada que

⁸ Para Quine, há exceções a essa impossibilidade, estando, dentre elas, as frases que ele chama “frases de observação”. Um exemplo de frase de observação seria “Isto é vermelho”.

lhes permitiria cumprir seu intento. É precisamente essa anterioridade ou posição privilegiada da filosofia que Quine pretende negar ao assumir uma postura naturalista.

Segundo o autor, o naturalismo seria “o reconhecimento de que é de dentro da ciência, e não em alguma filosofia anterior, que a realidade deve ser identificada e descrita.” (QUINE, 1981, p. 21) Para ele, a filosofia estaria no mesmo patamar das ciências, uma vez que seria impossível o que ele chama de “exílio cósmico”, isto é, uma suposta posição em que o investigador atua externamente a esquemas conceituais, sem os assumir como ponto de partida de seus estudos. Referido exílio, ao que parece, é o que é pressuposto por aqueles que sustentam a anterioridade da filosofia. Conforme Quine (1960, pp. 275-276), entretanto, jamais poderia alguém estar em dita posição, pois sempre se parte de algum esquema conceitual, de algum alegado conhecimento que é prévio à investigação, inclusive quando se trata de uma investigação filosófica.

Nesse sentido, então, a adoção do naturalismo por parte de Quine traz consigo a permissão para que o filósofo apele para os conhecimentos e descobertas das ciências naturais, tanto na formulação quanto na tentativa de resolução dos problemas aos quais se dedicará. A explicação de Quine para essa permissão parece ser a seguinte: se o exílio cósmico é impossível e não há como não usar conhecimento prévio algum, então o mais adequado é recorrer aos conhecimentos estabelecidos por aquilo que, segundo ele, seria “a mais bem sucedida tentativa de conhecimento” (HYLTON, 2007, p. 8, *tradução nossa*), qual seja, a ciência.⁹

Assumindo tal permissividade, Quine faz oposição, mais uma vez, aos velhos epistemólogos – como chama os epistemólogos tradicionais, dedicados à fundamentação da ciência –, os quais temiam incorrer em circularidade e, por isso, não se permitiam recorrer ao conhecimento científico, cuja fundamentação estavam tentando efetuar – daí, talvez, sua tentativa de atribuir uma posição privilegiada à filosofia, que seria anterior à ciência. Quine, porém, considera desnecessária essa cautela. Como ele (1973, p. 2) observa, tanto o epistemólogo tradicional quanto o próprio cético que aquele pretendeu responder pressupõem o conhecimento que constitui seu objeto de estudo, embora possam não admitir isso.

Em “The Roots of Reference”, Quine cita Berkeley como um exemplo de pressuposição de conhecimento científico. Este último autor concebe aquilo que se recebe através dos sentidos – mais especificamente, através da visão –, os chamados “dados dos

⁹ Em “Word and Object”, Quine afirma: “Já que nenhuma investigação é possível sem algum esquema conceitual, podemos manter e usar o melhor que conhecemos – até o último detalhe da mecânica quântica, se nós o soubermos e ele for relevante.” (QUINE, 2010, p.25)

sentidos”, como elementos bidimensionais. A dimensão da profundidade, para Berkeley, seria resultado de uma construção inferencial a partir desses dados. Para Quine, contudo, o fato de Berkeley conceber os dados dos sentidos como bidimensionais decorre, embora ele não assuma, de um conhecimento prévio que lhe foi fornecido pela própria ciência: o conhecimento do “fato físico de que a superfície do olho é bidimensional”. (QUINE, 1973, p. 2, *tradução nossa*)

Conforme Quine (1973, pp. 2-3), a mesma espécie de pressuposição teria embasado também muitas dúvidas céticas levantadas ao longo da história da filosofia. Um exemplo disso, fornecido pelo autor, é o procedimento de muitos céticos de apontar a existência de ilusões com relação ao que é fornecido pelos sentidos com o fito de mostrar que os sentidos podem falhar, não havendo, dessa forma, certeza de que o que eles fornecem ao sujeito se dá de fato. Tal procedimento estaria, para Quine (1973, p. 3), baseado em um conhecimento científico prévio porque o “conceito de ilusão em si repousa sobre a ciência natural” e isso ocorre da seguinte maneira: ser uma “ilusão consiste simplesmente no desvio da realidade científica externa.”

Sendo assim, embora não o assumam, tanto o epistemólogo tradicional dedicado à tarefa de fundamentação da ciência quanto o cético pressupõem o conhecimento que constitui seu objeto de estudo, seja para fundamentar ou para colocá-lo em questão. Este fato, contudo, não constitui nenhuma surpresa para Quine, que, como antes mencionado, sustenta a impossibilidade do assim chamado “exílio cósmico”.

Além dessa liberdade para recorrer aos conhecimentos científicos, a filosofia deveria também, de acordo com o naturalismo quineano, seguir os métodos de investigação utilizados nas ciências naturais. Conforme Quine,

Nossa dissociação dos velhos epistemólogos tem trazido tanto liberdade quanto responsabilidade. Nós ganhamos acesso aos recursos da ciência natural e aceitamos as restrições metodológicas da ciência natural. (1973, p. 34, *tradução nossa*)

Pode-se perceber, do que foi exposto, que Quine não traça nenhuma distinção fundamental entre o conhecimento científico e o filosófico. A rigor, ele não traça qualquer distinção fundamental entre tipos de conhecimento: o conhecimento, em sua concepção, deve ser entendido como algo uno, portando tão somente diferenças em graus. Nesse sentido é sua

rejeição da distinção entre conhecimento *a priori* e *a posteriori*¹⁰, como também da distinção entre conhecimento científico e ordinário.

No que atine a esta última distinção, Quine a rechaça por pensar haver uma continuidade entre conhecimento científico e ordinário, visto que possuem as mesmas preocupações e modelos de evidência. (HYLTON, 2007, p. 8) Não obstante, a ciência seria, como dito anteriormente, “a mais bem sucedida tentativa de conhecimento” (HYLTON, 2007, p. 8) e é precisamente por isso, e não por uma suposta distinção fundamental entre ela e o conhecimento ordinário, que a filosofia deve seguir seus modelos e ter o conhecimento científico como ponto de partida.

Já a rejeição de Quine à distinção entre conhecimento *a priori* e *a posteriori*, por seu turno, está intimamente conectada com sua crítica à distinção entre frases analíticas e sintéticas. Em virtude disso, ela será tratada em pormenores mais adiante, na seção 2.1, quando se discorrerá sobre a crítica quineana à distinção analítico-sintético. Neste momento, cumpre tão somente frisar o quanto a rejeição da distinção *a priori* - *a posteriori* contribui para aproximar ainda mais conhecimento científico e filosófico. Tal se dá porque, além de negar, em virtude de seu naturalismo, um ponto de vista privilegiado ao filósofo, Quine nega, também, que aquilo que é estabelecido pelo filósofo seja um conhecimento *a priori*, tendo em vista que nega a distinção *a priori* - *a posteriori*. Sendo assim, o conhecimento filosófico, na concepção quineana, vem a ter o mesmo *status* epistêmico do conhecimento científico.

Ao assim entender, o autor acaba por se contrapor à concepção de Carnap a respeito da atividade filosófica. Carnap distingue entre atividades de primeira ordem, que seriam desenvolvidas pelo cientista no bojo de suas teorias e resultariam, em geral, em um conhecimento *a posteriori*, e as atividades de segunda ordem, que seriam realizadas pelo filósofo, o qual organiza, sistematiza, etc., as teorias científicas, e resultariam em um conhecimento *a priori*. A filosofia, então, por estabelecer um conhecimento *a priori*, cuja justificação se dá sem recurso à experiência, não forneceria conhecimento sobre o mundo na concepção carnapiana. Para Quine, no entanto, não haveria essa distinção entre atividades de primeira e de segunda ordem: toda atividade cognoscente, para ele, seria de primeira ordem e forneceria, se bem sucedida, conhecimento sobre o mundo, o que inclui a atividade filosófica. (HYLTON, 2007, p. 6)

Esta divergência entre Carnap e Quine a respeito da atividade filosófica e do *status* epistêmico do que é por ela estabelecido está relacionada a uma outra celeuma entre eles

¹⁰ A distinção entre conhecimento *a priori* e *a posteriori* consiste na distinção entre, respectivamente, um conhecimento que seria justificado sem recurso à experiência e outro que seria justificado com recurso a ela.

acerca da distinção entre questões internas e externas, a qual foi traçada por Carnap mas criticada por Quine. Essa distinção consiste numa dicotomia entre questões cuja resolução ocorre internamente a uma estrutura lingüística – *framework* – e, por isso, é guiada por critérios estabelecidos por essa estrutura – questões internas – e questões sobre a adoção ou não da própria estrutura lingüística, as quais não são solucionadas por critérios internos à mesma, mas sim por recurso a considerações pragmáticas – questões externas. Questões do primeiro tipo são consideradas por Carnap (1975) como teóricas, em virtude do apelo, para sua resolução, a critérios teóricos, internos à estrutura, ao passo que as questões do segundo tipo são consideradas por ele como questões práticas, em razão de sua solução não ser guiada por tais critérios.

Para Carnap, a resposta a uma questão interna será, em geral, um conhecimento *a posteriori*, podendo ser revisado quando os fatos falarem contra ele. Já a resposta a uma questão externa, por outro lado, será um conhecimento *a priori*, não sendo revisável uma vez que se assuma a estrutura lingüística em que está inserido. Vale ressaltar, porém, que Carnap sustenta uma noção de *a priori* distinta da mantida por outros autores que o antecederam: na versão carnapiana, um conhecimento *a priori* é irrevisável tão somente em relação à estrutura lingüística em que está inserido. Por conseguinte, há a possibilidade de revisar um conhecimento *a priori*, mas isso implicará uma mudança de estrutura lingüística.

Neste momento, está-se em melhores condições de compreender a afirmação de que, para Carnap, a atividade filosófica resulta em conhecimento *a priori*. Essa atividade, que ele caracteriza como de segunda ordem, visaria responder a questões externas, cujas respostas constituiriam um conhecimento *a priori* e irrevisável no sentido antes aludido. Quine, no entanto, rejeita a distinção carnapiana entre questões internas e externas e, dessa forma, nega, como já dito anteriormente, que a atividade filosófica seja de segunda ordem e estabeleça conhecimento *a priori*. Dita postura decorre, por seu turno, de sua crítica a duas distinções aceitas por Carnap: entre frases analíticas e sintéticas e entre conhecimento *a priori* e *a posteriori*. Este tema, contudo, será abordado na seção 2.1, conforme acima indicado.

Do que foi dito até o momento, pode ser afirmado, em suma, que, para Quine, a filosofia estaria no mesmo patamar que as ciências, já que o filósofo não goza de uma posição privilegiada, neutra teoricamente, partindo sempre, em sua investigação, já de um esquema conceitual prévio a ela. Ademais, o que o filósofo estabelece teria o mesmo *status* epistêmico do conhecimento científico, uma vez que o autor nega que haja conhecimento *a priori* – ao rejeitar a própria distinção entre *a priori* e *a posteriori*. Ante a isso e pelo fato de a ciência ser

a mais bem sucedida tentativa de conhecimento, a filosofia deveria perseguir os modelos de investigação vigentes na ciência, bem como ter o conhecimento científico como ponto de partida.

Diante desse *status* que Quine atribui à filosofia, impõe-se indagar quais foram, então, os seus propósitos enquanto um filósofo. Como anteriormente mencionado, as preocupações filosóficas de Quine estão centradas no conhecimento humano sobre o mundo e nas características mais gerais desse mundo que os seres humanos tentam conhecer. A partir dessas preocupações, podem ser traçados dois projetos presentes em sua filosofia, um epistemológico e o outro metafísico. Porém, antes de se adentrar na explicitação desses projetos propriamente ditos, convém ter presente o ponto de partida do autor para os mesmos, qual seja, a própria situação humana no mundo¹¹. Nas palavras do autor:

Eu sou um objeto físico situado em um mundo físico. Raios de luz atingem minhas retinas; moléculas bombardeiam meus tímpanos e pontas dos dedos. Eu revido, emanando ondas concêntricas. Essas ondas tomam a forma de uma torrente de discursos sobre mesas, pessoas, moléculas, raios de luz, retinas, números primos, classes infinitas, alegria a tristeza, bem e mal. (QUINE, 1976, p. 228, *tradução nossa*)

Com base na passagem citada, parece ser possível afirmar que Quine assume certos conhecimentos provenientes das ciências naturais acerca do mundo físico e de como o ser humano, também integrante dele, é afetado pelas forças que incidem sobre sua superfície sensorial. Essa seria a maneira pela qual, de acordo com as ciências naturais, o homem obteria conhecimento sobre o mundo, o qual seria expresso através da linguagem, ou seja, das ondas concêntricas emanadas que pretendem ser sobre mesas, pessoas, moléculas, etc. Por força de seu naturalismo, Quine assume esse conhecimento científico e o incorpora em sua filosofia como um ponto de partida para a formulação dos problemas sobre os quais se debruçará.¹² O resultando disso é a visão empirista que o autor sustenta. Para ilustrar este ponto, vale citar uma passagem de *Pursuit of Truth* (1990b) em que ele, ao discorrer sobre a normatividade na epistemologia naturalizada, afirma o seguinte:

A mais notável norma da epistemologia naturalizada coincide com a da epistemologia tradicional. É simplesmente o lema do empirismo: *'nihil in mente quod non prius in sensu.'* Esta é a principal amostra da epistemologia naturalizada,

¹¹ Conforme Hylton, essa seria “a imagem básica que Quine sempre pressupõe”. (2007, p. 10)

¹² Nesse sentido, Quine (1981, p. 24, *tradução nossa*) afirma em seu artigo “Empirical Content”: “Como antes, minha posição é naturalista. [...] Eu aceito nossa teoria física prevalecente e com ela a fisiologia de meus receptores, e então passo a especular sobre como esta estrada [*input*] sensorial suporta a própria teoria física que eu estou aceitando.”

porque é uma descoberta da própria ciência natural, embora falível, que nossa informação sobre o mundo vem apenas através dos impactos de nossos receptores sensoriais. (QUINE, 1990b, p. 19, *tradução nossa*)

Partindo dessa descoberta da ciência, Quine (1973, p. 1) formula aquele que seria o questionamento central da epistemologia: “Dada apenas a evidência dos nossos sentidos, como nós chegamos a nossa teoria do mundo?” Ou, em outra formulação:

A partir dos impactos de nossas superfícies sensoriais, nós em nossa coletiva e cumulativa criatividade ao longo das gerações temos projetado nossa teoria sistemática do mundo externo. [...] Como fizemos isso? (QUINE, 1990b, p. 1)

O ponto problemático dessa transição das estimulações que os seres humanos recebem (*input*) para a teoria sobre o mundo que elaboram como resultado (*output*) reside no fato de esta ultrapassar enormemente a evidência sensorial, na medida em que fala de uma variedade de coisas, incluindo algumas que não estariam aptas a causar estimulações sensoriais nos seres humanos – como os números primos, por exemplo. Parece, à primeira vista ao menos, haver, então, um abismo entre *output* e *input*. Em razão disso, Quine considera como um problema central para a epistemologia explicar a relação entre eles, isto é, a relação entre teoria e a evidência que lhe dá suporte – que ele chama de “relação evidencial”. (QUINE, 1973, p. 4) Fornecer tal explicação constitui, precisamente, o projeto epistemológico de Quine.¹³

A fim de estudar a relação evidencial, Quine propõe que se estude a linguagem na qual o conhecimento sobre o mundo é expresso. Ao assim propor, rejeita abordagens mentalistas a esse respeito, que falam do conhecimento em termos de idéias e proposições.¹⁴ Com efeito, Quine (1981, p. 67) toma como um dos marcos do empirismo, uma das mudanças que contribuíram para sua melhora, justamente, ter-se deixado de falar de ideias para falar-se de palavras. A razão que o autor aponta, em “The roots of reference”, para essa atitude de voltar-se para a linguagem consiste no fato de que “nós podemos estudar palavras mais responsabilmente que ideias.” (QUINE, 1973, p. 37, *tradução nossa*) Esse é o caso porque, diferentemente das ideias, as palavras podem ser vistas e ouvidas, ou seja, podem ser acessadas de modo intersubjetivo, satisfazendo, assim, as restrições metodológicas das ciências naturais. (QUINE, 1973, pp. 34-35) É importante notar que Quine adota uma

¹³ De acordo com Quine, embora numa perspectiva naturalizada, sua epistemologia possui a mesma preocupação central da epistemologia tradicional. Em suas palavras: “[...] não é uma mudança gratuita de tema, mas antes uma persistência esclarecida no problema epistemológico original.” (QUINE, 1973, p. 3, *tradução nossa*)

¹⁴ Conforme Hylton (2007, p. 27), Quine pretende dar uma explicação naturalista do conhecimento, dispensando a assunção de noções como significado e compreensão.

estratégia nominalista no que diz respeito à linguagem, rejeitando o que ele chama de “uma velha e teimosa tendência de tipo oposto: apelar para as ideias quando teorizando sobre palavras.” (QUINE, 1973, p. 35, *tradução nossa*)

Dessa maneira, tendo que se voltar para a linguagem durante sua investigação a respeito do conhecimento, cumpre ao epistemólogo investigar as relações entre a linguagem mais teórica e a linguagem mais observacional que integram a teoria do mundo elaborada pelos homens. A linguagem mais observacional seria aquela, *grosso modo*, mais diretamente conectada com as estimulações sensoriais (*input*), enquanto a linguagem mais teórica seria aquela ligada às estimulações de forma mais indireta. Ademais, impõe-se ao epistemólogo, ao que parece, estudar também as relações entre a parte mais observacional da linguagem e as estimulações sensoriais a que estão conectadas.

Um ponto muito importante a ser ressaltado é a proposta de uma abordagem genética para a investigação¹⁵: o estudo do processo de aquisição da linguagem na qual a teoria, o conhecimento humano sobre o mundo é expresso. Tal abordagem parece ser justificada pelo fato de permitir que se compreenda como as relações evidenciais são inculcadas pela sociedade em um falante que está aprendendo a linguagem. Isso porque, segundo Quine, os falantes aprenderiam a linguagem mediante o treinamento sobre como usá-la em situações estimulativas apropriadas e sobre como responder apropriadamente a outros falantes em cada situação. (HYLTON, 2007, p. 56) Referido treinamento, então, acabaria por instaurar certas correlações entre linguagem e estimulações sensoriais – sob as quais o uso de determinada frase é adequado. Após o treinamento, o falante estará em condições de saber em quais situações estimulativas o uso das frases da linguagem é correto e isso permitirá que use essa linguagem adequadamente e que possa auxiliar no treinamento lingüístico de outros falantes que estão ainda em fase de aprendizado.

Essas estimulações sensoriais que são correlacionadas com as frases da linguagem e que são aprendidas mediante treinamento são vistas por Quine, ao que parece, como a evidência ou indício empírico para tais frases – e, em última instância, para a teoria como um todo que é expressa através da linguagem em questão. (HYLTON, 2007, p. 27) Desse modo, o estudo do processo de aquisição da linguagem, no bojo do qual essas correlações são aprendidas pelo falante, vem a ser também um estudo das relações evidenciais. Isso ocorre porque, de acordo com Quine (1973, p. 35, *tradução nossa*):

¹⁵ Como Hylton (2007, PP. 27-28) destaca, Quine também aborda questões concernentes à relação evidencial de forma independente do projeto genético, tomando a ciência como um produto acabado. Não obstante, esta abordagem, segundo Hylton, seria muito menos importante no pensamento maduro de Quine do que a abordagem genética.

[...] a relação entre uma teoria científica e as observações que a suportam [...] tem, além de seu aspecto epistemológico, um aspecto semântico. Além de ser a relação através da qual as frases afirmadas na teoria ganham seu suporte, é a relação através da qual elas ganham seu significado¹⁶.

Vale frisar, neste ponto, que a opção por uma abordagem genética vai ao encontro do naturalismo sustentado por Quine. Para ele (1973, p. 37, *tradução nossa*), “o processo de aprendizado é uma questão de fato, acessível à ciência empírica” e a epistemologia acaba por ser um ramo dessa ciência, mais especificamente, um ramo da psicologia empírica¹⁷. Assim sendo, a tarefa do epistemólogo, para Quine (1975, p. 170), consistiria em descrever o processo de aquisição da linguagem na qual a teoria humana sobre o mundo é expressa, de modo a esclarecer as relações evidenciais e de aferir o quanto essa teoria excede a evidência de que se dispõe.

Além desse projeto epistemológico, Quine possuiria, conforme a interpretação de Peter Hylton, um segundo projeto, de cunho metafísico, intimamente conectado, mas irreduzível ao primeiro: investigar quais as características mais gerais do mundo. O procedimento pelo qual conclusões a esse respeito poderiam ser obtidas seria, segundo o autor, o de reformulação da teoria humana sobre o mundo, de forma a sistematizar, clarificar e simplificar a mesma. Como Hylton (2007, p. 28, *tradução nossa*) observa, “nossa teoria enquanto assim clarificada conta-nos no que é que nós estamos realmente obrigados a crer, e portanto como o mundo realmente é – pelo menos até onde o conhecemos até o momento.” Em especial, tais reformulações seriam capazes de estabelecer mais claramente os compromissos ontológicos de quem sustenta a teoria, isto é, quais as entidades que existem de acordo com ela.

Essas reformulações acabam por consistir numa preparação da linguagem a fim de que ela possa ser expressa na linguagem da lógica – especificamente, na linguagem da lógica de primeira ordem mais identidade. (HYLTON, 2007, pp. 28-29) Após reformulada, a teoria deveria implicar logicamente as frases que carregam a evidência que lhe dá suporte. Mas, para tanto, seria necessário que a teoria pudesse ser expressa em notação lógica, o que acaba por requerer que sejam realizadas certas operações preparatórias para adequar as frases da teoria à linguagem lógica.

¹⁶ Quine procede a uma identificação entre significado e evidência, por isso a relação entre uma teoria científica e as observações que a suportam possui esses dois aspectos. Este tema, no entanto, será tratado mais adiante.

¹⁷ Em “Epistemologia Naturalizada”, Quine (1975, p. 170) afirma, referindo-se à epistemologia naturalizada: “[a] epistemologia, ou algo que a ela se assemelhe, encontra seu lugar simplesmente como um capítulo da psicologia e, portanto, da ciência natural.”

Na visão de Quine, a realização dessas reformulações, se bem sucedida, seria capaz de fornecer uma contribuição para o conhecimento das características mais gerais do mundo do qual os seres humanos fazem parte. Esta colocação vai ao encontro do que foi dito anteriormente sobre a visão do autor, divergente da visão carnapiana, no que tange ao conhecimento resultante da filosófica: a atividade filosófica, foi dito, fornece conhecimento sobre o mundo conforme a concepção quineana. Neste momento, pode ser tornado mais preciso este ponto dizendo-se que um filósofo, uma vez que tenha realizado a melhor reformulação da teoria humana sobre o mundo, torna claros os compromissos ontológicos da mesma e, dessa maneira, fornece um conhecimento sobre quais entidades existem, sobre como o mundo é em seus traços mais gerais.

Por meio desses dois projetos, como já mencionado acima, Quine teria a pretensão, conforme a interpretação de Hylton (2007, p. 4), de “articular e defender uma visão naturalista completa do mundo”. Através de seu projeto epistemológico, seriam investigadas as relações entre a teoria humana sobre o mundo e seu suporte evidencial, sendo possível aferir, por essa via, o quanto aquela excede este último e, por conseguinte, até que ponto essa teoria é fruto da criação livre do homem. Em reformulando essa teoria, no âmbito do projeto metafísico quineano, poder-se-ia lançar luz sobre quais as características mais gerais do mundo e, ao fazer isso, ampliar ainda mais o conhecimento humano sobre o mundo.

1.2 Projeto epistemológico de Quine e as frases de observação

Tendo em mente os projetos para os quais a filosofia de Quine está voltada, cumpre agora centrar a atenção em um deles, qual seja, o projeto epistemológico, no qual, propriamente, pode ser inserido o debate entre Quine e Davidson que constitui o tema principal deste trabalho. O problema epistemológico central a ser investigado no âmbito desse projeto, como já foi apontado, é acerca das relações entre teoria e seu suporte evidencial e sobre o quanto aquela excede este último. Foi dito também que Quine entende que uma investigação sobre o conhecimento deve ser feita por meio do estudo da linguagem na qual o conhecimento é expresso. Além disso, foi visto que o autor propõe que a investigação seja feita a partir de uma abordagem genética, ou seja, a partir do estudo do processo de aquisição da linguagem em que o conhecimento é expresso. Tal abordagem, para Quine, seria capaz de esclarecer as relações entre teoria e evidência tendo em vista que ele as identifica, ao que parece, com as relações entre frases da linguagem e *input* sensorial aprendidas pelo falante durante o processo de aquisição da linguagem.

Quine, no entanto, avançou apenas alguns passos no sentido de fornecer uma resposta ao problema epistemológico em questão a partir da abordagem genética que propôs. Tais passos foram dados em seus escritos mais maduros e consistiram, sobretudo, em suas concepções sobre o aprendizado da linguagem. Em escritos anteriores, porém, embora Quine já anuncie a abordagem genética como a mais adequada, ele discorre sobre o tema por uma via distinta: ele fala das relações entre teoria e evidência tratando aquela como um produto já desenvolvido, e não a partir de sua aquisição por parte dos seres humanos.

A principal declaração feita por Quine a respeito das relações evidenciais a partir dessa via não genética, por assim dizer, constitui sua visão holista com relação à confirmação empírica de teorias – holismo epistemológico. Dita visão está em oposição ao modo como os empiristas lógicos do Círculo de Viena concebem a relação. Por isso, em muitos escritos em que Quine afirma seu holismo, ele o faz em conjugação com suas críticas a opositores, em particular aos empiristas lógicos.

Dadas as duas vias pelas quais o tema é tratado por Quine, far-se-á uma breve exposição sobre o que ele diz em cada uma delas, tratando, primeiramente, do que ele estabeleceu pela via que se chamou aqui de “não genética”. Tais considerações servirão de preparação para que se possa, posteriormente, precisar o lugar ocupado pelas frases de observação no contexto de uma teoria, como também dentro da própria filosofia quineana.

1.2.1 Considerações de Quine por uma abordagem não genética

O ponto central desta seção será a postura holista de Quine com respeito à confirmação empírica, já que ela constitui, como antes mencionado, a principal declaração feita por Quine a respeito das relações evidenciais por sua via não genética. Antes de indicar aqui em que consiste exatamente essa sua postura, será apresentada, de forma sumária, sua crítica aos dois dogmas que, segundo ele, eivaram o empirismo tradicional – com base, sobretudo, em seu artigo “Dois dogmas do empirismo” –, a qual está intimamente relacionada com sua adoção dessa postura. Esta postura, por sua vez, será exposta na sequência. Após isso, será apresentado o holismo semântico também sustentado por Quine.

1.2.1.1 Crítica aos dois dogmas do empirismo e holismo epistemológico

O artigo “Dois Dogmas do Empirismo” de Quine ficou famoso por sua crítica ao que considerou dogmas remanescentes do empirismo, a saber, a distinção entre frases analíticas, verdadeiras em virtude do significado, e frases sintéticas, verdadeiras em função dos fatos, e o reducionismo, isto é, “a crença de que todo enunciado significativo é equivalente a algum constructo lógico sobre termos que se referem à experiência imediata.” (QUINE, 1975) Nesse escrito, Quine (1975, p. 237) sustenta que ambas as crenças seriam mal fundamentadas.

Com relação à distinção analítico-sintético, em particular, Quine parece tentar mostrar, nesse escrito, que até o momento a distinção não teria sido traçada de modo preciso. Porém, mesmo que se pudesse traçar uma distinção dessa espécie, Quine parece entender que a ela não se poderia atribuir um papel filosófico relevante. Especialmente, não se poderia atribuir a ela um papel epistemológico, como geralmente é feito¹⁸, de modo a considerar algumas frases, as analíticas, privilegiadas do ponto de vista da justificação, uma vez que esta dispensaria o recurso à experiência, ao passo que outras frases, as sintéticas, precisariam de tal recurso para estarem justificadas. Essa recusa por parte de Quine de que seja atribuído papel epistemológico à distinção decorre de sua adoção de uma visão holista com respeito à confirmação, ou seja, de sua rejeição ao dogma do reducionismo, que acarreta sua rejeição da distinção entre conhecimento *a priori* e *a posteriori*. Diante disso, a crítica de Quine à distinção analítico-sintético não parece consistir, propriamente, em tentar mostrar que é impossível vir a traçá-la de modo preciso. Quine parece rejeitar, mais exatamente, que se trace uma distinção à qual seja atribuído um papel filosófico relevante, não se tratando, portanto, de uma rejeição total. (HYLTON, 2007, p. 52).

Ao descrever a crítica de Quine nesses termos, está-se, mais uma vez, aderindo à interpretação de Peter Hylton (2007) a respeito do tema. É importante salientar, entretanto, que a pergunta acerca do exato teor da crítica de Quine à distinção analítico-sintético não tem sido respondida de forma unívoca por seus leitores. Uma linha interpretativa bastante comum consiste em afirmar que ele teria rejeitado por completo qualquer distinção entre frases analíticas e sintéticas. À primeira vista, pelo menos, pode parecer essa a posição do autor em “Dois Dogmas do Empirismo” em particular. Conforme Hylton (2007, p. 64), contudo, dita

¹⁸ De acordo com Hylton (2007, p. 52-53), esse papel epistemológico foi, justamente, o que Carnap (o principal opositor de Quine em suas críticas à distinção analítico-sintético) pretendeu ao endossar a distinção. Segundo Hylton (2007, p. 49), a importância do papel epistemológico da distinção analítico-sintético para Carnap deve-se ao seu intento de explicar, no bojo de uma concepção empirista, a natureza do conhecimento matemático e lógico, os quais não parecem estar baseados na experiência. Para tanto, Carnap recorre à alegação de que se trata de verdades analíticas, cuja justificação dá-se *a priori*.

impressão decorreria da ênfase de Quine nesse escrito, no qual pretende, primariamente, proceder a um ataque à distinção analítico-sintético. Apesar dessa ênfase e da primeira impressão que ela pode causar, Quine parece deixar espaço, nesse artigo, para uma compreensão da analiticidade, o que não se coaduna com uma posição de rejeição total a qualquer forma de conceber a distinção analítico-sintético. Em escritos posteriores, já com uma ênfase distinta, parece ficar mais claro que o autor não rejeita por completo qualquer distinção analítico-sintético, dado que ele próprio tenta traçá-la, embora de forma bastante distinta da tradicional – na medida em que tem de satisfazer as demandas do naturalismo que adota.¹⁹ Seguindo esta linha de interpretação, passar-se-á, agora, a apresentar os pormenores da crítica que Quine apresenta em “Dois Dogmas do Empirismo”.

A maior parte de “Dois Dogmas do Empirismo” é dedicada ao exame de algumas tentativas de traçar uma distinção precisa entre frases analíticas e sintéticas. Tais tentativas têm a pretensão de esclarecer, de definir a noção de analiticidade, de forma a poder distinguir precisamente frases que são analíticas de frases que não o são. Quine, então, analisa referidas tentativas e tenta mostrar que nenhuma delas é bem sucedida.

O primeiro intento analisado por Quine (1975, p. 239) é a definição da noção de analiticidade por recurso à de sinonímia. Nessa ocasião, são tomados dois exemplos de frases tradicionalmente consideradas analíticas: “Nenhum não-casado é casado” e “Nenhum solteiro é casado.” No primeiro caso, não surgiriam dificuldades quanto à definição de analiticidade, pois a verdade da frase decorreria da mera forma como estão dispostos os termos.²⁰ O problema emergiria, de acordo com Quine, quando se pretende definir uma noção de analiticidade aplicável não apenas a verdades lógicas, como o exemplo recém citado, mas também a frases analíticas como “Nenhum solteiro é casado”. Se se apela para a mera forma lógica²¹, no último caso, não se pode concluir que se trata de uma frase analítica. Para obter-se esta conclusão, faz-se necessário recorrer aos significados dos termos extralógicos, “solteiro” e “casado”. Com efeito, poder-se-ia concluir que a frase é analítica por poder ser transformada

¹⁹ Em “Word and Object”, por exemplo, Quine propõe a noção de analiticidade por estímulo, que ele considera um substituto comportamental da noção intuitiva de analiticidade. Quine (2010, p.84) considera uma “frase analítica por estímulo para um sujeito se ele assentiria a ela, ou não, depois de qualquer estimulação (dentro do módulo)”. Uma frase será analítica por estímulo não apenas para um sujeito mas para toda comunidade, por seu turno, se ela for analítica por estímulo para quase todos da comunidade. (QUINE, 2010, p. 98) Em “Roots of Reference”, Quine tenta aferir qual sentido pode ser conferido à noção de analiticidade em termos do processo de aprendizado da linguagem. Nesse sentido, ele caracteriza uma frase analítica da seguinte maneira: “uma frase é analítica se *todo mundo* aprende que ela é verdadeira aprendendo suas palavras.” (QUINE, 1973, p. 79, *tradução nossa*)

²⁰ A frase citada, cuja simbolização parcial é “Nenhum não-F é F.” será verdadeira sob qualquer interpretação dos termos extralógicos, que estão sendo representados por F.

²¹ “Nenhum S é F.”

em uma verdade lógica através da substituição de termos sinônimos. Assim, a frase acima citada poderia ser transformada em “Nenhum não-casado é casado.” pela substituição de “solteiro” por “não-casado”. Ao assim proceder, estar-se-ia recorrendo à noção de sinonímia a fim de definir a analiticidade. Tal procedimento, contudo, é rejeitado por Quine, pelo fato de que a noção de sinonímia também é obscura e carente de elucidação tal como a de analiticidade, o que a tornaria imprestável para o objetivo de esclarecer esta última noção. (QUINE, 1975, p. 239)

Neste ponto, faz-se necessário tecer alguns esclarecimentos acerca da rejeição de Quine de um recurso à sinonímia na definição da analiticidade, rejeição esta que está ligada à sua famosa crítica ao conceito de significado. Ao longo da história da filosofia, muitos autores assumiram, em suas explicações, um conceito intuitivo de significado como uma entidade que os falantes vinculam mentalmente com as expressões linguísticas. Nessa concepção de significado, que Quine denomina como “mentalista”, os falantes de uma linguagem, ao proferirem expressões linguísticas, estão, com isso, transmitindo seus significados e seus ouvintes, ao compreenderem essas expressões, estão apreendendo esses significados. Em conformidade com essa concepção, duas expressões sinônimas são aquelas que transmitem o mesmo significado. A assunção de significados, entendidos dessa maneira, é, no entanto, condenada por Quine. Para ele, seria errôneo simplesmente assumir o conceito mentalista de significado, definir, através dele, a sinonímia e, por fim, recorrer a esta para definir a analiticidade. Este procedimento, que está presente na primeira tentativa de definir a analiticidade analisada por Quine e resumida acima, foi bastante comum, porém, entre os contemporâneos dele. Para Quine, que advoga o naturalismo, um conceito, para estar disponível para uso filosófico, deveria ser cientificamente respeitável. Segundo o autor, então, seria necessário esclarecer o conceito de sinonímia caso se pretenda utilizá-lo para fins filosóficos, como definir a analiticidade..²²

Quine, então, analisa uma possibilidade de solução para a dificuldade em questão. Caso a noção de sinonímia possa ser esclarecida sem apelo ao conceito mentalista de

²² Dados os métodos científicos atuais, para um conceito ser cientificamente respeitável, teria de ser possível, segundo Quine, dar um sentido empírico a ele. Segundo o autor, os conceitos mentalistas de significado e de sinonímia seriam exemplos de conceitos não respeitáveis cientificamente e, por isso, indisponíveis para uso filosófico, em razão da impossibilidade de dar a eles um sentido empírico claro. Está aí o porquê de Quine rejeitá-los para definir a analiticidade. Poder-se-ia, agora, indagar o porquê de Quine pensar que é impossível dar um sentido empírico para tais conceitos. A resposta a esta questão, contudo, demandaria um exame um pouco mais detido. Por ora, basta indicar que, conforme a visão de Quine sobre o significado, não seria possível destacar um significado determinado para cada frase. Esse seria, na visão do autor, o resultado de tentar tratar o significado de forma cientificamente respeitável: o abandono do conceito mentalista de significado.

significado, então quiçá seja possível definir através dela a noção de analiticidade. Quine analisa duas possibilidades nesse sentido: tentar definir a sinonímia por recurso à noção de definição e tentar defini-la por meio da noção de permutabilidade *salva veritate*.

No que atine à primeira possibilidade, poder-se-ia, com efeito, tentar transformar a frase problemática “Nenhum solteiro é casado.” em uma verdade lógica afirmando-se que “solteiro” e “não-casado” são sinônimos em virtude da definição do primeiro em termos do segundo. Quine examina, então, três espécies de definição.

Primeiramente, o autor discorre sobre o recurso à definição de dicionário fornecida por um lexicógrafo. No entanto, tal definição constitui o mero relato de uma sinonímia pré-existente instaurada pelo fato de as pessoas usarem os dois termos como sinônimos. Com isso, nada teria sido esclarecido a respeito do que seja a relação de sinonímia. Referida noção, então, permaneceria ainda obscura e, portanto, não poderia ser utilizada para definir a analiticidade.

A segunda espécie de definição mencionada por Quine é a explicação. Diferentemente da definição do lexicógrafo, a explicação não constitui um mero relato de uma sinonímia pré-existente. Na explicação de um dado conceito, toma-se o significado que ele possui em algum contexto considerado privilegiado e estipula-se que esse será seu significado em geral, isto é, também nos demais contextos, nos quais o conceito possuía um significado distinto desse. Com isso, o significado do conceito que está sendo definido acaba sendo refinado ou suplementado, como Quine coloca. (1975, p. 240) Contudo, mesmo a explicação acaba por estar baseada em sinonímias pré-existentes, ou seja, as que se dão em contextos privilegiados entre *definiendum* e *definiens*. Dada essa pressuposição, a noção de explicação não tem serventia para elucidar a noção de sinonímia.

Há ainda um terceiro tipo de definição abordado por Quine, qual seja, “a introdução explicitamente convencional de novas notações para fins de pura abreviação” (QUINE, 1975, p. 241) Para o autor, esta espécie de definição, distintamente das anteriores, não pressupõe sinonímias anteriores. De fato, a sinonímia é criada arbitrariamente por meio da definição. Contudo, Quine não parece crer que ela seja útil para o propósito de definir a analiticidade.

Após analisar a possibilidade de esclarecer a noção de sinonímia por recurso à noção de definição, Quine passa ao exame de uma outra tentativa, a qual consistiria em definir a sinonímia em termos da permutabilidade *salva veritate* de dois termos, isto é, a circunstância de um poder ser substituído pelo outro sem que seja alterado o valor de verdade da frase em que estão inseridos. No entanto, há que se frisar que dita permutabilidade só é um critério suficiente para garantir a sinonímia em linguagens intensionais.

Em uma linguagem intensional, que contém, por exemplo, um advérbio como “necessariamente”, a sinonímia pode ser entendida como permutabilidade *salva veritate*. A frase “Necessariamente, todos e apenas os solteiros são solteiros.” pode-se permutar “solteiro” por “não-casado” e obter a frase “Necessariamente, todos e apenas os não-casados são solteiros.” sem que o valor de verdade seja alterado. Nesse caso, a permutabilidade *salva veritate* que se dá garante a sinonímia dos termos “solteiro” e “não-casado”, pois, pela presença do advérbio “necessariamente”, a frase que lhe segue (no caso, “todos e apenas os não-casados são solteiros”) será analítica (já que é necessariamente verdadeira) e, se tal frase é analítica, ou é uma verdade lógica, ou deve ter resultado da substituição de um dos termos por seu sinônimo, como é o caso (no caso, de “solteiro” por “não-casado”). Contudo, tal explicação da sinonímia não seria aceitável para Quine, uma vez que pressupõe a própria noção de analiticidade, para cuja definição se pretendia usar a noção de sinonímia. Em verdade, a sinonímia no exemplo acima decorre, em última instância, da analiticidade da frase “Todos e apenas os não-casados são solteiros”.

Se se toma, por outro lado, uma linguagem extensional, que exclua termos intensionais como “necessariamente”, acabarão por surgir exemplos de termos permutáveis, mas não sinônimos. Quine utiliza como exemplo os termos “criaturas com coração” e “criaturas com rim” para sustentar que, apesar de haver entre eles um acordo extensional (o que, de fato, ocorria na época em que escreveu *Dois Dogmas do Empirismo*), o que implica a permutabilidade *salva veritate*, tal acordo seria devido, não a uma sinonímia, mas a acidentais questões fato. Sendo assim, a permutabilidade não forneceria uma garantia para a sinonímia em linguagens extensionais. (QUINE, 1975, p. 242)

Diante disso, Quine entende que a noção de permutabilidade *salva veritate* não esclarece a de sinonímia, tendo em vista que, ou não garante a sinonímia (no caso de linguagens extensionais), ou pressupõe a analiticidade (no caso de linguagens intensionais), que é justamente o que se pretende definir por meio da sinonímia.

Outra possibilidade examinada por Quine é a tentativa de definir a analiticidade sem recurso à noção de sinonímia, apelando, em vez disso, para a noção de regra semântica. Quine examina tal tentativa pelo fato de haver quem entenda, assim como Carnap, que as dificuldades enfrentadas para determinar se uma frase é analítica advém da vagueza da linguagem natural. Para eles, as frases analíticas poderiam ser facilmente identificadas em linguagens artificiais, que possuem regras semânticas explicitamente fixadas. Quine, porém, entende que as dificuldades atingiriam, não apenas as linguagens naturais, mas também as artificiais. De acordo com Quine, embora até seja possível definir a analiticidade para uma

linguagem em particular, surgiriam dificuldades quando da tentativa de definir a analiticidade em geral, de modo não restrito, dificuldades estas que surgiriam mesmo que a tentativa abarcasse tão somente linguagens artificiais. Como Quine argumenta, ao tentar definir a analiticidade em geral, qualquer que seja a forma como se entendam as regras semânticas, ou estar-se-ia pressupondo a noção de analiticidade que se pretende explicar, ou a de regra semântica, que é do mesmo modo obscura e carente de explicação. Desse modo, vê-se que o apelo a regras semânticas não é capaz de fornecer propriamente uma definição de analiticidade.

Após examinar e rejeitar todas essas tentativas de definir a analiticidade, Quine passa à consideração da teoria verificacional do significado a fim de averiguar se um apelo a ela poderia prover uma definição de sinonímia e, assim, da própria analiticidade.

Para a teoria verificacional, “o significado de um enunciado é o método de infirmá-lo ou confirmá-lo empiricamente” (QUINE, 1975) Dada essa noção de significado, duas frases seriam sinônimas caso fossem semelhantes quanto aos métodos de infirmação e confirmação empírica. Essa noção de sinonímia de frases poderia, então, ser utilizada para definir a analiticidade. Poder-se-ia, como Quine (1975, p. 248) observa, considerar como analítica uma frase quando for sinônima de uma verdade lógica.

Quine aponta duas formas que, ao longo da história, teriam sido assumidas pelo verificacionismo. Uma delas seria um reducionismo radical, segundo o qual toda frase significativa seria traduzível em termos que se referem à experiência imediata. Tal seria, na interpretação de Quine (1975), o intento de Carnap em seu livro *Aufbau*. Outra forma assumida pelo verificacionismo consistiria em um reducionismo mais moderado, que conserva a idéia de que, para cada frase isolada, poder-se-ia destacar um conjunto de eventos sensoriais que a confirmam e um conjunto de eventos que a infirmam. Esta última idéia, presente no reducionismo moderado, serviu de base, segundo Quine (1975), para os empiristas sustentarem uma dicotomia entre frases analíticas e sintéticas: as frases analíticas seriam aquelas que são confirmadas por quaisquer eventos sensoriais, isto é, aquelas cuja classe dos eventos sensoriais infirmadores é vazia. Sendo assim, diferentemente das demais frases, cuja verdade depende tanto de seu significado quanto dos fatos, as frases analíticas seriam verdadeira unicamente em virtude de seu significado.

Quine (1975) considera, entretanto, que o reducionismo constitui uma doutrina a ser abandonada. A razão para o autor sustentar essa postura reside em sua crença de que as frases que integram uma teoria não podem em geral ser isoladamente confirmadas ou infirmadas pela experiência, mas apenas a teoria como um todo ou parte significativa dela. Esta crença

constitui o holismo epistemológico mantido por Quine – também conhecido como teses Duhem-Quine²³.

Para tornar este ponto mais preciso, faz-se necessário mencionar que a afirmação do holismo por parte de Quine assumiu duas versões principais em seus escritos. Em um primeiro momento, em *Dois Dogmas do Empirismo*, ele sugere ser a teoria como um todo a unidade mínima de confirmação empírica. Em obras posteriores, contudo, ele enfraquece essa sugestão, assumindo seu holismo uma forma mais moderada. Em *Two Dogmas in Retrospective*, Quine declara, não que a teoria inteira é o que é confrontado com a experiência, mas sim porções consideráveis dela, porções que possuem implicações empíricas, isto é, que implicam frases que podem ser diretamente submetidas a teste empírico – frases que, portanto, constituem uma exceção à regra geral do holismo quineano de que as frases de uma teoria não podem ser isoladamente testadas. É através do teste dessas implicações empíricas que a porção de teoria em questão pode ser testada. O ponto crucial aqui para a caracterização do holismo quineano consiste no fato de que em geral as frases da teoria não possuem implicações empíricas quando tomadas isoladamente, mas somente em conjunção com outras frases da teoria.

As frases que Quine considera passíveis por si sós de teste empírico são as frases de observação e os categóricos de observação. Às frases de observação, dada sua relevância para o presente estudo, será dedicada a última seção da primeira parte deste trabalho (2.3) e, por isso, não será a ela concedido muito espaço para explicações neste momento. Não obstante, pode ser dito, por ora, que as frases de observação são aquelas, na visão de Quine, mais diretamente ligadas às estimulações sensoriais, podendo, por conseguinte, ser diretamente confrontadas com estas para fins de teste. (QUINE, 1981, p. 25) Como exemplos de frase de observação, Quine cita frequentemente “Isto é vermelho.” e “Olha, um coelho”. Os categóricos de observação, por seu turno, são generalidades da forma “Sempre que isto, aquilo”, em que “isto” e “aquilo” estão para frases de observação e é justamente por este fato, serem compostos de frases como estas, que eles podem ser diretamente testados. Quine cita como um exemplo de categóricos de observação “Sempre que um salgueiro cresce à beira d’água, ele se inclina sobre a água.”. (1990b, p. 10, *tradução nossa*)

Embora as frases de observação possam ser diretamente testadas, ao falar das implicações empíricas de porções de teoria, não é a tais frases que Quine se refere. A razão

²³ Quine parece considerar o holismo é uma tese óbvia. Em “Pursuit of Truth”, por exemplo, ele (1990, p. 16, *tradução nossa*) afirma o seguinte: “O holismo neste sentido moderado é uma óbvia mas vital correção da concepção ingênua das frases científicas como dotadas cada uma com seu próprio conteúdo empírico separável.” Para uma interpretação nesse sentido, cf. Severo (2007).

disso consiste, primeiramente, no fato de que a teoria não implica, em geral, frases de observação, na medida em que estas são frases de ocasião, isto é, frases cujo valor de verdade varia de uma ocasião para outra, ao passo que as frases pertencentes às porções de teoria antes mencionadas são, na terminologia quineana, frases eternas, ou seja, frases cujo valor de verdade não varia – salvo no caso de uma revisão na teoria, em função da inadequação empírica da mesma –, as quais implicam frases também eternas. Além disso, mesmo que se conseguisse tornar eternas as frases de observação, fazendo com que seu valor de verdade permanecesse fixo no transcorrer das ocasiões através de algumas modificações, não se poderia esperar, segundo Quine (1981, p. 26, *tradução nossa*), que:

a teoria científica implique tais frases totalmente. A ciência normalmente prediz observações apenas sob a assunção de condições iniciais. Nós organizamos uma situação observável e então, se nossa teoria científica está correta, uma adicional observação prevista se segue.

Com o fito de solucionar esse problema de explicar as relações lógicas entre as frases mais observacionais da teoria e as frases menos observacionais é que Quine introduz os categóricos de observação²⁴, os quais, conforme o autor, resumiriam a situação experimental, a situação na qual teorias são testadas, e, ademais, poderiam ser logicamente implicados pela teoria, uma vez que não são frases de ocasião. (QUINE, 1990b, p. 10) Sendo assim, ao falar das implicações empíricas de porções de teoria, Quine refere-se, mais precisamente, aos categóricos de observação, cujo teste serve para testar a própria porção de teoria que o implica.²⁵

No tocante a esse teste, Quine endossa a posição de Karl Popper sobre a impossibilidade da verificação de teorias ou mesmo de frases gerais em virtude do problema da indução (QUINE, 1990b, p. 12). Desse modo, os categóricos de observação, por serem generalidades, jamais poderiam ser verificados, mas tão somente refutados quando empiricamente testados – quando a primeira frase de observação que o compõe for verdadeira e a segunda, falsa. Não obstante, ao se mostrarem reiteradamente em conformidade com as

²⁴ Antes de apelar para os categóricos, Quine tentou solucionar o problema recorrendo ao que chamou de “condicionais de observação”, os quais foram rejeitados pelo próprio autor como incapazes de solver o problema. (QUINE, 1981, pp. 26-27)

²⁵ Segundo Quine (1981, p. 28), a teoria, após ser reformulada e expressa na linguagem da lógica, deveria implicar logicamente a sua evidência, o que significa implicar os categóricos de observação através dos quais é testada. Ao conjunto desses categóricos Quine (1981, p. 28) chama o “conteúdo empírico” da teoria. O que ocorre é que, embora a teoria (ou parte significativa dela) implique os categóricos de observação, estes não a implicam. Daí a famosa tese do autor de que as teorias seriam subdeterminadas pela evidência, em razão da qual poderia ocorrer de duas teorias serem empiricamente equivalentes, isto é, terem o mesmo conteúdo empírico, e, ainda assim, serem logicamente incompatíveis entre si.

estimulações sensoriais, os categóricos acabam por ganhar a confiança dos investigadores, que Quine caracteriza como uma “simples formação de hábito, ou condicionamento” (QUINE, 1981, p. 28).

Em sendo refutado um categórico de observação, refuta-se a porção de teoria que o implicou, o que enseja a sua revisão. Nessa revisão, algumas das frases integrantes dessa porção de teoria terão de ser revisadas com o escopo de desarmar a conjunção de frases e bloquear a implicação do categórico que se mostrou falso. Esse desarme, no entanto, pode ser realizado de mais de uma maneira, ou seja, pode-se optar por diferentes frases para revisão, o que confere ao revisor uma considerável margem de liberdade na consecução de sua tarefa.²⁶ Dada essa liberdade, o investigador acabará recorrendo, na prática, a considerações pragmáticas como guia para sua escolha. Dentre tais considerações, Quine inclui, por exemplo, tentar ocasionar a menor mutilação possível na teoria (princípio da mutilação mínima), bem como optar, dentre as revisões possíveis, por aquela que resulte na teoria mais simples (princípio da simplicidade).

Por outro lado, em ganhando a confiança do investigador, por serem reiteradamente confirmados empiricamente, os categóricos de observação implicados por porções de teoria fazem com que esta vá ganhando, da mesma forma, a confiança daquele, a qual é mantida enquanto houver confiança nos categóricos.²⁷ Assim, mesmo concordando com Popper que teorias podem apenas ser refutadas, e não verificadas empiricamente, tendo sua verdade estabelecida, Quine parece pensar que, em algum sentido, a confirmação reiterada da teoria mediante os categóricos de observação que implica lhe fornece algum suporte, na medida em que faz com que o investigador esteja disposto a aceitar a verdade das frases da teoria, mesmo que provisoriamente (QUINE, 1981, pp. 39-41). Esse parece ser o “suporte intuitivo de teorias” considerado por Quine como algo possível apesar da impossibilidade de verificar teorias (QUINE, 1981, p. 28).

Do que foi até aqui exposto, podem ser, agora, sumariados os principais elementos caracterizadores do modelo quineano de confirmação empírica. Nesse modelo, para a grande maioria das frases de uma teoria, é impossível isolar um conjunto de estimulações que a confirmariam e outro de estimulações que a refutariam. Isso porque, como visto, a maioria das

²⁶ Ao falar sobre o teste de uma hipótese que seja, tentativamente, acrescida a uma teoria, Quine afirma que “a falsidade do categórico de observação [que é implicado pela conjunção das frases da teoria somada à hipótese] não refuta conclusivamente a hipótese. O que ela refuta é a conjunção de sentenças que foram necessárias para implicar o categórico de observação. A fim de retirar essa conjunção, nós não temos que retirar a hipótese em questão; nós podemos retirar algumas outras frases da conjunção em vez disso. Este é o importante *insight* chamado holismo.” (QUINE, 1990b, pp. 13-14)

²⁷ Quine (1981, p. 28, *tradução nossa*) afirma “Uma formulação teórica, por sua vez, ganha nossa confiança enquanto os categóricos de observação implicados por ela retêm nossa confiança.”

frases só é testável em conjunto com outras frases, já que frases isoladas em geral não possuem implicações empíricas. Esse conjunto de frases pode ser eventualmente refutado; isto, contudo, não determina qual frase específica do conjunto deverá ser revisada. Portanto, não há que se falar em um conjunto de estimulações confirmadoras e infirmadoras para cada frase, tomada isoladamente das demais.

Dado esse modelo de teste e revisão de teorias, nenhuma frase da teoria, conforme Quine, seria passível de justificação *a priori*, meramente em virtude do significado de suas palavras e independentemente de recurso à experiência. Ele sustenta, a rigor, que em princípio nenhuma frase seria irrevisável, podendo qualquer uma sofrer modificação em seu valor de verdade ou em seu significado quando a teoria não se ajustar às estimulações sensoriais (ou seja, quando for refutado um categórico de observação implicado por uma porção da teoria).²⁸ Ademais, não seria possível falar em frases com justificação *a posteriori* em sentido idêntico ao tradicionalmente mantido por muitos filósofos, as quais são de imediato e diretamente refutadas quando do surgimento de uma experiência recalcitrante. Isso porque, devido ao caráter holista do modelo de Quine, não haveria como isolar um conjunto de experiências que refutariam uma frase isolada (pelo menos para a grande maioria das frases). A revisão de uma determinada frase da teoria, dada a margem de liberdade que há na escolha de quais frases revisar, acaba sendo em grande medida determinada por considerações pragmáticas, como anteriormente dito.

Conforme Quine, então, só haveria uma espécie de justificação em uma teoria, a qual seria holística, dependeria tanto da linguagem quanto das estimulações sensoriais e, além disso, recorreria, diante da liberdade de escolha existente, a considerações pragmáticas a fim de decidir quais frases revisar. Em última instância, então, uma frase estaria justificada quando pertencente a uma teoria que, como um todo, ajusta-se às estimulações sensoriais. (SEVERO, 2007, p. 29)

Com isso, o autor acaba por dissolver, no âmbito de sua concepção, a distinção entre conhecimento *a priori* e *a posteriori* mantida por muitos filósofos, dentre os quais os empiristas do Círculo de Viena, que eram particularmente visados por Quine. Em rejeitando referida distinção, Quine rechaça também as tentativas, em particular as procedidas por

²⁸ Em verdade, nem mesmo as frases da matemática e da lógica seriam irrevisáveis na concepção quineana. Para Quine, a revisão de teorias deveria ser feita de forma a salvaguardar verdades puramente matemáticas. Contudo, tal se deve a considerações pragmáticas somente, a saber, a adoção da máxima de mutilação mínima. Segundo ele, “a matemática infiltra-se em todos os ramos de nosso sistema do mundo, e seu rompimento repercutiria intoleravelmente. Se perguntado sobre por que ele poupa a matemática, o cientista talvez dirá que suas leis são necessariamente verdadeiras; mas eu penso que nós temos aqui uma explicação, antes, da própria necessidade matemática. Ela reside em nossa política de blindagem da matemática pelo exercício de nossa liberdade de rejeitar outras crenças em seu lugar.” (QUINE, 1990b, p. 15, *tradução nossa*)

Carnap, de conferir um papel epistemológico à distinção analítico-sintético, de modo a embasar a suposta distinção *a priori* - *a posteriori*.

Carnap, assim como outros autores, assume a distinção analítico-sintético e, em conformidade com isso, sustenta que se poderia destacar, em uma linguagem ou estrutura lingüística, um dado conjunto de frases que seriam analíticas. Tais frases seriam as próprias regras constitutivas da linguagem, bem como as frases que delas se seguem. As demais frases formuláveis na linguagem seriam, por sua vez, sintéticas. Para Carnap, que, como antes mencionado, traçou a distinção entre questões internas e externas, o conjunto de frases constitutivas da linguagem seria nela introduzido em virtude de uma resposta favorável, por parte do elaborador da linguagem, a uma questão externa acerca de sua adoção ou não. Tal resposta, assim como as demais questões externas, constituiria uma decisão prática guiada por considerações pragmáticas. Desse modo, a introdução desse conjunto de frases acabaria por não requerer, nem admitir justificação teórica.²⁹ As frases sintéticas da linguagem, por outro lado, requeriam essa espécie de justificação, a qual seria possível pelo fato de a pergunta acerca da verdade dessas frases ser formulada no interior da estrutura lingüística, que fornece critérios para a obtenção da resposta. Tal pergunta seria, então, uma questão interna.

Diante dessa distinção, poder-se-ia falar em duas espécies de revisões que podem ser feitas em uma teoria de acordo com o modelo carnapiano. Uma delas seria uma revisão externa, a qual consistiria em uma mudança de linguagem e seria determinada por considerações pragmáticas. As frases passíveis de revisão externa, as frases analíticas, receberiam justificação *a priori* e seriam irrevisáveis enquanto a linguagem não fosse alterada. A outra espécie de revisão seria uma revisão interna, a qual consistiria em uma mudança teórico-conceitual e seria determinada por uma experiência que colocasse a frase revisada em questão. As frases passíveis de revisão interna, as frases sintéticas, possuiriam justificação *a posteriori*, uma vez que seriam sujeitas a revisão sempre que confrontadas com uma experiência recalcitrante.

Diante do que foi dito, pode-se perceber que Carnap apela à distinção analítico-sintético com o fito de demarcar dois grupos distintos de frases: um deles em que as frases teriam justificação *a priori* e o outro em que as frases teriam justificação *a posteriori*. É esse uso para fins epistemológicos da distinção analítico-sintético, precisamente, o ponto central da crítica de Quine a ela. Como antes afirmado, em virtude de seu holismo, Quine entende que só

²⁹ Por se tratar de uma decisão prática cuja justificação teórica é inviável, Carnap adota um Princípio de Tolerância no que diz respeito à escolha da linguagem: já que não se tem critérios teóricos para decidir qual linguagem adotar, o autor propõe que a linguagem seja, então, livremente escolhida. (CARNAP, 1975, p. 134)

há uma maneira de revisar e, do mesmo modo, de justificar as frases de uma teoria. Com isso, ele dissolve a distinção entre justificação *a priori* e *a posteriori* e, como consequência, rejeita qualquer tentativa de utilização da distinção analítico-sintético que pretenda embasar aquela dicotomia.

Além disso, como anteriormente mencionado, Quine pensa que um conceito, para estar disponível para uso filosófico, deveria ser cientificamente respeitável, não podendo ser um conceito obscuro. Esta exigência, naturalmente, aplica-se também ao conceito de analiticidade e à distinção analítico-sintético que ele permite traçar. Entretanto, como Quine observa em “Dois Dogmas do Empirismo”, as tentativas de definir a analiticidade não haviam obtido êxito até então. Desse modo, em sendo um conceito obscuro, a analiticidade não estaria disponível, na visão quineana, para uso filosófico. Em particular, ela não estaria disponível para dar suporte à distinção *a priori-a posteriori*. Sendo assim, Quine propõe que esse dogma seja abandonado e que seja reconhecido o holismo epistemológico.

1.2.1.2 Holismo semântico

Além de adotar um holismo epistemológico, como recém descrito, Quine sustenta também uma visão holista no que diz respeito à semântica. Desse modo, assim como não seria possível isolar, para cada frase da teoria tomada individualmente, um conjunto de estimulações sensoriais que a infirmariam e outras que a confirmariam, tampouco seria possível, segundo ele, destacar um conteúdo determinado que seria o significado³⁰ de cada uma delas.

Na interpretação mais usual de Quine, essa extensão de seu holismo à Semântica seria uma decorrência de seu endosso a uma teoria do significado de cunho verificacionista. A despeito de suas críticas ao verificacionismo, podem ser encontradas, nas obras do filósofo, algumas declarações que parecem amparar essa linha interpretativa³¹. Em *Epistemologia*

³⁰ Por “significado” entenda-se significado cognitivo e não significado lingüístico. A fim de elucidar essa diferença, considere-se a frase “João rega as plantas” e a frase “As plantas são regadas por João”. Ambas possuem significados lingüísticos distintos, uma vez que há algumas diferenças gramaticais entre elas, tais como a diferença de sujeito gramatical, bem como da voz em que se encontra o verbo. Contudo, do ponto de vista do significado cognitivo, elas não diferem, na medida em que transmitem a mesma informação e possuem as mesmas condições de verdade. É com o significado cognitivo, e não com o lingüístico, que Quine está importado, na medida em que sua preocupação com a linguagem é primariamente para fins epistemológicos, ou seja, ele se interessa pela linguagem porque é através dela que o conhecimento sobre o mundo é expresso.

³¹ Em *The Roots of Reference*, por exemplo, Quine afirma “os dois papéis das observações, seu papel no suporte da teoria e seu papel no aprendizado da linguagem, são inseparáveis. Observações são relevantes como evidência para o suporte da teoria por causa daquelas muitas associações, entre eventos observáveis e vocabulário teórico, por meio das quais aprendemos o vocabulário teórico pela primeira vez. Consequentemente, é claro, os lugares-

Naturalizada, por exemplo, Quine vincula a teoria verificacional do significado e o holismo epistemológico com uma, por ele sustentada, conhecida como “tese da indeterminação da tradução”:

Se, com Peirce, reconhecermos que o significado de uma sentença depende puramente do que vier a ser considerado como evidência para a sua verdade, e se, com Duhem, reconhecermos que as sentenças teóricas possuem evidência não enquanto sentenças isoladas, mas só enquanto grandes blocos de teoria, então o caráter indeterminação da tradução será a conclusão natural.

[...] Será que a inconveniência dessa conclusão deveria persuadir-nos a abandonar a teoria verificacional do significado? É certo que não. O tipo de significado básico para a tradução e para a aprendizagem da língua materna é necessariamente o significado empírico e nada mais. (QUINE, 1975, p. 169)

As passagens recém citadas sugerem que Quine teria aceito a tese verificacionista, embora numa versão modificada, já que, para ele, a confirmação teria um caráter holista. A conjunção do holismo epistemológico com a tese de Peirce seria, nessa interpretação, a responsável pela indeterminação do significado e, portanto, da tradução das frases mais teóricas da teoria, como é afirmado no trecho acima. Tal ocorreria porque, dado o caráter holista da confirmação empírica, não seria possível isolar um conjunto de estimulações infirmadoras e confirmadoras para frases individuais, sobretudo para as menos diretamente ligadas às estimulações, e, na medida em que o significado é identificado com esse conjunto de estimulações, não seria possível afirmar que tais frases estariam vinculadas a um significado determinado. O resultado seria a indeterminação da tradução radical³² das frases mais teóricas de uma linguagem para outra, ou seja, a possibilidade de elaboração de mais de um manual de tradução entre tais linguagens, os quais resultariam, para as frases em questão, em traduções incompatíveis entre si. Para Quine, apenas as frases mais diretamente ligadas às estimulações estariam em melhores condições a esse respeito e poderiam ser traduzidas sem maiores dificuldades e de modo semelhante por diferentes manuais.

Não obstante essa seja interpretação mais usual de Quine, há intérpretes que negam que o autor tenha sustentado um verificacionismo. Dentre eles, vale citar Peter Hylton, segundo o qual o holismo teria impossibilitado que Quine mantivesse uma teoria

comuns da teoria verificacional do significado. O significado de uma frase encontra-se nas observações que suportariam ou refutariam ela.” (1973, p. 38, *tradução nossa*)

³² Quine apresenta sua tese da indeterminação da tradução no contexto de um experimento que propõe chamado “tradução radical”. O experimento de tradução radical consiste em supor a tentativa de um lingüista de campo elaborar um manual de tradução, sem a ajuda de intérpretes, entre sua própria língua e a de uma tribo cuja língua e cultura lhes são completamente desconhecidas. Tal experimento foi apresentado por Quine em *Word and Object*, mas é freqüente a utilização de exemplos a ele relacionados em outras obras do autor.

verificacional do significado, justamente, por ser impossível isolar, para cada frase, um conjunto de experiências infirmadoras e confirmadoras. Nas palavras de Hylton, “A ênfase de Quine na ligação entre significado e evidência de fato conduz ele a negar que possamos, em geral, fazer sentido claro da idéia de significado de uma frase.” (2007, p. 57, *tradução nossa*) O que Quine teria feito, na interpretação de Hylton, seria simplesmente identificar significado com evidência. Ao que parece, ele não pensa que essa simples identificação equivaleria a sustentar um verificacionismo.

De qualquer modo, tendo Quine sustentado um verificacionismo ou não, algo que parece indiscutível é essa identificação procedida por ele entre significado e evidência. A consequência que essa identificação traz consigo é a extensão do holismo epistemológico para a semântica, de modo que, em geral, apenas no contexto mais amplo da teoria que integra é que uma frase poderia ser considerada significativa, não sendo possível, por conseguinte, isolar um conteúdo determinado que possa ser considerado seu significado. As exceções a essa regra são, assim como no holismo epistemológico, as frases de observação e os categóricos de observação. Para as frases de observação, que estão mais diretamente ligadas às estimulações sensoriais, seria possível destacar aproximadamente o seu significado empírico. O mesmo poderia ser feito com os categóricos de observação, visto que são compostos de frases de observação.

Do que foi apresentado, já se pode desconfiar que as frases de observação tenham um papel especial no bojo da filosofia quineana. Para Quine, a confirmação empírica teria um caráter holista e, portanto, não seria possível isolar, para a maioria das frases, um conjunto de experiências infirmadoras e confirmadoras. Ademais, como Quine identifica significado com evidência, tampouco seria possível destacar um significado determinado para cada frase da teoria. As frases de observação, por serem exceção a essa regra, parecem desempenhar um papel especial na filosofia de Quine. Qual seja exatamente esse papel é que se tentará precisar na seção 2.3.

1.2.2 Considerações de Quine por uma abordagem genética

Como foi anteriormente apontado, Quine sustenta que as questões epistemológicas devem ser tratadas a partir de considerações a respeito da linguagem, pois é através dela que o conhecimento é expresso. Segundo ele, quando alguém aprende sua linguagem, aprende, ao mesmo tempo, sua teoria sobre o mundo. Por conta disso é que a abordagem genética para o problema central da epistemologia deve ser feita, na visão do autor, a partir do estudo do

processo de aquisição da linguagem. A fim de dar alguns passos iniciais em direção da consecução de seu projeto epistemológico por meio de uma abordagem genética, Quine desenvolve, então, sua concepção acerca do aprendizado da linguagem, a qual ele apresenta de modo mais completo e sistemático em seu livro “The Roots of Reference” (1973).

A concepção quineana sobre o aprendizado da linguagem está aliada à visão do autor sobre a própria linguagem, a qual se opõe ao que ele chama de “concepções mentalistas” com respeito à linguagem. Para o autor, seria incorreto proceder como ditas concepções e vincular às expressões lingüísticas alguma entidade como seu significado, tenham tais entidades natureza mental (como idéias na mente de um falante), platônica (como sentidos de expressões lingüísticas em um terceiro reino, como para Frege) ou mesmo física, material (como os próprios objetos aos quais as expressões se referem, como para as teorias referenciais do significado). Postular tal associação seria construir a linguagem como um “museu mental”, no qual o sujeito vincula mentalmente palavras a significados, sendo aquelas as etiquetas e estes, as peças expostas. (QUINE, 1969, p.139) Entendendo-se a linguagem sob esse viés mentalista, ter-se-ia de recorrer ao procedimento introspectivo a fim de saber qual significado o falante vincula às expressões lingüísticas que usa, o qual é epistemicamente privado e, portanto, rejeitado por Quine, uma vez que os métodos que são utilizados pelas ciências naturais são intersubjetivos. Como anteriormente mencionado, para Quine que é um naturalista, um conceito, para estar disponível para uso filosófico, deveria ser cientificamente respeitável. Isto significa, dados os métodos científicos atuais, que teria de ser possível dar um sentido empírico ao conceito. Segundo o autor, o conceito mentalista de significado seria um exemplo de conceito não respeitável cientificamente e, por isso, indisponível para uso filosófico, em razão da impossibilidade de dar-lhe um sentido empírico claro.

A fim de atender essa demanda do naturalismo que sustenta, Quine, então, procede a uma externalização do significado, construindo, para tanto, sua concepção behaviorista da linguagem. Para ele, a linguagem seria uma “arte social” (QUINE, 1960, p. ix), isto é, um tipo de atividade praticada por um grupo de indivíduos que pertencem a uma comunidade. (GIBSON, 1982, p. 31) Segundo Quine, “adquirimos [a linguagem], tendo como única evidência o comportamento aberto de outras pessoas em circunstâncias publicamente reconhecíveis” (QUINE, 1969, p. 139), ou seja, essa arte é algo que é aprendido pelo sujeito, aprendizado este explicado pelo autor em termos behavioristas. Mas a concepção behaviorista da linguagem de Quine não se restringe a seu aprendizado; ele também tenta explicar a própria noção de significado nesses mesmos termos. Para ele, “não há significado algum, nem identidade nem distinção de significado, além dos que estão implícitos nas disposições da

pessoa para o comportamento aberto” (QUINE, 1969, p. 140) Entendido assim, o significado passa a ser, na concepção quineana, uma propriedade do comportamento, na medida em que depende das disposições do sujeito para o comportamento verbal e que qualquer distinção de significado baseada em outros fatores que não em tais disposições constituiria, em verdade, uma distinção ilusória.³³ Desse modo é que Quine satisfaz a exigência do naturalismo que adota, tendo em vista que, em sua concepção, o estudo acerca dos significados das frases que determinado indivíduo utiliza deverá adotar, como método, a observação de seu comportamento na situação de fala, de forma a extrair as suas disposições para o comportamento verbal.

Entendendo o significado dessa maneira, o significado de uma frase para um falante consistiria, segundo Quine, em suas disposições para o comportamento verbal frente essa frase sob condições estimulativas apropriadas. Tais disposições seriam aquilo que o falante aprende quando está adquirindo a linguagem e seria por ter essas disposições que ele se tornaria um falante competente da mesma.

Como foi visto anteriormente, Quine identifica significado e evidência, sendo que por esta última ele entende estimulações sensoriais. Por suas conexões com estimulações sensoriais é que a linguagem teria seu significado empírico na visão quineana. Ao aprender sua linguagem, então, o falante aprenderia, pelo menos inicialmente, uma série de correlações entre frases e padrões de estimulações sensoriais. Contudo, não se trataria de quaisquer estimulações: tais estimulações seriam aquelas que servem de evidência para a frase em questão, isto é, que constituem indício empírico da verdade ou da falsidade da mesma. O aprendizado dessas correlações, por seu turno, consistiria na aquisição de disposições, quais sejam, das disposições para asserir determinada frase ou assentir à sua asserção por parte de outro falante apenas quando se estiver sob estimulações que sejam indício empírico de sua verdade, bem como das disposições para não asserir determinada frase ou dissentir à sua asserção por parte de outro falante apenas quando se estiver sob estimulações que sejam indício empírico de sua falsidade. É por assim entender, ao que parece, que Quine (1973, p. 65) mantém que aprender a linguagem consiste em aprender a distribuir valores de verdade.

Adquirindo tais disposições o falante passará a estar apto a usar cada frase da linguagem de maneira correta, uma vez que aprendeu a distribuir adequadamente os valores

³³ Para a concepção mentalista, poderiam existir algumas distinções de significado que não se refletem nas disposições de um sujeito para o comportamento verbal, mas que estão estabelecidas em seu “museu mental”. Para Quine, porém, tais distinções seriam ilusórias; só haveria distinções de significado quando existissem diferenças em referidas disposições.

de verdade das frases. Ao aprender essa distribuição correta de valores de verdade, a rigor, o falante está aprendendo a distribuir ditos valores em conformidade com a teoria sobre o mundo da comunidade linguística em que está inserido. Isso porque a aquisição dessas disposições e, portanto, da distribuição adequada dos valores de verdade se dá mediante treinamento ministrado pelos falantes competentes da linguagem. São estes falantes, então, que indicarão em quais condições é correto e em quais condições é incorreto o uso de uma frase. Sendo assim, em última instância, eles é que serão responsáveis por transmitir ao aprendiz qual a distribuição correta dos valores de verdade de acordo com a teoria sobre o mundo mantida pela comunidade linguística à qual pertencem. Parece ser nesse sentido que Quine entende que, ao adquirir sua linguagem, o falante aprende sua teoria sobre o mundo.

A explicação de Quine de como é realizado referido treinamento está baseada na psicologia behaviorista. (GIBSON, 1982, p. 7) Dentre as formas de explicação que lhe estavam disponíveis, o autor entendeu que o recurso às explicações behavioristas seria o mais adequado e mais respeitável cientificamente³⁴. Baseando-se nesse modelo explicativo, então, Quine explica o aprendizado da linguagem em termos de condicionamento, estímulo e resposta. Quando uma criança está aprendendo sua língua materna, o treinador, que em geral é algum familiar seu, incentivará, mediante recompensa, o comportamento verbal adequado da criança e reprimirá, por meio de punição, o seu comportamento verbal inadequado. O objetivo desse trabalho do treinador é conseguir inculcar disposições no aprendiz, após o que este terá aprendido a usar a linguagem de forma adequada, a qual será aceita pela comunidade linguística em que está inserido e permitirá que dialogue com os demais membros dela de forma fluente.

Para compreender como ocorre, na visão quineana, a aquisição de tais disposições por parte do aprendiz, faz-se necessário ter em mente algumas considerações do autor concernentes à percepção, como também ao modo como se processa o aprendizado em geral, do qual o aprendizado da linguagem faz parte. (GIBSON, 1982, p. 7)

Primeiramente, há que se esclarecer o que Quine entende por disposição. Foi dito aqui que o autor concebe o significado em termos de disposições para o comportamento verbal. Leia-se, então, o que ele afirma, em “The Roots of Reference”, a respeito das disposições para o comportamento:

³⁴ Em “Pursuit of Truth”, Quine (1990b, pp. 37-38) afirma que “[...] a abordagem behaviorista é obrigatória. Em psicologia pode-se ou não ser um behaviorista, mas em linguística não se tem escolha.”

A atribuição de uma disposição comportamental, aprendida ou não aprendida, é uma hipótese fisiológica, embora fragmentária. É a assunção de algum arranjo fisiológico tal que, se nós conseguirmos alguma vez ter sucesso em identificá-lo e analisá-lo, nós chegaremos a uma compreensão satisfatória do mecanismo do comportamento do animal em questão. (1973, pp. 13-14)

Sendo assim, quando Quine explica o comportamento verbal dos falantes de uma linguagem dizendo que os mesmos têm disposições em virtude de quais se comportam da forma como se comportam, ele está, na verdade, fazendo referência a um mecanismo fisiológico hipotético.³⁵ É graças a esse mecanismo que os falantes se comportam de uma e não de outra maneira. O motivo de Quine para proceder à explicação em termos de disposições, não falando diretamente sobre o mecanismo fisiológico, reside na carência de explicação teórica do mesmo. Em não sendo possível explicar precisamente o mecanismo, devido ao estágio de desenvolvimento da ciência na época de Quine, a atitude adequada, para o autor, seria tentar fornecer explicações utilizando-se do idioma disposicional. Com isso, algum progresso sobre o tema poderia ser feito mesmo antes de se obter uma explicação fisiológica completa do comportamento verbal. Dessa maneira, o uso de Quine desse idioma possui um papel heurístico e um caráter programático, devendo ser usado enquanto o mecanismo fisiológico que resulta no comportamento verbal não for explicado e, depois, caso esse mecanismo seja explicado, ser substituído por um idioma em termos fisiológicos³⁶.

As disposições adquiridas durante o aprendizado da linguagem, assim entendidas, são mecanismos fisiológicos em virtude dos quais o falante, quando está submetido a certa estimulação sensorial, asserir determinada frase ou assente ao seu proferimento por parte de outro falante (e, do mesmo modo, no caso de não asserir ou de dissentir à sua asserção por parte de outro falante) Há que se ter presente, então, como exatamente Quine concebe essas estimulações. Quine entende a estimulação sensorial como evento físico que ocorre na superfície sensorial do falante. Em “The Roots of Reference”, onde ele desenvolve sua concepção sobre o aprendizado da linguagem, ele (1973, p. 16, *tradução nossa*) tece suas explicações em termos do que chama de “momentos ou breves episódios da vida do sujeito” – que serão aqui chamados doravante de “episódios” simplesmente. Quine (1973, p. 16,

³⁵ Com efeito, Quine (1973, p. 10, *tradução nossa*) afirma: “[c]ada disposição, em minha visão, é um estado ou mecanismo físico.”

³⁶ Em “The Roots of Reference”, Quine (1973, p. 14, *tradução nossa*) afirma não estar empenhado em “encontrar um lugar respeitável para o idioma disposicional geral em uma linguagem teórica regimentada.”, ou seja, reformulada e expressa na linguagem da lógica. Em outra passagem da mesma obra, ele (1973, p. 10, *tradução nossa*) afirma também o seguinte: “eu não estou preocupado em estabelecer o idioma disposicional como um idioma técnico da teoria científica de qualquer modo.” Quine (1973, p. 14, *tradução nossa*) descreve sua atitude em relação ao idioma disposicional da seguinte maneira: “[e]u descrevo o papel heurístico desse idioma na elaboração de uma teoria científica, e então eu uso ele.”

tradução nossa) caracteriza os episódios como “estágios breves ou segmentos temporais do corpo do sujeito percipiente”, ou seja, eles possuem uma duração de tempo, e, ademais, assumem um caráter global, uma vez que está neles incluso tudo eu o sujeito recebe por meio de seus receptores sensoriais no âmbito de sua duração. A noção de recepção aí envolvida pode ser entendida, simplesmente, como o estar recebendo estimulações sensoriais, isto é, o ter seus receptores sensoriais ativados.

O treinamento mediante o qual os falantes adquirem suas disposições ao comportamento verbal depende, no entanto, de que se possa estabelecer relações de similaridade entre episódios e de que se possa falar em tipos de episódios, em vez de falar tão somente em episódios singulares datados. Em vista disso, Quine traça as seguintes noções: relação de similaridade receptual, vizinhança receptual e relação de similaridade perceptual.

A relação de similaridade receptual, conforme Quine (1973, p. 16, *tradução nossa*), consistiria na “mera similaridade física dos impactos das superfícies sensoriais”. Essa similaridade física, quando houvesse, dar-se-ia entre pelo menos três episódios da vida de um falante e se estabeleceria da seguinte maneira: “o episódio *a* é mais similar ao *b* do que ao *c*”. (QUINE, 1973, p. 16) Quine frisa, contudo, que a similaridade receptual porta graus, não sendo adequado falar de uma identidade receptual completa.³⁷ Sendo assim, Quine (1973, p. 16, *tradução nossa*) define a similaridade receptual da seguinte forma: “Episódios são receptualmente similares ao grau que o conjunto total dos receptores sensoriais que são disparados em uma ocasião aproxima-se ao conjunto disparado em outra ocasião.”

Após caracterizar a relação de similaridade receptual, Quine está em condições de delimitar tipos de episódios, o que ele faz recorrendo ao conceito matemático de vizinhança. Aplicando esse conceito, ele obtém a noção de vizinhança receptual, que pode ser definida, considerando-se a vizinhança receptual do episódio *a*, como o conjunto de “todos os episódios receptualmente mais similares a [o episódio] *a* do que [o episódio] *b* o é” (GIBSON, 1982, p. 8) De posse desse conceito, pode-se deixar de falar de episódios, enquanto singulares e datados, e falar em termos da vizinhança de determinado episódio *a*, que reúne episódios cujo grau de similaridade receptual com *a* é significativamente elevado.

Dessa maneira, torna-se possível para Quine caracterizar uma relação cujo papel é crucial para o aprendizado, a saber, a relação de similaridade perceptual. A percepção, como Quine afirma, possui um tom mentalista. Com efeito, ela não se restringe, como a recepção, à mera estimulação dos receptores sensoriais; ela envolve também a consciência do sujeito

³⁷ Quanto à identidade receptual completa, ele (1973, p. 17, *tradução nossa*) diz: “identidade receptual completa jamais seria realizada, ou se realizada, reconhecida.”

(GIBSON, 1982, p. 8). Não obstante, Quine entende que ela se manifesta no comportamento e que, portanto, é possível estabelecer um critério comportamental adequado para aferir a relação de similaridade. (QUINE, 1973, p. 4 e p. 17)

Como exemplo de como a relação de similaridade perceptual manifesta-se no comportamento, Quine propõe que se suponha que um animal seja colocado na presença de uma alavanca e uma tela. Ele pede que se suponha também que o animal venha a descobrir que, quando há o desenho de um círculo na tela, o pressionar da alavanca faz com que lhe seja entregue um pedaço de comida, enquanto que, quando há na tela quatro pontos distribuídos de modo a formar um semicírculo, ele recebe um choque. Uma vez que o animal tenha aprendido qual é o resultado de seu ato de pressionar a alavanca em cada caso, provavelmente ele deixe de pressioná-la nas ocasiões em que há os quatro pontos em semicírculo na tela, objetivando evitar o choque. Tendo isso em vista, caso haja na tela uma terceira imagem, agora sete pontos formando um círculo, e supondo que o animal venha a pressionar a alavanca, pode ser concluído, na visão de Quine, que o animal considera esta terceira imagem como perceptualmente mais similar à primeira do que à segunda, uma vez que, provavelmente, o seu ato de pressionar da alavanca tenha visado à obtenção de comida e não a recepção de um choque. (QUINE, 1973, p. 4)

Em se manifestando no comportamento, Quine considera possível estabelecer um critério comportamental para aferição da relação de similaridade perceptual. Ele o formula da seguinte maneira: “*a* mostra-se perceptualmente mais similar a *b* que a *c* quando o sujeito foi condicionado a responder de alguma forma a todos os episódios na vizinhança receptual de *b*, e a conter essa resposta a todos aqueles na vizinhança receptual de *c*, e é então encontrado a assim responder àqueles na vizinhança de *a*”. (QUINE, 1973, pp. 17-18)

Como foi dito anteriormente, a relação de similaridade perceptual é essencial para o aprendizado. Isso porque, de acordo com Quine, ela seria “um feixe de disposições de segunda ordem para o comportamento”. Quine afirma isso porque ele as considera como as disposições que o indivíduo tem para ser submetido a condicionamento, o qual é determinante para muitos de seus comportamentos futuros. Conforme o autor, caso o indivíduo não diferenciasse os episódios de acordo com sua maior ou menor similaridade perceptual entre si, ou seja, caso ele não tivesse um padrão de similaridade perceptual, não seria possível submetê-lo a condicionamento. Isso porque, como ele afirma, “qualquer resposta, se reforçada, seria condicionada igualmente e indiscriminadamente a todo e qualquer episódio futuro, todos estes sendo igualmente similares.” Sendo assim, na medida em que os seres humanos, assim como outros animais, podem ser submetidos a condicionamento, Quine

conclui que cada sujeito possui um padrão de similaridade perceptual, o qual seria inato, isto é, recebido como herança genética de seus ancestrais, já que constitui uma pré-condição para qualquer aprendizado (QUINE, 1973, p. 19).

O padrão de similaridade perceptual é subjetivo, isto é, é restrito a um sujeito, o qual relaciona os seus próprios episódios como mais ou menos perceptualmente similares entre si. Não obstante, Quine alega que poderia ser atribuído um grau de validade objetiva aos padrões de similaridade de cada sujeito, a qual consistiria em sua tendência a estar de acordo com o que ocorre no ambiente. De acordo com o autor, essa validade objetiva seria explicada pela seleção natural. O padrão de similaridade perceptual de um sujeito subjaz as expectativas que o mesmo cria e, em virtude disso, é determinante para suas previsões. Como afirma Quine (1973, p. 19), “experiências que começam similarmente [perceptualmente] espera-se que se transformem de modos similares.” Durante o processo de seleção natural, alguns indivíduos mostraram-se mais habilidosos em fazer previsões bem sucedidas. O sucesso de tais previsões deveu-se ao fato de seus padrões de similaridade perceptual tenderem a concordar com o que ocorre no ambiente. Como fazer previsões bem sucedidas é uma habilidade que possui valor para a sobrevivência, pode-se concluir que os seres humanos hoje, que são descendentes daqueles que sobreviveram ao processo de seleção natural, possuem essa habilidade para fazer previsões bem sucedidas. Sendo assim, pode-se concluir, como Quine parece pensar, que os padrões subjetivos de similaridade perceptual dos seres humanos tendem a estar de acordo com o que ocorre no ambiente e, por isso, possuem um grau de validade objetiva.

Quine observa, ainda, que, tendo em vista que os seres humanos são descendentes dos mesmos ancestrais e que, portanto, possuem um gene em comum, pode-se esperar que os padrões subjetivos de similaridade perceptual sejam bastante uniformes entre diferentes indivíduos da comunidade. Ademais, Quine destaca que, apesar de inatos, os padrões sofrem modificações com a experiência. Ainda assim, como ele alega, pode-se esperar que tais mudanças sejam lentas, dado o valor que eles tiveram para a sobrevivência dos ancestrais dos seres humanos. Poder-se-ia esperar também, segundo o autor, que eventuais mudanças ocorressem uniformemente nos padrões dos diferentes membros da comunidade, uma vez que os mesmos partilham o mesmo ambiente, a mesma cultura, a mesma linguagem e exercem influência uns sobre os outros. (QUINE, 1973, pp. 22-23)

Afirmou-se há pouco que os padrões de similaridade perceptual de cada sujeito possuem um papel crucial para o aprendizado. Agora, impõe-se responder como, na visão de Quine, dar-se-ia o aprendizado, no qual tais padrões têm tamanha importância. Na explicação quineana, o aprendizado estaria baseado num princípio de prazer, isto é, na suposição de que

os seres humanos, assim como outros animais, tendem a buscar o prazer e evitar o desprazer. Seria precisamente por isso que eles poderiam ser submetidos a condicionamento mediante punição e recompensa a fim de que não pratiquem certa conduta, objetivando evitar o desprazer da punição, ou a fim de que a pratiquem, objetivando auferir o prazer da recompensa. Para compreender como esse mecanismo funciona, é salutar discorrer brevemente acerca de outros conceitos utilizados por Quine nessa explicação, a saber, os conceitos de vestígio e saliência.

De acordo com Quine, os episódios da vida de um sujeito deixariam vestígios, que seriam, grosso modo, aquilo que o sujeito retém em sua memória a respeito deles. Normalmente, tais vestígios carregam tão somente algumas características do episódio, mais especificamente, aquelas características que são salientes para o sujeito. Conforme o autor, seria por suas características salientes que o sujeito consideraria um episódio como perceptualmente similar a outro. Sendo assim, seria pela comparação dos vestígios de um episódio passado, que carregam as características salientes do mesmo, com um episódio presente que o sujeito acabaria por considerá-los como perceptualmente similares.

Neste momento, poder-se-ia indagar: mas o que será considerado pelo sujeito como característica saliente em um episódio? Não há como fornecer uma resposta exata e completa a essa questão. Contudo, há certas condições que irão induzir que esta ou aquela característica do episódio tenda a ser considerada saliente pelo sujeito. Algumas delas, segundo Quine, seriam inatas, recebidas como herança genética, tais como posição focal, movimento, brilho, cores berrantes, etc. Isto quer dizer que, em um episódio em que o sujeito tem em seu campo visual um animal em movimento, por exemplo, a tendência é que esse animal seja aquilo que é saliente nesse episódio. Outras condições, no entanto, seriam adquiridas, quais sejam, os vestígios de episódios passados do sujeito. De acordo com Quine, o vestígio de um episódio passado que contenha, por exemplo, um animal em movimento induzirá o sujeito que está diante de um episódio presente contendo a mesma espécie de animal em movimento a considerar como saliente justamente esse animal em movimento, mesmo que haja objetos brilhantes ou de cor berrante em cena (que poderiam ser considerados igualmente salientes caso o vestígio do episódio passado contendo o animal em movimento não tivesse induzido a saliência do animal).

Neste momento, está-se em condições de saber como o mecanismo de condicionamento se processa. Suponha-se que um sujeito tenha tido um episódio em que praticou determinada conduta e foi recompensado. Tal episódio será considerado prazeroso para esse sujeito e o prazer que lhe foi proporcionado pela recompensa integrará, junto com

outras características, o vestígio que esse episódio deixará. Em outra ocasião, o mesmo sujeito tem um episódio que vem a considerar perceptualmente semelhante com o vestígio do episódio prazeroso passado, embora não tenha sido recompensado. A tendência, segundo Quine, é que esse sujeito atue no sentido de aumentar a similaridade entre o episódio atual e o anterior, com o objetivo de receber a recompensa que recebeu no episódio anterior prazeroso. Do mesmo modo, mas no sentido inverso, ocorre quando o episódio passado é desprazeroso. Quando o sujeito se depara com um episódio atual que considere semelhante ao vestígio do episódio passado desprazeroso, tentará diminuir a similaridade entre ambos, com a pretensão de evitar o desprazer da punição. O princípio que embasa essa explicação é, como dito antes, o princípio de prazer.

Tendo em mente a maneira como Quine explica o aprendizado em geral, sobretudo o processo de condicionamento, cabe adentrar em suas explicações sobre o aprendizado da linguagem. De acordo com o autor, o início do processo de aprendizado da linguagem pela criança consistiria no aprendizado de frases de observação. Tal aprendizado dar-se-ia por meio de ostensão direta, nos moldes de sua explicação de como funciona o processo de condicionamento, isto é, mediante punição e recompensa.

O objetivo do condicionamento será associar frase de observação holofrasticamente, isto é, como todos não estruturados, aos episódios em que seu uso é apropriado. A explicação de Quine (1973, p. 29) do aprendizado da palavra “vermelho” parece ser um exemplo de como o processo de aprendizado das primeiras frases de observação parece ocorrer. Ele pede que se suponha que uma criança venha a proferir a palavra “vermelho” como um balbúcio casual e que, acidentalmente, a mesma esteja na presença de uma bola vermelha. O pai, provavelmente, irá recompensar a criança, o que fará desse episódio um episódio prazeroso para ela. O indício de prazer estará presente, em conformidade com o que se disse anteriormente, no vestígio desse episódio. Num episódio futuro em que a criança esteja diante de um xale vermelho, ela considerará esse episódio como perceptualmente similar ao vestígio do episódio prazeroso anterior, que inclui o vermelho e o indício de prazer. De acordo com Quine, seguindo um princípio de prazer, a criança atuará no sentido de aumentar a similaridade entre os dois episódios, a fim de obter o prazer causado pela recompensa. Para tanto, ela implementará aquilo que está faltando no episódio presente, a saber, o proferimento, de sua parte da palavra “vermelho.” O pai, provavelmente, irá recompensá-la.

Essa seria, esquematicamente, uma descrição do início do aprendizado. A sequência natural seria a submissão de perguntas, por parte do pai, para assentimento e dissentimento. Por exemplo, o pai, estando ele e a criança diante de algo vermelho, pergunta à criança

“Vermelho?” e esta deverá assentir ou dissentir. Caso ela assinta, o pai a premiará; caso ela dissinta, o pai a punirá. Por esse meio, de acordo com Quine, a criança acabará adquirindo disposições para assentir e dissentir à frase sob condições estimulativas apropriadas.

No que tange às demais frases da linguagem, menos diretamente ligadas às estimulações sensoriais, o aprendizado não seria por meio de ostensão direta³⁸. Primeiramente, há que se atentar ao fato de que as frases menos observacionais são muito mais numerosas que as frases de observação. A criança aprende um número potencialmente infinito de frases, tanto observacionais quanto não observacionais, e a ostensão direta, naturalmente, não poderia ser o único método de aprendizado da linguagem pela criança. Além disso, enquanto as frases de observação podem ser aprendidas por meio de ostensão direta, embora de fato não o sejam todas, as frases não observacionais não podem ser aprendidas totalmente por esse meio. Isso porque, como observa Hylton, as disposições para assentir e dissentir a frases de observação são mais complexas que as disposições para assentir e dissentir a frases de observação. Conforme Quine, estas últimas dependeriam das estimulações presentes apenas, enquanto aquelas dependeriam também das conexões da frase com outras frases. Como afirma Hylton (2007, p. 155, *tradução nossa*), “as frases em geral são corretamente asseridas ou negadas com base em outras frases asseridas ou negadas, bem como com base em estimulações; ou com base em outras frases apenas, com nenhum papel direto para estimulações (Este, novamente, é um modo de expressar o holismo).”

Diante disso, o meio pelo qual, segundo Quine, seriam adquiridas as disposições para o comportamento verbal frente a frases não observacionais seria o aprendizado de modos de composições de frases. De acordo com Quine (1973, p. 35), “[a] criança aprende a recombina seu crescente vocabulário em novas frases de seu próprio e a usar elas corretamente.” Um dos modos de composição de frase seria a síntese analógica, que Quine descreve da seguinte maneira:

A criança aprende algumas frases breves como todos do modo óbvio, ouvindo elas dos adultos em circunstâncias observáveis; e então ela faz novas frases por substituição analógica, suplantando uma palavra componente de uma frase adquirida por uma outra palavra de seu vocabulário adquirido. (QUINE, 1973, p. 35, *tradução nossa*)

Não se pretende aqui proceder a uma exposição detalhada da das explicações quineanas dos modos de composição de frases. O ponto importante a ser ressaltado aqui

³⁸ Com efeito, nem mesmos as frases de observação são todas aprendidas por ostensão direta. Quine afirma que as frases de observação são aquelas que *podem* ser aprendidas por esse meio.

consiste no fato de Quine reconhecer que, devido à menor vinculação das frases observacionais com as estimulações sensoriais, há uma maior obscuridade quanto ao modo como são aprendidas as frases não observacionais. Com efeito, logo após a passagem antes transcrita, em que ele fala sobre a síntese analógica, ele afirma: “[l]ogo, contudo, seu processo de aprendizado torna-se muito mais difícil de retratar e de conjecturar. Ela [a criança] começa a produzir frases que não têm qualquer relação importante com as circunstâncias observáveis presentes.” (QUINE, 1973, pp. 35-36, *tradução nossa*) Essa obscuridade parece ser um reflexo do holismo quineano. Como Hylton (2007, p. 155) afirma,

por esta razão [o holismo] pode ser impossível mesmo especificar as disposições que teriam de ser adquiridas para alguém aprender uma dada frase. E se nós nem mesmo conhecemos quais disposições estão em jogo então claramente nós não podemos ter esperança de dizer algo específico sobre como elas são adquiridas.

Diante do exposto, pode-se perceber que as frases de observação possuem um lugar privilegiado nas considerações de Quine sobre o aprendizado da linguagem. Devido a sua maior vinculação com as estimulações sensoriais, podem ser aprendidas mediante ostensão direta e sem que a criança domine outras porções da linguagem. As frases de observação são, portanto, aquelas primeiramente aprendidas pela criança e aquelas cujo processo de aprendizado é mais transparente.

1.2.3 O lugar das frases de observação

Como já sugerido, as frases de observação possuem um importante papel na filosofia quineana, o qual decorre, pode-se dizer, do *status* especial que possuem dentro de teorias. Portanto, há que se compreender primeiramente qual seja esse *status*, para então saber o papel das frases de observação na filosofia de Quine.

Foi dito anteriormente que Quine sustenta uma postura empirista, segundo a qual o conhecimento que os seres humanos têm sobre o mundo seria obtido através da estimulação de seus receptores sensoriais. A partir de tais estimulações, eles elaborariam, conforme o autor, conjecturas sobre como é o mundo que os rodeia e do qual fazem parte, formando, dessa maneira, um conjunto de crenças, as quais estariam consubstanciadas na linguagem.

Para Quine, os homens, ao longo das gerações, usando-se de sua “coletiva e cumulativa criatividade”, teriam elaborado uma teoria sobre o mundo. (QUINE, 1990, p. 1)

Dita teoria seria, justamente, um conjunto de frases³⁹ que constituiriam as crenças dos seres humanos sobre o mundo, ou seja, o seu pretense conhecimento sobre o mundo obtido a partir de suas estimulações sensoriais. Estas estimulações, por seu turno, seriam a evidência última à qual a teoria deveria se conformar.

Neste ponto, impõe-se responder à seguinte indagação: como compreender exatamente dita noção quineana de uma teoria construída pelos homens acerca do mundo? De acordo com a explicação de Hylton, que aqui se segue, essa teoria seria “o melhor conhecimento, de todos os sujeitos, atualmente disponível.” (2007, p. 25) Como ele observa, porém, não se trataria de uma teoria “de fato sustentada por uma única pessoa (ela é muito extensa e muito complexa), muito menos por cada um de nós.” Em verdade, ela seria uma idealização. (2007, p. 25) Conforme Hylton, mais precisamente, ela seria “a soma total do que é aceito pelos especialistas de cada área de estudo” (2007, p. 25).

Hylton acrescenta, ainda, que, apesar de ser uma idealização, cada parte dessa teoria integra o conhecimento de alguns seres humanos. Além disso, todo conhecimento, até mesmo o mais rudimentar pertencente ao conhecimento ordinário, visaria ao ideal de fazer parte da teoria humana sobre o mundo. Esses dois aspectos seriam, conforme Hylton, pontos de contato entre essa teoria idealizada e a prática humana. (HYLTON, 2007, p. 25)

No que tange a como teorias são estruturada, vale recorrer à metáfora utilizada por Quine a fim de elucidar este ponto: as frases da teoria estariam interconectadas de tal forma que seriam como os nós de uma rede. Seguindo essa metáfora, Quine sustenta que as frases situadas na periferia da rede seriam aquelas ligadas mais diretamente às estimulações sensoriais, ao passo que as frases situadas mais ao centro da rede estariam ligadas a elas de forma mais indireta, por meio de suas conexões com as frases periféricas.

A rigor, não se pode falar em Quine de uma diferença estanque entre dois tipos de frases, conforme sejam suas ligações com as estimulações. Na verdade, assim como em uma rede os nós podem ser ditos mais ou menos próximos à periferia, do mesmo modo as frases de uma teoria podem ser ditas mais ou menos diretamente ligadas às estimulações, havendo tão somente uma diferença gradual em ambos os casos. Nesse sentido é que ele fala em diferenças de graus de observacionalidade entre as frases, de acordo com sua maior ou menos proximidade às estimulações — para seguir um vocabulário metafórico. Não obstante, Quine

³⁹ Quine afirma, em *Pursuit of Truth*, que “[t]eoria consiste de frases, ou é expressa nelas.” (1990b, p. 2) e, em *The Roots of Reference*, asseve que “teorias científicas, não obstante especulativas e não obstante abstratas, são em palavras. Uma e a mesma teoria pode ser expressa em palavras diferentes, assim as pessoas dizem, mas todos podem talvez concordar que não há teorias para além das palavras. Ou, se há, há pouco para ser perdido ao passar sobre elas.” (1973, p. 35)

costuma destacar, em suas exposições, um grupo de frases que constituiriam um caso limite de alta observacionalidade, as quais estariam ligadas de forma direta às estimulações. Tais frases são aquelas que o autor chama “frases de observação”⁴⁰, as quais, devido a esse vínculo direto com as estimulações, teriam um *status* especial dentro da teoria.⁴¹

Até o presente momento, tem-se feito referência apenas a frases como sendo mais ou menos diretamente ligadas às estimulações e, por último, introduziu-se a noção de frase de observação como aquela ligada de forma direta às estimulações. No entanto, ainda não foi aqui esclarecido o que seria precisamente essa ligação direta e, por conseguinte, tampouco a ligação indireta.

Foi anteriormente dito, acerca das frases de observação, que para as mesmas é possível separar, para cada uma delas, um conjunto de estimulações que as infirmariam e outro que as confirmariam. No dizer de Quine, “[c]ada uma deve estar associada afirmativamente com alguma classe das estimulações de alguém e negativamente com alguma classe.” (1990, p. 3) Sendo assim, na presença de uma determinada estimulação confirmadora de uma dada frase de observação, um falante estaria justificado a asserti-la pela mera ocorrência de tal estimulação, uma vez que esta serve como indício empírico de sua verdade — o contrário ocorreria no caso de uma estimulação infirmadora, a qual contaria contra sua verdade.

Pense-se, a título de exemplo, na frase “Isto é vermelho”, considerada observacional por Quine. Um determinado falante que esteja diante de um objeto vermelho receberá, presumivelmente, uma estimulação sensorial vinculada afirmativamente à frase em questão. Caso ele assira “Isto é vermelho”, estando sua atenção nitidamente voltada para o objeto, estará ele justificado em sua asserção e isto meramente pela ocorrência da estimulação apropriada concomitantemente ao seu proferimento.

Nesse sentido é que Quine fala da “suficiência dos impactos presentes” como “o traço distintivo” das frases de observação. (1973, p. 40) Os impactos incidentes sobre a superfície sensorial do falante quando do proferimento da frase de observação são suficientes para a verdade da tal frase e, portanto, para justificar sua possível asserção, não sendo necessários maiores conhecimentos por parte do falante. Isso ocorre porque a frase está conectada diretamente às estimulações, sem a mediação de outras frases.

⁴⁰ Em “Palavra e Objeto”, Quine afirma que se pode chamar de frase de observação não apenas o caso limite, mas também frases com alta observacionalidade.

⁴¹ Ao longo de seus escritos, Quine fornece uma série de critérios para determinar o que seria uma frase de observação. A caracterização feita nesta seção pretende ter um caráter introdutório, com o fito tão somente de especificar o papel importante que Quine atribui às frases de observação, devendo a caracterização ser tornada mais precisa na segunda parte desta dissertação, quando serão abordados os diferentes critérios fornecidos por Quine para dizer quando uma frase é de observação.

No caso das frases não-observacionais, por outro lado, pelo fato de não possuírem cada uma um significado empírico próprio e se confrontarem com as estimulações sensoriais apenas em blocos de frases, sua verdade acaba por depender da verdade das frases de observação que implicam em conjunto com outras. (GREIMANN, 2009, pp. 7-8) Desse modo, para que o falante tenha evidência a favor de uma dada frase não observacional e, assim, esteja justificado em asserti-la, muito mais fatores devem concorrer do que a mera ocorrência de uma estimulação apropriada. A rigor, o vínculo dessas frases com as estimulações é indireto, como já dito, mediado por suas ligações com outras frases. Em verdade, uma dada estimulação será apropriada ou não em virtude, justamente, da trama de ligações com outras frases.

Diante do que foi exposto, pode-se perceber que as frases de observação têm um caráter muito peculiar, decorrente de sua ligação direta com as estimulações. Dito caráter confere a esse grupo de frases um *status* importante dentro da teoria na qual estejam inseridas. Quine costuma destacar dois papéis básicos desempenhados pelas frases de observação, um deles epistemológico e o outro semântico.

No tocante ao primeiro papel, epistemológico, vale notar que, por serem as estimulações presentes no proferimento suficientes, diferentes indivíduos que testemunhem a ocasião acabarão por concordar quanto ao valor de verdade da frase, ou seja, as frases de observação possuem um caráter intersubjetivo.⁴² Tal circunstância faz das frases de observação o solo comum com base no qual saber quando há um desacordo entre diferentes indivíduos quanto à teoria (QUINE, 1973, p. 37) e, portanto, faz da ciência um empreendimento objetivo. (QUINE, 1990, p. 5) As frases de observação são aquelas cujo conteúdo é teoricamente neutro, permitindo, assim, comparações entre teorias distintas. Desse modo, elas são possíveis candidatos, na filosofia quineana, a resolver problemas como o do relativismo epistemológico e da incomensurabilidade de teorias. (VELLOSO, 2005)

Ademais, no que diz respeito às frases de observação, pelo fato de dependerem tão somente das estimulações presentes, não surgem maiores dúvidas quanto ao seu valor de verdade àquele que estiver testemunhando a ocasião de proferimento. Com efeito, Quine admite seu endosso à doutrina da infalibilidade das frases de observação. (QUINE, 2010, p. 71) Conforme o autor,

⁴² No caso de frases não observacionais, o veredito em relação ao seu valor de verdade apresentará maiores divergências de um indivíduo para outro, já que diferentes pessoas podem (e, de fato, costumam) ter conjuntos diferentes de crenças, em conexão às quais está a frase não observacional sob julgamento.

há espaço para erro e disputa somente enquanto as conexões com a experiência por meio das quais as frases são avaliadas são variadas e indiretas, mediadas ao longo do tempo por teoria de maneiras conflitantes; não há nenhum tal espaço enquanto os vereditos a uma frase estão diretamente ligados à estimulação presente. (2010, p. 71)

Em sendo imunes ao erro, as frases de observação estão, então, aptas a cumprirem o papel de evidência última da teoria. Desse modo, seu valor de verdade, que não é objeto de dúvida, pode servir para determinar quando a teoria deverá ser revisada, na medida em que venha a falsificar um categórico de observação da qual faz parte. Nesse sentido é que Quine afirma serem as frases de observação “o veículo de evidência científica”, já que elas são “os meios de verbalizar as predições” através das quais a teoria é testada. (1990, pp. 4-5)

Além desse papel epistemológico, as frases de observação possuem também importante papel no aprendizado da linguagem. Pelo fato de seu significado empírico depender tão somente das estimulações presentes, tais frases podem ser aprendidas mediante condicionamento direto. É importante frisar que dito condicionamento direto independe do domínio, por parte do aprendiz, de linguagem prévia, o que permite que ele aprenda as frases de observação sem depender de alguma porção de linguagem previamente adquirida. É precisamente esse fato que permite que as frases de observação sejam aquelas primeiramente adquiridas quando do aprendizado de uma linguagem. Elas são, nas palavras de Quine, a porta de entrada para a linguagem⁴³, tanto da criança que está aprendendo sua primeira linguagem, quanto de alguém que, sem a ajuda de um manual de tradução ou intérpretes, pretenda aprender uma linguagem desconhecida apenas através da observação do comportamento dos falantes nativos.

Vale repisar, por fim, algo anteriormente mencionado e que diz respeito ao papel das frases de observação em teorias. Pode-se dizer que, para Quine, são as frases de observação as responsáveis pelo fornecido do conteúdo empírico à teoria. Leiam-se as seguintes considerações de Quine a esse respeito:

o que torna as frases de ocasião [dentre elas as frases de observação] menos enigmáticas semanticamente que as frases eternas é que nós não precisamos traçar sua conexões sistemáticas com a teoria a fim de sondar seu significado; elas estão na periferia, onde seu significado pode ser acessado empiricamente verificando elas para assentimento e dissentimento, ocasião por ocasião. *É através desta periferia que a ciência e a linguagem absorvem todo conteúdo empírico ou significado.* Para

⁴³ Quine afirma o seguinte a esse respeito: “Nós podemos aprender elas [as frases de observação] primeiro porque temos apenas que firmar elas a episódios atuais; não há *arrière pensée*, não há necessidade de dedução ou conjectura, nenhuma busca de memória. Isto é por que outros falantes, que nós imitamos e que encorajam nosso próprio comportamento, associaram as frases com esses mesmos âmbitos de impactos atuais.” (1973, pp. 41-42, *tradução nossa*)

traçar o significado de uma frase eterna profundamente dentro da teoria, por outro lado, não temos nada para ir além de suas multifacetadas conexões dentro da teoria e em última instância, indiretamente, com a periferia. Cada um desses fios sendo descritível apenas por suas inter-relações com outros, deixa de haver qualquer sentido claro em perguntar o significado de uma frase singular como essa de qualquer modo. (1973, p. 64, *grifo nosso*)

Essa passagem e a afirmação que ela parece amparar coadunam-se com a seguinte asserção de Quine: “[f]rases de observação são o link entre linguagem, científica ou não, e o mundo real” sobre o qual a linguagem pretende ser. (1990, p. 5) Em pretendendo a linguagem ser sobre o mundo, as frases que exercem esse papel de ligação com ele, as frases de observação, acabarão por cumprir um papel fundamental dentro dela. Em última instância, parecem ser tais frases as que, por fornecerem o conteúdo empírico da teoria, servem de parâmetro para a avaliação da adequação da teoria às informações que os homens recebem do mundo.

Se isto estiver correto, então, de imediato, emerge a importância das frases de observação para a filosofia quineana como um todo. Isso porque, em seu projeto epistemológico, o seu objetivo consiste em explicar como, a partir da escassa informação que os seres humanos recebem do mundo, conseguiu-se elaborar uma teoria sobre o mundo da que se dispõe e, nessa explicação, as frases de observação, por fornecerem o conteúdo empírico da teoria, exercem um papel fundamental.

Sendo assim, a discussão entre Quine e Davidson no tocante ao que deveria determinar o conteúdo empírico de frases de observação, se o estímulo distal ou o proximal, assume considerável relevo, na medida em que as frases de observação possuem importância fundamental no pensamento quineano.

2 CONCEPÇÃO PROXIMAL QUANTO AO SIGNIFICADO E À EVIDÊNCIA: CARACTERIZAÇÃO E DIFICULDADES

Introdução

Após a exposição realizada na primeira parte desta dissertação, está-se em condições para, a partir deste momento, fixar a atenção no problema específico que se pretende examinar neste trabalho, qual seja, a discussão entre Quine e Davidson a respeito de onde deveria ser situado, na cadeia causal mundo-falante, o elemento que fornece o significado empírico de frases de observação.

Os seres humanos, enquanto objetos físicos situados em um mundo físico, recebem estimulações sensoriais que parecem ser causadas por outros objetos ou eventos físicos – pelo menos é isso que se pode dizer de acordo com a teoria que os seres humanos possuem atualmente sobre o mundo. Quine entende que, na cadeia causal que parte dos objetos ou eventos físicos no mundo e chega até os receptores sensoriais do falante, culminando na estimulação dos mesmos, o elemento que fornece o significado empírico de frases de observação é o próprio evento físico que ocorre na superfície sensorial do falante quando as forças físicas incidem sobre ela, ou seja, a estimulação sensorial do falante.

Na visão do autor, é em virtude da conexão com as estimulações sensoriais que as frases de observação ganham seu significado empírico, o qual elas fornecem para o restante da teoria em que estão inseridas. Além disso, pode ser dito que os tipos de estimulação com os quais determinada frase de observação está conectada, bem como a maneira como se dá essa conexão determina o significado da frase em questão. Este constitui, precisamente, o núcleo da concepção proximal de Quine com relação ao significado e à evidência.

O que acaba de ser dito, contudo, já estava presente na exposição procedida na primeira parte deste trabalho. Nessa ocasião, foi afirmado que Quine identifica significado com evidência e que, por esta última, ele entende as estimulações sensoriais do falante. Logo, o significado, que vem a ser, mais exatamente, um significado empírico, dependerá, em última instância, de conexões com estimulações. A diferença é que, a partir de agora, o tema será tratado à luz das dificuldades enfrentadas pela concepção quineana, em particular das que foram apontadas por Donald Davidson, e das tentativas procedidas por Quine para solucioná-las.

De acordo com Davidson, haveria dois problemas relacionados com a adoção, por parte de Quine, da concepção proximal quanto ao significado e à evidência. Um deles consistiria no problema exegético de saber qual é exatamente a concepção por ele sustentada em seus escritos. Segundo Davidson, Quine teria oscilado, em seus escritos, entre a concepção proximal e uma concepção distinta, mantida pelo próprio Davidson e chamada por ele de “concepção distal”. Nesta concepção, o elemento que fornece o significado empírico de frases de observação é mais distante do falante do que na concepção proximal: tal elemento consiste no próprio objeto ou evento no mundo sobre o qual cada frase de observação fala. O segundo problema apontado por Davidson é que a concepção proximal não seria capaz de explicar a natureza pública da linguagem, conduzindo, em última instância, ou ao ceticismo ou à relativização da verdade, o que a tornaria uma concepção insustentável.

Diante disso, Davidson sugere que Quine abandone a concepção proximal por completo e passe a sustentar a concepção distal, o que evitaria os problemas antes mencionados. Quine, entretanto, rejeita a sugestão de Davidson de adotar a concepção distal. Não obstante, ele introduz ao longo dos anos algumas modificações na formulação inicial de sua concepção proximal, na tentativa de sanar as dificuldades que enfrenta, dentre as quais as apontadas por Davidson.

Para que se possa compreender adequadamente os termos desse debate entre os dois autores, de forma a possibilitar uma ulterior avaliação do mesmo, é necessário abordá-lo em maiores detalhes, o que será feito, na sequência deste trabalho, adotando-se uma ordem cronológica de exposição. Primeiramente, então, será feita uma exposição da formulação inicial da concepção proximal por parte de Quine em seu livro “Palavra e Objeto” (de 1960) e do problema por ela enfrentado de pressupor uma homologia das redes neuronais receptoras de diferentes falantes. Depois disso, serão apresentadas as principais críticas de Davidson à concepção proximal de Quine. Em um terceiro momento, será apresentada a reação de Quine após as críticas de Davidson, em particular sua tentativa de solução às dificuldades enfrentadas por sua concepção proximal.

2.1 Formulação inicial da concepção proximal e o problema da homologia das redes neuronais receptoras de diferentes falantes

Pode ser dito que a concepção proximal quanto ao significado e à evidência de Quine esteve presente em todos os seus escritos em que identificou significado e evidência e que manteve que a evidência de que dispõem as teorias consiste nas estimulações sensoriais dos sujeitos que as sustentam. Não obstante, dita concepção foi formulada por Quine de modo sistemático pela primeira vez em “Palavra e Objeto” (1960).

O contexto em que a formulação da concepção proximal é realizada é o da exposição do famoso experimento de pensamento da tradução radical, que o autor utiliza com o fito de formular sua tese da indeterminação da tradução. O experimento consiste em supor que um lingüista de campo se proponha à tarefa de elaborar um manual de tradução entre a sua própria língua e a língua falada em uma tribo. A tradução é dita “radical” nesse experimento pelo fato de não apelar à ajuda de nenhum intérprete e por serem as duas línguas e culturas completamente desconhecidas uma para a outra. De acordo com Quine, em sendo radical a tradução, o lingüista terá à sua disposição para o cumprimento de sua tarefa apenas aquilo que ele pode observar, ou seja, o comportamento dos integrantes da tribo e as circunstâncias externas que os rodeiam e que se supõe que causem neles certas estimulações sensoriais.⁴⁴ (QUINE, 2010, pp. 52-52)

O procedimento inicial do lingüista será, conforme Quine, a observação passiva dos dados que pode observar e a elaboração de conjecturas sobre o significado dos proferimentos dos nativos e, portanto, sobre a possível tradução dos mesmos para sua própria língua (QUINE, 2010, p. 53) – na medida em que significado é aquilo que é preservado em uma tradução adequada. (QUINE, 2010, p. 57) O exemplo famoso fornecido por Quine é aquele em que o lingüista percebe que o nativo proferiu “Gavagai” no momento em que avistou um coelho. Com base nisso, o lingüista conjectura que a tradução adequada de “Gavagai” possa ser “Coelho”, uma vez que esta é a frase que o próprio lingüista proferiria nessa situação. Esta conjectura, porém, deverá ser submetida a teste, o que pode ser feito, segundo Quine, formulando a frase “Gavagai” como uma pergunta e submetendo ao nativo para averiguar, sob situações estimulativas diversas, se o nativo irá assentir, dissentir ou abster-se de dar um

⁴⁴ Quine (2010, p. 52) afirma o seguinte: “[t]odos os dados objetivos que ele [o linguista] tem para iniciar são as forças que ele vê atingir as superfícies do nativo e o comportamento observável, vocal ou não, do nativo.”

veredito.⁴⁵ Fazendo isso, o linguista estará acumulando evidência empírica para sua tradução conjectural e poderá descobrir se sua tradução é inadequada na hipótese de ocorrer de o nativo estar na presença de um coelho e dissentir a “Gavagai?”. (QUINE, 2010, pp. 53-54)

Com base nesse procedimento, o linguista poderá aferir a maneira como os nativos usam determinada frase, na medida em que, pela observação e pela submissão de perguntas aos nativos, estará descobrindo em quais situações estimulativas eles estão dispostos a asserir determinada frase ou a assentir ao seu proferimento por parte de outro falante, bem como em quais situações eles estão dispostos a não asserir determinada frase ou a dissentir ao seu proferimento por parte de outro falante. Ou, em termos mais precisos, ele descobrirá quais as estimulações que incitam (*prompt*) o assentimento do nativo – e que tornariam adequada a eventual asserção da frase pelo nativo – e quais incitam seu dissentimento – e que tornariam adequada a eventual não asserção da frase pelo nativo ou asserção de sua negação. É importante precisar os termos no caso presente porque, como Quine explica, há estimulações sob as quais o falante assente (ou dissente) a uma frase mas que são irrelevantes para tal comportamento.⁴⁶ Desse modo, o mais adequado, conforme Quine, seria falar em termos de estimulações que *incitariam* o assentimento ou dissentimento, ou seja, que efetivamente contribuiriam para sua ocorrência, do que falar em termos de estimulações *sob as quais* o assentimento ou dissentimento ocorreria, as quais podem estar apenas acidentalmente presentes e serem irrelevantes para sua ocorrência.⁴⁷

Quine sugere uma maneira de saber quando certa estimulação sob a qual o falante assentiu (ou dissentiu) pode ser considerada uma estimulação incitadora. Ele (2010, p. 55) diz

⁴⁵ Para aplicar esse procedimento de submissão de frases para assentimento, dissentimento ou abstenção, o linguista terá, antes, de conjecturar quais as palavras e/ou gestos nativos correspondem ao assentimento e ao dissentimento e, depois, testar essa conjectura. Quine sugere que se suponha que as palavras “Evet” e “Yok” tenham sido proferidas pelo nativo com considerável frequência, de forma a embasar a suposição de que podem corresponder ao assentimento e ao dissentimento. Para saber qual corresponde ao assentimento e qual ao dissentimento, Quine afirma que o linguista poderia repetir os proferimentos espontâneos do nativo na forma de perguntas e averiguar qual das duas palavras o nativo proferirá como resposta. A palavra que ele usar como resposta mais frequentemente poderá ser considerada como assentimento de acordo com Quine, pois é de se supor que o nativo confirme o que ele mesmo afirmou outrora. Além disso, sugere Quine, o linguista poderia proferir as duas palavras nativas – “Evet” e “Yok” – como resposta aos proferimentos do nativo e concluir que aquela que provocar reações mais serenas provavelmente seja a que corresponde ao assentimento, supondo-se, ao que parece, que em geral as pessoas não gostam de ser contrariadas. (QUINE, 2010, p. 54)

⁴⁶ Quine (2010, p. 55) fornece um exemplo para ilustrar a situação mencionada. Ele pede que se suponha que a frase que é perguntada a um falante seja sobre se “alguém está fora seguindo o rastro de uma girafa”. Segundo ele, uma vez que a pessoa sobre a qual fala a frase tenha saído para seguir o rastro de uma girafa, o falante assentirá a ela todas as vezes que for perguntado ao longo do dia, mesmo na presença de estimulações irrelevantes. O mesmo pode ser dito no que toca ao dissentimento, que ocorrerá ao longo do dia sob quaisquer estimulações irrelevantes desde que a pessoa referida na frase não tenha saído em busca da girafa.

⁴⁷ Quine distingue ainda incitar (*prompt*) de provocar (*elicit*). Segundo ele, diz-se que uma dada estimulação pode incitar o assentimento ou dissentimento, mas o que provoca este comportamento é a conjugação dessa estimulação com o proferimento da frase na forma de uma pergunta por parte de outra pessoa. (QUINE, 2010, p. 55)

o seguinte a esse respeito: “Se, logo após o nativo ter sido perguntado S e ter assentido ou dissentido, o lingüista fizer emergir a ele a estimulação σ , perguntar novamente S, e receber o veredito oposto, então ele pode concluir que σ foi o que o incitou.” Através desse procedimento descrito por Quine é possível averiguar se determinada estimulação exerce alguma influência sobre o veredito do nativo, pois, caso se trate de uma estimulação irrelevante para o veredito, não haverá mudança no mesmo em sua presença.

Por meio dos procedimentos aqui descritos, então, o lingüista poderá conjecturar quais as estimulações que incitariam o assentimento e quais incitariam o dissentimento dos nativos da tribo frente a cada frase. Ao fazer isso, o lingüista estará conjecturando o que Quine chama de *stimulus meaning* das frases da língua nativa para os seus falantes. O *stimulus meaning* de uma frase para um falante em determinado momento⁴⁸ é definido por Quine como um par ordenado composto do *stimulus meaning* positivo e do *stimulus meaning* negativo. O *stimulus meaning* positivo consistiria, conforme ele, no conjunto de estimulações que incitariam o assentimento à frase, ao passo que o *stimulus meaning* negativo, por outro lado, consistiria no conjunto de estimulações que incitariam o dissentimento a ela. A fim de garantir que pertençam ao *stimulus meaning* tão somente estimulações incitadoras, excluindo as irrelevantes, o autor (2010, p. 58) reformula a definição da seguinte maneira:

[...] uma estimulação σ pertence ao significado por estímulo [*stimulus meaning*] afirmativo de uma frase S para um dado falante se e somente se existe uma estimulação σ' tal que, se ao falante for dada σ' , logo for perguntado S, e logo for dada σ , e então for perguntada S novamente, ele dissentiria na primeira vez e assentiria na segunda vez. Nós podemos definir o significado por estímulo [*stimulus meaning*] negativo, de forma similar, com a permutação de “assentimento” por “dissentimento” e, então, definir o significado por estímulo [*stimulus meaning*] como o par ordenado dos dois.

Pelo fato de dizer quais as estimulações sensoriais incitariam o falante a assentir e quais o incitariam a dissentir à frase, o *stimulus meaning* de uma frase para um falante em um dado momento acaba por consistir na soma das disposições desse falante para assentir ou dissentir a essa frase nesse momento, o que, em outras palavras, significa que ele indica as disposições desse falante para o comportamento verbal relativamente a essa frase nesse momento. Em virtude disso, pode-se dizer que o conceito de *stimulus meaning* pertence ao cerne da concepção behaviorista da linguagem de Quine, a qual concebe o significado em termos de disposições para o comportamento verbal.

⁴⁸ De acordo com Quine (2010, p. 58), “[u]m significado por estímulo [*stimulus meaning*] é o significado por estímulo [*stimulus meaning*] de uma frase para um falante em certa data; pois nós temos que admitir ao nosso falante mudar de hábitos.”

É digno de nota, neste momento, que o conceito de *stimulus meaning* foi introduzido por Quine para ser um substituto comportamental da noção intuitiva de significado. Porém, não é para todas as frases que ele pode ser considerado um bom substituto, já que nem sempre ele cumpre as demandas que se costuma impor à noção que ele pretende substituir. Além disso, tampouco consegue ele assumir para todas as frases o caráter de ser a soma das disposições de um falante para o comportamento verbal. A fim de compreender melhor tais restrições ao conceito de *stimulus meaning*, como também a quais frases elas se aplicam, é salutar adentrar em algumas distinções traçadas por Quine, começando pela distinção entre frase de ocasião e frase permanente.

Uma frase de ocasião, para Quine, seria aquela em que o veredito — assentimento ou dissentimento — é sempre incitado por uma estimulação presente. Caso a estimulação presente no momento em que a pergunta é realizada não seja incitadora de assentimento nem de dissentimento, então não haverá veredito algum, pelo fato de que a estimulação é o que Quine chama “estimulação inibidora”. Um exemplo de frase de ocasião que o autor costuma citar é “Vermelho”. Caso o falante esteja recebendo estimulações pertencentes ao *stimulus meaning* positivo dessa frase (por exemplo, as que se presume que ele receba quando está diante de um objeto vermelho), ele assentirá e, caso ele esteja recebendo estimulações pertencentes ao *stimulus meaning* negativo da frase (por exemplo, as que se presume que ele receba quando não está diante de qualquer objeto vermelho), ele dissentirá. Se ele receber alguma estimulação que não pertence ao *stimulus meaning* positivo nem ao negativo, então é porque essa estimulação é inibidora de seu veredito (por exemplo, quando a estimulação é tal que não resta claro ao falante qual a cor do objeto diante do qual ele está, de modo a deixá-lo indeciso) e, por conseguinte, não será fornecido veredito algum por parte do falante.

Diferentemente ocorre quando a frase é dita permanente, para a qual pode ser dado um veredito sem qualquer estimulação incitadora presente. Isto não quer dizer, entretanto, que o falante que proferiu o veredito não estará recebendo estimulação alguma; quer dizer tão somente que as estimulações presentes, nessa hipótese, são irrelevantes para o veredito. Dessa maneira, “as estimulações que não pertencem nem ao significado por estímulo [*stimulus meaning*] afirmativo nem ao negativo de uma frase permanente são de dois tipos: além das inibidoras, existem as irrelevantes, que nem incitam nem inibem.” (QUINE, 2010, p. 62) Um exemplo de frase permanente é “O jornal chegou?”. Supondo-se que o jornalista passe em determinada casa para deixar o jornal pela manhã e que se pergunte a um morador que presencia a cena “O jornal chegou?”, o seu veredito será o assentimento e este terá sido incitado pela estimulação presente. Contudo, caso seja feita a ele novamente a mesma

pergunta horas após o jornaleiro ter partido, ele, mais uma vez, assentirá, mesmo sendo as estimulações presentes irrelevantes para o veredito.

Neste momento, já é possível apontar com maior precisão uma das restrições ao conceito de *stimulus meaning* antes mencionadas. A restrição decorre do fato de que, para frases permanentes, o veredito do falante – assentimento ou dissentimento – pode ocorrer mesmo que a estimulação presente seja irrelevante. Seguindo o exemplo acima, o morador da casa pode assentir a “O jornal chegou?” mesma na ausência do jornaleiro. Pode ser dito que esse falante está disposto a assentir a tal frase nessa ocasião. Entretanto, a estimulação irrelevante sob a qual ele assentiu à frase não pertencerá ao *stimulus meaning* da mesma para esse falante, posto que, por definição, somente estimulações presentes incitadoras compõem o *stimulus meaning*. Pode-se perceber, então, que o *stimulus meaning* dessa frase não poderá ser considerado a soma total das disposições do morador para assentir ou dissentir a ela, tendo em vista que não incluirá suas disposições para assentir (ou dissentir) a ela na presença de estimulações irrelevantes. Parece, com efeito, ser nesse sentido que Quine (2010, p. 62) afirma:

O significado por estímulo [*stimulus meaning*] é o seccionamento total das disposições em evolução do sujeito a assentir ou a dissentir a uma frase, se a frase for uma frase de ocasião; inferior a isso se for uma frase permanente. Frases permanentes podem diferir entre si em ‘significado’ segundo qualquer explicação intuitiva, tão livremente quanto frases de ocasião; mas quanto menos suscetíveis elas forem de assentimento ou dissentimento incitados, menos indícios estão presentes no significado por estímulo [*stimulus meaning*]

Sendo assim, o *stimulus meaning* de uma frase permanente, segundo Quine, não poderia ser considerado seu significado. Primeiramente, o fato de ele não dar conta por completo das disposições do falante para o comportamento verbal acarreta sua inadequação para captar o significado da frase, entendido este em termos behavioristas, como suas disposições para o comportamento verbal. Além disso, tampouco pode o *stimulus meaning* de uma frase permanente ser considerado, para Quine, um bom substituto para a noção intuitiva de significado. Isso porque, como parece transparecer na passagem supracitada, ele não cumpre adequadamente as demandas normalmente impostas à noção que ele pretende substituir. Por exemplo, duas frases permanentes que intuitivamente parecem ter significados distintos podem assemelhar-se amplamente quanto aos seus *stimulus meanings*, o que conduz à conclusão de que estes não captam adequadamente os significados dessas frases, entendidos estes em um sentido intuitivo.

Por considerar o conceito de *stimulus meaning* inadequado para frases permanentes, Quine concentra-se tão somente nas frases de ocasião para tecer suas considerações a respeito dele. No entanto, mesmo para frases de ocasião o conceito de *stimulus meaning* pode mostrar-se inadequado. (QUINE, 2010, pp. 62-63)

O principal problema que abala a adequação do conceito de *stimulus meaning* mesmo para frases de ocasião é a possibilidade de interferência de informação colateral. Dita interferência ocorre quando alguma informação que o falante possui suplementa a estimulação presente, fazendo com que o falante assinta (ou dissinta) à frase mesmo que essa estimulação não seja suficiente para por si só incitar o veredito. Um exemplo fornecido por Quine é o do nativo da tribo que assente a “Gavagai?”, mesmo a estimulação presente sendo de um movimento na grama, em decorrência de ter avistado coelhos minutos antes no local. Sozinha, a estimulação presente não seria suficiente para incitar o assentimento. Porém, somada à informação de que havia coelhos no local, ela acaba por incitar o veredito. (QUINE, 2010, p. 63)

O problema que essa interferência acarreta é que ela provoca uma discrepância entre o *stimulus meaning* de “Gavagai” para o nativo e o *stimulus meaning* de “Coelho” para o linguista, as quais parecem intuitivamente ter o mesmo significado.⁴⁹ Tal discrepância reside no fato de a estimulação causada pelo movimento na grama pertencer ao *stimulus meaning* positivo de “Gavagai” para o nativo, já que o incita a assentir, e não pertencer ao *stimulus meaning* positivo de “Coelho” para o linguista, uma vez que este não é incitado a assentir por não possuir a informação de que havia coelhos no local. Dada essa discrepância, a frase nativa “Gavagai”, por não ter o mesmo *stimulus meaning* de “Coelho”, não poderia ter esta última frase como sua tradução. (QUINE, 2010, p. 63)

Quine alega, no entanto, que esse exemplo que ele fornece não traria maiores dificuldades ao linguista, pois este poderia testar sua tradução conjectural de “Gavagai” por “Coelho” em diferentes momentos e também para diferentes nativos, o que lhe permitiria excluir a interferência de informação colateral e chegar ao elenco de estimulações que por si só incitariam o veredito do nativo, isto é, sem precisar de suplementação por uma informação colateral. Contudo, o autor reconhece que, na hipótese de a informação ser difundida entre todos os membros da comunidade de fala, não seria possível isolar apenas as estimulações que por si só incitariam o veredito como integrantes do *stimulus meaning* de uma frase. Se a

⁴⁹ Afinal de contas, o nativo parece ter assentimento a “Gavagai?” na presença de uma movimento na grama por ter chegado à conclusão, devido à informação prévia, de que se tratava de um coelho, o qual estaria movimentando a grama.

informação colateral é difundida na comunidade, não se pode recorrer ao procedimento de variar os informantes como forma de solucionar o problema, dado que todos partilham a informação. (QUINE, 2010, p. 64)

Um dos exemplos que Quine fornece para essa situação consiste na hipótese de haver, no local onde se aloja a tribo, uma mosca que possui com hábito típico acompanhar coelhos, sendo, por isso, denominada “mosca do coelho”. A informação sobre a existência dessa espécie de mosca é partilhada por todos os nativos da tribo, na suposição de Quine, mas é desconhecida pelo linguista. Nesse caso, um nativo poderia assentir a “Gavagai?” diante da estimulação causada por um coelho mal avistado em virtude de conseguir ver nitidamente e reconhecer a mosca do coelho, que acompanha o animal mal avistado. A estimulação do animal mal avistado, somada à da mosca bem avistada, teriam, nessa hipótese, incitado o assentimento a “Gavagai?” e pertenceriam ao seu *stimulus meaning* positivo. O linguista, por outro lado, não assentiria a “Coelho?” diante das mesmas estimulações, visto que não possui informação a respeito da mosca do coelho. O resultado, mais uma vez, seria a discrepância entre o *stimulus meaning* de “Gavagai” para o nativo e o *stimulus meaning* de “Coelho” para o linguista. (QUINE, 2010, p. 63)

O outro exemplo aludido por Quine para a interferência de informação colateral socialmente partilhada consiste na hipótese de, no momento em que o linguista pergunta “Gavagai?” para um nativo, outro nativo se intrometer e dizer “Gavagai” ao mesmo tempo em que aponta para o animal que está em cena. Nesse caso, ainda que o nativo indagado não tenha avistado bem o animal a ponto de reconhecer de que animal se trata, ele assentirá, pois o outro nativo lhe disse que é um animal diante do qual é correto dizer “Gavagai”. Com isso, o problema do exemplo anterior volta a emergir. A estimulação do animal mal avistado, somada a do outro nativo afirmando “Gavagai” e apontando para o animal integrará o *stimulus meaning* positivo de “Gavagai” para o nativo, mas não o de “Coelho” para o linguista. Logo, os *stimulus meanings* dessas frases para cada um deles irá discrepar. (QUINE, 2010, p. 63)

Diante dessas discrepâncias, o linguista, que por seu procedimento busca os *stimulus meanings* das frases nativas para os membros da tribo, não poderá efetuar sua tradução pretendida se a mesma exigir igualdade de *stimulus meaning*. Isso porque, como Quine coloca, “a igualdade de significado por estímulo [*stimulus meaning*] é uma relação muito estrita para se esperar que ocorra entre uma frase de ocasião nativa e sua tradução — mesmo em um caso tão benigno como ‘Gavagai’ e ‘Coelho’”. Isso restou claro, com efeito, nos exemplos de discrepâncias de *stimulus meaning* pela interferência de informação colateral fornecidos por Quine. Intuitivamente, entretanto, uma tradução parece dar-se em razão da

sinonímia de frases de duas línguas distintas, isto é, de sua igualdade de significado. Sendo assim, o conceito de *stimulus meaning* não se presta ao cumprimento estrito das demandas que se costuma impor a noção intuitiva de significado, mesmo que sejam consideradas tão somente frases de ocasião. Não obstante, o linguista dispõe apenas deles em sua tarefa e, como a igualdade de *stimulus meaning* não pode ser esperada, acabará realizando a tradução das frases nativas em frases de sua língua por aproximação de *stimulus meaning*, para aquelas frases, é claro, em que tal aproximação for possível.⁵⁰

Neste momento, após estar-se a par das dificuldades impostas ao conceito de *stimulus meaning* mesmo para frases de ocasião em razão da interferência de informação colateral, está-se em condições de discorrer sobre a noção de frase de observação, que é de suma importância na filosofia quineana e que é de particular interesse para o presente trabalho. Em meio a toda problemática concernente à interferência de informação colateral no que diz respeito ao *stimulus meaning* de frases de ocasião, Quine observa que algumas frases desse tipo são mais suscetíveis que outras a essa espécie de interferência e introduz a noção de frase de observação, num primeiro momento, como aquela frase de ocasião que não sofre variação em seu *stimulus meaning* por interferência de informação colateral. (QUINE, 2010, p. 69)

Em um segundo momento, o autor (2010, pp. 69-70) prefere falar em termos de graus de observacionalidade e fornece o seguinte critério comportamental para aferir a observacionalidade de uma frase de ocasião: “[...] em termos comportamentais, de uma frase de ocasião pode ser dito ser tanto mais observacional quanto mais próximo seu significado por estímulo [*stimulus meaning*] para diferentes falantes tender a coincidir.” Este critério, como pode ser notado, coaduna-se com a caracterização inicial de frase de observação, embora aquele estabeleça graus de observacionalidade e esta seja uma caracterização mais estanque. Se uma frase de ocasião não sofre variação de seu *stimulus meaning* por interferência de informação colateral, como a caracterização inicial asseve, então seu *stimulus meaning* tenderá a coincidir para diferentes falantes, como diz o critério, uma vez que é a informação colateral individual que ocasiona as maiores discrepâncias entre os *stimulus meanings* de uma frase para diferentes falantes, por poderem estes não ter as mesmas informações.

Como o próprio autor reconhece, esse critério de observacionalidade não é capaz de escapar ao problema da interferência de informação colateral quando esta for difundida por toda a comunidade de fala. Os *stimulus meanings* de uma frase para os falantes de uma

⁵⁰ As frases para as quais Quine considera possível essa aproximação são as frases de observação, sobre as quais se discorrerá na sequência da exposição.

mesma comunidade tenderão a coincidir mesmo na hipótese de sofrer interferência de informação colateral, quando esta for socialmente partilhada. Sendo assim, o critério de observacionalidade não consegue isolar frases cujo *stimulus meaning* não varia sob influência de informação colateral, ou seja, frases cujo *stimulus meaning* contenha tão somente estimulações que por si sós (sem ajuda de informação colateral) incitaria os vereditos do falante. No caso de interferência de informação colateral socialmente partilhada, o critério comportamental de observacionalidade não consegue satisfazer a exigência de sua caracterização inicial de que uma frase de observação é aquela que não varia sob influência de informação colateral.

Não obstante, Quine parece pensar que a interferência de informação colateral socialmente partilhada não constitui um problema e que a mesma poderia ser considerada, de certa forma, constitutiva do *stimulus meaning* sobre o qual ela exerce influência. Ele (2010, p. 70) pensa que “nenhum sentido experimental sistemático possa ser dado à distinção entre uso devido ao significado e uso devido à informação colateral generalizadamente compartilhada.” Quine (2010, pp. 64-65) descreve o problema e oferece sua resposta desta forma:

[...] para descrever a dificuldade em termos mais gerais, suponha estabelecido que uma classe particular Σ abarca apenas aquelas estimulações que, cada qual, é suficiente para incitar assentimento a uma frase S no ato, sem tirar proveito de informação colateral. Suponha estabelecido que as estimulações incluídas em outra classe Σ' , igualmente suficientes para incitar assentimento a S, devem sua eficácia a certa amplamente disseminada informação colateral, C. Não poderíamos ter estabelecido em vez disso, igualmente, que, ao adquirir C, homens acharam conveniente implicitamente mudar o ‘significado’ mesmo de S, de tal maneira que os membros de Σ' satisfazem da mesma forma de membros de Σ ? Eu sugiro que nós podemos estabelecer qualquer dos dois; mesmo a clarividência histórica não revelaria distinção, embora revele todos os estágios da aquisição de C, dado que o significado pode evoluir *pari passu*. A distinção é ilusória [...] O que nós objetivamente temos é um ajustamento à natureza em evolução, refletido em um conjunto de disposições em evolução a sermos incitados por estimulações a assentir ou dissentir a frases.⁵¹

Deixando de lado esse problema e baseando-se no critério que forneceu para aferir o grau de observacionalidade de uma frase de ocasião, ele propõe que se chame de “frase de

⁵¹ A despeito da postura de Quine frente ao problema, poder-se-ia objetar que o critério de observacionalidade fornecido por Quine não permite isolar, como frases de observação, frases cujo significado seja neutro teoricamente. O critério quineano considera observacionais frases de ocasião que sofrem influência de informação colateral socialmente partilhada. Estas frases, contudo, não possuem, devido à interferência, um significado neutro teoricamente, de modo que, independentemente da teoria sobre o mundo que os falantes sustentem, eles concordariam quanto ao *stimulus meaning* da frase. Na verdade, as frases que sofrem interferência de informação socialmente partilhada provavelmente teriam seus *stimulus meanings* diferentes do de suas traduções intuitiva para outras línguas. Esta circunstância traz dificuldades para se pensar as frases de observação como o solo comum entre cientistas que sustentam teorias diferentes.

observação”, em um sentido amplo, simplesmente as frases que possuírem alta observacionalidade em conformidade com o seu critério. É importante ressaltar que, embora o critério se dirija a frases de ocasião primariamente, o autor considera que ele é adequado também para algumas frases permanentes, a saber, para aquelas “que estão bem distantes ao fim da ocasião.” (QUINE, 2010, p. 71) Sendo assim, algumas frases permanentes, como por exemplo, “A maré está baixa”, poderiam ser ditas frases de observação, pelo fato de terem uma alta observacionalidade de acordo com o critério quineano.

Quine (2010, p. 72) acrescenta, ainda, considerações relacionando os modos de aprendizado das frases com o seu grau de observacionalidade. Nesse sentido, ele afirma que as frases que são aprendidas mediante ostensão direta serão altamente observacionais, ao passo que as frases aprendidas por meio de conexões com outras frases, não sendo diretamente ligadas às estimulações, serão pouco observacionais. Quine (2010, p. 72) afirma que:

[o] significado por estímulo [*stimulus meaning*] de uma frase muito pouco observacional para um falante é o produto de dois fatores, um conjunto de conexões frase-a-frase bastante normal e uma história pessoal aleatória; por isso o caráter altamente aleatório do significado por estímulo [*stimulus meaning*] de falante a falante.

As frases que não podem ser aprendidas por ostensão direta e que requerem um aprendizado através de conexões de frases são aquelas cujos *stimulus meanings* dependem desses dois fatores aludidos por Quine na passagem citada. Por isso, ao que parece, elas serão muito pouco observacionais na visão quineana.

Após apresentar o critério quineano de observacionalidade e tendo em mente as frases que o satisfazem em maior grau, que Quine chama de “frases de observação”, pode-se retornar ao ponto inicial deste incursão, qual seja, a indagação acerca de para quais frases o *stimulus meaning* pode ser considerado adequado como seu significado. Concebendo-se o significado em termos comportamentais, enquanto disposições para o comportamento verbal, o *stimulus meaning* pode ser considerado adequado, como anteriormente apontado, quando se tratar de frases de ocasião, uma vez que ele resume as disposições do falante para o comportamento verbal frente à frase num dado momento. Nem sempre, contudo, essa noção comportamental de *stimulus meaning* conseguirá satisfazer, mesmo para frases de ocasião, o que se costuma exigir intuitivamente da noção de significado, visto que em muitos casos haverá discrepâncias no *stimulus meaning* de uma mesma frase para diferentes falantes em decorrência da interferência de informação colateral. Mas, como pôde ser notado, nem todas

as frases são no mesmo grau suscetíveis à interferência de informação colateral. As que são menos suscetíveis a essa interferência (quando se tratar de informação não difundida socialmente) são as frases de observação, uma vez que seus *stimulus meanings* variam pouco de falante a falante na comunidade. Devido a essa constância em seus *stimulus meanings*, as frases de observação são aquelas para as quais, na visão de Quine, o conceito de *stimulus meaning* melhor cumpre as demandas exigidas à noção intuitiva de significado. Diante disso, são elas as frases que o linguista mais facilmente traduzirá para sua própria língua. Ademais, na hipótese de mais de um linguista se propor à tarefa de construir um manual de tradução, são as frases de observação aquelas cujas traduções serão mais aproximadas de acordo com cada manual.

O ponto central das explanações precedentes para o objetivo deste trabalho consiste no fato de o significado das frases de observação, que pode ser entendido como seu *stimulus meaning*, ser determinado, em última instância, pelas estimulações da superfície sensorial do falante. O *stimulus meaning* de uma frase de observação para um falante em um dado momento é o par ordenado composto do conjunto das estimulações que, nessa ocasião, incitariam o falante a assentir à frase e do conjunto das estimulações que o incitariam a dissentir a ela. O que é determinante para as disposições do falante para o comportamento verbal frente uma frase, então, são as estimulações que compõem o *stimulus meaning* dela para o falante. Com efeito, é por suas estimulações integrantes que o *stimulus meaning* de uma frase diferencia-se do da outra. Sendo assim, ao traçar a noção de *stimulus meaning* e considerando ela um bom candidato a significado das frases de observação, Quine acaba por formular sua concepção proximal com relação ao significado e à evidência.

Além disso, Quine (2010, p. 55) parece deixar claro seu afastamento de uma concepção distal sugerida por Davidson ao afirmar:

É importante pensar acerca do que incita o assentimento nativo a ‘Gavagai?’ como sendo estimulações e não coelhos. Estimulação pode permanecer a mesma embora o coelho seja substituído por um simulacro. Inversamente, a estimulação pode variar em seu poder de incitar assentimento a ‘Gavagai’ por causa de variações no ângulo, iluminação, e contraste de cor, embora o coelho permaneça o mesmo. Ao igualar os usos de ‘Gavagai’ e ‘Coelho’, são as estimulações que temos que fazer corresponder, não animais.

Neste momento, então, impõe-se a seguinte questão: como Quine entende as estimulações sensoriais nesse contexto? Ao caracterizar as estimulações, Quine (2010, p. 56) utiliza como paradigma a estimulação visual e afirma que esta pode ser considerada, para seus propósitos, como “o padrão de irradiação cromática do olho”. Este padrão de irradiação

parece ser entendido por Quine como algo que se dá na superfície sensorial, não sendo algo interno à mente do sujeito — como seriam os dados dos sentidos, aos quais recorriam os velhos epistemólogos. A razão apontada pelo autor para evitar adentrar, por assim dizer, *na cabeça do sujeito*, ou seja, para evitar o recurso a um elemento interno à mente dos falantes, parece residir no seguinte:

Nós estamos atrás de seus [do falante] usos linguísticos socialmente inculcados, portanto suas respostas a condições normalmente sujeitas a avaliação social [...] A irradiação ocular é intersubjetivamente verificada até certo grau pela sociedade e pelo linguista da mesma maneira, levando em consideração a orientação do falante e a disposição relativa dos objetos. (QUINE, 2010, p. 56)

Quine parece pensar que as estimulações sensoriais, como elementos determinantes dos significados das frases, são suficientes para garantir a publicidade dos mesmos, o que permite que eles possam ser aprendidos mediante treinamento pela sociedade⁵². Tal publicidade consistiria, ao que parece, no fato de ser possível, a partir da observação do comportamento de um falante e da submissão de perguntas para assentimento ou dissentimento, saber quais estimulações o incitariam a assentir e a dissentir a uma frase (ou seja, quais as estimulações integram o *stimulus meaning* da frase para ele). Pode-se descobrir tais estimulações atentando, como Quine coloca, para a orientação do falante e para a disposição relativa dos objetos. Atentando para esses elementos da cena, seria possível, na visão de Quine, conjecturar quais as estimulações que estariam sendo recebidas pelo falante. Esta conjectura, por seu turno, seria baseada na suposição de que o falante que está sendo observado está recebendo as mesmas estimulações que o próprio observador receberia se estivesse em seu lugar. Parece ser isto que Quine (2010, p. 56) afirma na seguinte passagem:

Ao considerar as estimulações visuais como moldes de irradiação, nós conferimos a elas uma riqueza de detalhes para além de qualquer coisa que nosso lingüista possa ser invocado a verificar. Mas isso tudo está certo. Ele pode racionalmente conjecturar que o nativo seria incitado a assentir a “Gavagai” pelas irradiações microscopicamente idênticas àquelas que o incitariam a ele, o lingüista, a assentir a “Coelho”, mesmo se essa conjectura se assentasse inteiramente em exemplos nos quais as irradiações concernentes pudessem, na melhor das hipóteses, serem avaliadas meramente como bastante parecidas.

Por ser possível conjecturar qual estimulação o falante está tendo em um dado momento, a partir de sua orientação e da disposição relativa dos objetos, as estimulações

⁵² Tal publicidade permitiria também que eles pudessem ser estudados de modo cientificamente respeitável, isto é, pelos métodos intersubjetivos de investigação atualmente utilizados nas ciências naturais, tornando possível, assim, o cumprimento das exigências metodológicas do naturalismo quineano.

seriam intersubjetivamente acessíveis até certo grau, como diz Quine, embora não em toda sua fineza de detalhes. Por essa razão, elas satisfariam, de acordo com o autor, a exigência mencionada na penúltima passagem citada, isto é, serem “condições normalmente sujeitas a avaliação social”, condição esta necessária pelo fato de o interesse de Quine ser nos “usos linguísticos socialmente inculcados” do falante.

Quando Quine afirma que se pode conjecturar quais estimulações outro falante está tendo, tal afirmação parece estar baseada na pressuposição de que diferentes falantes seriam estimulados de forma semelhante quando submetidos aos mesmos objetos e eventos no mundo. Com efeito, o que acaba de ser dito parece ir ao encontro da seguinte passagem de “Word and Object”, em que, ao falar sobre como a sociedade treina o falante no uso correto da linguagem durante a aquisição da mesma, Quine afirma:

[...] “Vermelho”, em relação ao uso que eu estou agora imaginando [um uso primitivo como uma frase de uma palavra], é o comentário apropriado na ocasião daqueles efeitos fotoquímicos distintos que são forjados em nossa retina pelo impacto da luz vermelha.

[...] O crítico, agente da sociedade, aprova a enunciação do sujeito de “Vermelho” observando o sujeito e o objeto avistado e constatando que o último é vermelho. Em parte, portanto, o sinal ao qual reage o crítico é a irradiação vermelha em sua própria retina. Uma simetria parcial resulta entre o sinal, no caso de “Vermelho”, que incita o sujeito a enunciar e o sinal que incita o crítico a aprovar. (QUINE, 2010, p. 27)

Quine parece estar supondo que, pelo menos parcialmente, os dois falantes, crítico e aprendiz, estão recebendo estimulações semelhantes sob a irradiação de uma luz vermelha. A simetria seria parcial, e não completa, pelo fato de cada um dos falantes estar em uma perspectiva distinta na cena, já que ambos ocupam posições diferentes.

O problema que daí emerge é que, ao supor que os dois falantes recebem estimulações semelhantes quando submetidos às mesmas circunstâncias objetivas, Quine acaba supondo que ambos os falantes possuem redes neuronais pelo menos homólogas. Em “Word and Object”, Quine não menciona explicitamente essa pressuposição, mas ele a reconhece explicitamente anos mais tarde, em seu artigo “Objetos Proposicionais” de 1969. Ele (1975, p. 217) diz o seguinte:

[...] há algo que nos preocupa no detalhe da noção básica de padrão de estimulação. Parece ser de vital importância que, ao correlacionar o comportamento verbal de um sujeito com o do outro, por exemplo, enquanto base para a tradução de uma língua numa outra, sejamos capazes de equiparar a estimulação de um sujeito com a do outro. Porém, que fazer para tanto? Se construirmos os padrões de estimulação ao meu modo, não poderemos equipará-los sem supor uma homologia dos receptores; e

isso é absurdo, não apenas porque a plena homologia é implausível, mas também porque ela certamente não deveria importar.

Como é afirmado na passagem, a homologia é uma pressuposição necessária para se poder dizer que dois falantes recebem as mesmas estimulações e isto é requerido, por sua vez, para que se possa dizer que uma dada frase possui o mesmo *stimulus meaning* para os dois falantes. Ter o mesmo *stimulus meaning* para diferentes falantes é necessário para que se possa efetuar a tradução de frases de línguas distintas.

A pressuposição de homologia também está presente em sua explicação do aprendizado da linguagem. É por supor que o aprendiz tem as mesmas estimulações que as suas sob as mesmas circunstâncias objetivas que o crítico da sociedade aprova, diante de um objeto vermelho para o qual o aprendiz está voltado, o assentimento deste a “Vermelho?”.

Além disso, ter *stimulus meaning* constante entre diferentes falantes foi, precisamente, a característica distintiva das frases de observação na visão de Quine. Segundo o critério de observacionalidade fornecido pelo autor, uma frase será tanto mais observacional quanto mais seus *stimulus meanings* para diferentes falantes tenderem a coincidir. Para que o *stimulus meaning* de uma frase para um falante coincida com o que ela possui para outro falante, então, seria necessário que os falantes recebessem as mesmas estimulações diante das mesmas circunstâncias objetivas. Pressupor que isso seja possível, como faz o critério quineano, requer que se pressuponha uma homologia das redes neuronais receptoras de ambos os falantes.

A suposição de que dois falantes recebem as mesmas estimulações quando submetidos às mesmas circunstâncias objetivas parece ser, então, injustificada, uma vez que está baseada na pressuposição de que suas redes neuronais receptoras são homologas e que, como Quine (1975, p. 217) parece reconhecer, não há razão para pressupor dita homologia.

A resposta que Quine (1975, pp. 218-219) tenta oferecer ao problema em “Objetos Proposicionais” parece consistir na alegação de que se trata de um problema de formulação teórica apenas, o qual, em sua visão, não teria reflexos na prática. Segundo o autor (1975, p. 218),

Na prática, fazemos com que seja garantida uma adequada similaridade entre estimulações de dois sujeitos, tomando providências para que seus corpos sejam atingidos por fogos de barragens similares vindos de forças exteriores, para que os sujeitos sejam orientados de maneira semelhante em relação às fontes de estímulo e, talvez, para que os seus olhos fiquem abertos.

De acordo com Quine (1975, p. 219), esse procedimento funcionaria bem na prática, devido à semelhança anatômica dos seres humanos, sem as quais a “própria linguagem poderia não se ter propagado”.

Apesar disso, como o autor adota uma concepção proximal, para a qual o elemento determinante da sinonímia de uma frase para dois falantes é a estimulação – mais especificamente, as estimulações que compõem o *stimulus meaning* da frase para cada falante –, persiste um problema teórico a ser resolvido, isto é, o problema de como explicar o que significa dizer que dois falantes recebem as mesmas ou semelhantes estimulações diante das mesmas circunstâncias objetivas. É nesse sentido, ao que parece, que Quine (1975, p. 218), após ter discorrido sobre o procedimento que é adotado na prática para garantir a similaridade entre estimulações de dois sujeitos, assere o seguinte: “[o] que conta é o acionamento de um receptor, e essa é a razão pela qual a equiparação das estimulações para dois sujeitos continua a suscitar considerações sobre a homologia, quando tentamos construir uma teoria explícita.” Referido problema teórico, porém, é deixado em aberto por Quine em “Objetos Proposicionais”.

O problema da homologia das redes neuronais receptoras de diferentes falantes, contudo, continuou ocupando Quine durante anos. Em “The Roots of Reference” (1973), por exemplo, ele torna a mencionar o problema em dois momentos, deixando-o, entretanto, ainda sem solução. Sua primeira menção a ele é feita no contexto de sua tentativa de solução ao problema com o qual se depara o seu critério comportamental para a relação de similaridade perceptual, o qual foi tratado na primeira parte deste trabalho. O problema consiste no fato de que tal critério, por se basear apenas no comportamento do falante, não permite detectar quando episódios são perceptualmente relevantes e quando são episódios nos quais o comportamento do sujeito é devido em grande parte a interferências internas. Diante disso, torna-se difícil confiar nesse critério como um bom índice para os padrões de similaridade perceptual de um sujeito. (1973, p. 22)

Em sua tentativa de solução, Quine (1973, p. 22) faz recurso a considerações evolucionistas. De acordo com Quine, os padrões de similaridade perceptual são inatos, ou seja, eles são herdados pelos seres humanos de seus ancestrais ao longo das gerações. Ademais, pode ser dito que os padrões que se mantiveram até hoje são aqueles que foram úteis para a sobrevivência dos seres humanos. Tendo em vista esse valor que possuem para a sobrevivência, Quine alega que se pode esperar que eles sejam estáveis e que se manifestem no comportamento a maior parte do tempo, a despeito de eventuais interferências internas. Além disso, embora os padrões de similaridade perceptual de um sujeito possam sofrer

modificações com a experiência, pode ser esperado também que tais modificações não sejam bruscas, mas sim lentas. Segundo Quine (1973, p. 22), se os padrões de similaridade perceptual não tivessem as características recém mencionadas, eles não teriam o valor que tiveram para a sobrevivência dos seres humanos. Com base nessas características, o autor, então, estabelece um critério para reconhecer episódios perceptualmente relevantes. De acordo com dito critério, “[s]e um episódio é perceptualmente relevante, então a maioria dos episódios que não são muito distantes desse episódio no tempo, e são perceptualmente similares a ele, Devem ser comportamentalmente similares a ele.” (QUINE, 1973, p. 23)

Às considerações evolucionistas há pouco descritas, Quine (1973, p. 23) acrescenta, ainda, as seguintes: na medida em que os padrões de similaridade perceptual são herdados pelos seres humanos de seus ancestrais, então pode ser esperado que haja uma considerável uniformidade social no que atine a eles. Ademais, mesmo no caso de mudança nesses padrões, pode-se esperar que eles permaneçam bastante semelhantes entre os diferentes sujeitos, já que, como Quine observa, estes partilham o mesmo ambiente, a mesma cultura, a mesma linguagem e exercem influência uns sobre os outros. (QUINE, 1973, p. 23) A partir dessas considerações, Quine introduz seu segundo critério para aferir se um episódio é perceptualmente relevante. Conforme esse critério,

Se nós descobrimos que os episódios *a* e *b* de um sujeito tendem a ser mais ou menos similares perceptualmente na medida em que os episódios *a'* e *b'* de outro sujeito são mais ou menos similares perceptualmente, onde [ou em que] *a* é perceptualmente muito similar a *a'* e *b* a *b'*, nós podemos ser encorajados a crer que nossa plotagem de similaridades perceptuais para esses dois sujeitos está procedendo muito bem. (QUINE, 1973, p. 23, *tradução nossa*)

Como pode ser notado, este segundo critério fornecido por Quine fala de episódios de um sujeito como perceptualmente muito similares a episódios de outro sujeito. Ao usar esses termos, o critério faz emergir novamente na filosofia quineana o problema da homologia das redes neuronais receptoras desses dois falantes.

Quine reconhece, nesse contexto, que não se pode pressupor referida homologia. A rigor, ele (1973, p. 24, *tradução nossa*) afirma que “os receptores de diferentes sujeitos estão longe de serem homólogos.” Isso porque, como Quine (1973, p. 24, *tradução nossa*) afirma em nota de rodapé, “redes de nervos diferem marcadamente em estrutura de um membro de uma espécie a outro mesmo ao nível de insetos.”⁵³

⁵³ Quine procura amparar esta afirmação nos estudos de Darwin, o qual ele cita na mesma nota de rodapé. (QUINE, 1973, p. 24)

Para solucionar esse problema, Quine (1973, p. 24) afirma que não seria suficiente comparar as forças externas que atingem o sujeito a fim de averiguar a similaridade entre as mesmas, pois, para que se pudesse dizer que os dois sujeitos recebem as mesmas estimulações, seria necessário pressupor a homologia de suas redes neuronais receptoras. A sugestão feita por ele consiste em adotar a mesma atitude prática dos psicólogos, os quais igualam as situações estimulativas de diferentes sujeitos desde que não haja diferenças físicas relevantes. Isto, contudo, não constitui propriamente uma solução ao problema, o qual é aí deixado em aberto.

A segunda menção ao problema da homologia em “The Roots of Reference” aparece em conexão com o critério de observacionalidade de Quine. O critério é declarado da seguinte maneira nessa obra:

Uma frase é observacional a medida que seu valor de verdade, em qualquer ocasião, seria objeto de acordo para qualquer membro da comunidade de fala que testemunhar a ocasião. (QUINE, 1973, p. 39, *tradução nossa*)⁵⁴

Quine modificou um pouco a formulação de seu critério de observacionalidade em relação à formulação do mesmo em “Palavra e Objeto”. Antes, ele o fez em termos do acordo entre os diferentes falantes da comunidade com respeito ao *stimulus meaning* da frase, ao passo que em “The Roots of Reference” ele fala em termos do acordo quanto ao valor de verdade da frase entre os diferentes falantes da comunidade que testemunharem a ocasião. No entanto, este critério continua enfatizando o acordo na comunidade.

Assim como em “Palavra e Objeto”, o critério de observacionalidade apresentado em “The Roots of Reference” pressupõe a homologia das redes neurais receptoras dos diferentes falantes da comunidade. É essa homologia, em última instância, que assegura o acordo requerido. Em sua última formulação, o critério exige um acordo quanto ao valor de verdade da frase entre os falantes que testemunham a ocasião. Ele exige, portanto, um testemunho partilhado, o que significa, termos mais precisos, “testemunho sujeito a impactos receptualmente similares.” (QUINE, 1973, p. 41, *tradução nossa*) Entretanto, para dizer-se que dois falantes estão sujeitos a impactos receptualmente similares, mais uma vez, é necessário pressupor a homologia de suas redes neuronais receptoras. (QUINE, 1973, p. 41)

⁵⁴ Quine (1973, p. 39) diz que seu critério de observacionalidade poderia ser reformulado, restringindo seu âmbito a frases de ocasião, a fim de evitar que nele se enquadrem as frases que ele chama de “analíticas-estímulo” (*stimulus analytic*). Uma frase é analítica-estímulo se “*todo mundo* aprende que ela é verdadeira aprendendo suas palavras.” (QUINE, 1973, p. 79, *tradução nossa*) Sendo assim, elas são frases cujo valor de verdade será objeto de acordo para os membros da comunidade e que, no entanto, Quine gostaria de excluir dentre as frases de observação.

Do mesmo modo como na anterior menção ao problema feita no livro, Quine (1973, p. 41, *tradução nossa*) não o soluciona, limitando-se a afirmar que “a definição [de frase de observação] é tão precisa quanto as noções de testemunho e de comunidade linguística das quais ela depende.” Assim definido, o conceito de frase de observação, para o autor (1973, p. 41), seria bom até o ponto em que conceitos comportamentais, como esse, podem ser.

É importante notar, neste momento, que os critérios de observacionalidade fornecidos por Quine em “Palavra e Objeto” e em “The Roots of Reference” pressupõem a homologia das redes neuronais receptoras de diferentes falantes em razão de dois fatores: um deles é a exigência, presente em ambos, de um acordo dos membros da comunidade de fala (no caso do critério de “Palavra e Objeto”, um acordo quanto ao *stimulus meaning* da frase e, no caso de “The Roots of Reference”, um acordo quanto ao seu valor de verdade) e o outro fator é a adoção, por parte do autor, de uma concepção proximal com relação ao significado e à evidência.

No critério de observacionalidade presente em “Palavra e Objeto”, que exige concordância intersubjetiva com relação ao *stimulus meaning*, que pode ser considerado o significado das frases de observação, parece restar claro que é por entender que a estimulação é o elemento determinante para o significado que Quine enfrenta o problema da homologia. Isso porque, ao comparar o significado de uma frase para um falante com o que ela possui para outro falante, como exige o seu critério, faz-se necessário comparar estimulações (mais precisamente, as estimulações pertencentes ao *stimulus meaning* da frase para cada falante). E, ao supor que é possível chegar à conclusão de que as estimulações incitadoras dos vereditos de diferentes falantes são muito semelhantes e, assim, concluir que a frase é de observação (como parece fazer Quine ao propor seu critério), está-se pressupondo uma homologia das redes neuronais receptoras dos diferentes falantes. Se, no entanto, o elemento determinante do significado fosse outro que não as estimulações, talvez não fosse necessário equiparar estimulações de diferentes falantes como semelhantes, o que evitaria supor a homologia antes referida. Caso não fosse exigido, por outro lado, o acordo intersubjetivo quanto ao *stimulus meaning* para uma frase ser de observação, também, quem sabe, não fosse necessária dita equiparação e pressuposição de homologia.

Já o critério presente em “The Roots of Reference”, como dito antes, exige testemunho partilhado, o qual é entendido como testemunho “sujeito a impactos receptualmente similares.” Entretanto, a razão pela qual entender dessa maneira a noção de testemunho partilhado reside na concepção proximal de Quine, a qual identifica significado e evidência e para a qual evidência consiste nas estimulações sensoriais. Sendo assim, quando dispõem das

mesmas evidências empíricas (o que quer dizer, quando sofrem as mesmas estimulações), os falantes tenderão a concordar quanto ao valor de verdade da frase se ela for uma frase de observação segundo o critério quineano. Se Quine não adotasse uma concepção proximal, quiçá não fosse necessário comparar estimulações para aferir se são similares receptualmente e se, portanto, os falantes estão diante da mesma evidência empírica.

Sendo assim, por adotar a concepção proximal, Quine enfrenta dificuldades com esses seus critérios de observacionalidade que exigem acordo na comunidade. Isso porque esse acordo, dada a concepção proximal, exigiria uma comparação das estimulações de diferentes sujeitos. Uma maneira pela qual Quine tenta solucionar o problema, sem abandonar a concepção proximal, é tentar reformular seu critério de observacionalidade de modo a excluir a exigência de acordo na comunidade e, com isso, evitar a comparação intersubjetiva de estimulações, o que poderia afastar a pressuposição de homologia.

Em “On empirically equivalent systems of the world”, de 1975, ele já começa a introduzir algumas modificações em seu critério. Ele (1975, p. 316, *tradução nossa*) passa a formulá-lo, nesse escrito, da seguinte maneira:

O traço realmente distintivo de um termo e de uma frase observacional deve ser buscado não na concordância de testemunhos mas nos modos de aprendizagem. Expressões observacionais são expressões que podem ser aprendidas ostensivamente. Elas são de fato aprendidas ostensivamente em alguns casos e discursivamente em outros, mas cada uma delas pode ser aprendida por ostensão suficientemente persistente. A manifestação comportamental da observacionalidade, então, a saber, a chamada concordância de testemunhos, serve apenas como um critério prático grosseiro.

Neste novo critério, a ênfase de Quine deixa de ser no acordo por parte dos membros da comunidade de fala e passa a incidir sobre a maneira como as frases podem ser aprendidas por cada falante. Nesse sentido, ele diz que aquelas que podem ser (embora não o sejam de fato) aprendidas mediante ostensão direta são as frases que podem ser chamadas “frases de observação”. Como dito na primeira parte desta dissertação, quando se discorria sobre as concepções de Quine sobre o aprendizado, as frases de observação podem ser aprendidas dessa maneira em razão de sua vinculação direta com as estimulações sensoriais. Esta vinculação direta, a despeito de já ter sido indicada em “The Roots of Reference”, não era aí utilizada como um critério para dizer quando uma frase pode ser dita observacional, visto que o critério de Quine era comportamental. A partir de “On Empirically Equivalent Systems of the World”, contudo, este critério comportamental é reduzido a um critério prático grosseiro.

Em 1981, em seu artigo “Empirical Content”, Quine reformula mais uma vez seu critério de observacionalidade. Ele (1981, p. 25, *tradução nossa*) diz:

Uma frase de observação é uma frase de ocasião à qual um falante consistentemente assentirá quando os seus receptores sensoriais forem estimulados de um certo modo, e consistentemente dissentirá quando forem estimulados de um outro modo. Se perguntar a frase provocar o assentimento do falante em uma determinada ocasião, isso provocará assentimento da mesma forma em qualquer outra ocasião na qual o mesmo conjunto de receptores for estimulado; e similarmente para o dissentimento. Isso e apenas isso é o que qualifica frases como frases de observação para o falante em questão, e esse é o sentido no qual elas são as frases que estão mais diretamente associadas à estimulação sensorial.

Pode-se perceber que esta caracterização de frase de observação, assim como a anterior, não exige mais um acordo dos membros da comunidade de fala; trata-se de uma definição restrita a uma falante individual, isto é, caso se enquadre nesse critério, a frase será observacional para o indivíduo. A extensão dessa a definição para o restante da comunidade, conforme Quine (1990, pp. 40-41), poderia ser realizada considerando-se observacional para toda a comunidade uma frase que seja observacional para cada membro.

Algo relevante a ser destacado é que, nesses dois artigos em que introduz alterações em seu critério, Quine não menciona o problema da homologia dos receptores sensoriais. Seu interesse neles está centrado nas relações entre teoria e evidência. Não obstante, anos mais tarde, em “The Pursuit of Truth” (1990), ele verá na alteração do critério de observacionalidade uma maneira de escapar ao problema da homologia. (QUINE, 1990, pp. 40-41) Isto, porém, será abordado em maiores detalhes na seção seguinte.

2.2 Críticas de Davidson

Em 1986, foi realizada uma conferência fechada em Stanford, a qual contou com a presença de Quine e Davidson entre os conferencistas. Nessa oportunidade, Davidson sugere a Quine que, a fim de escapar ao problema da homologia dos receptores sensoriais, este deveria abandonar a concepção proximal que sustenta e adotar uma concepção distal quanto ao significado e à evidência. Em 1988, foi realizada uma conferência sobre a filosofia de Quine, em St. Louis, chamada “Perspectives on Quine: An International Conference”, da qual, mais uma vez, Davidson participou. No artigo que apresentou nessa conferência, “Meaning, Truth and Evidence”, que foi publicado em 1990, Davidson aponta um problema exegético na filosofia de Quine: este autor teria oscilado entre uma concepção proximal e uma concepção distal quanto ao significado e à evidência, [não restando clara a natureza do empirismo que

sustenta]. Além disso, Davidson aponta também conseqüências insustentáveis decorrentes da manutenção da concepção proximal, que é a concepção oficialmente sustentada por Quine: de acordo com ele, tal concepção acabaria por conduzir ou ao ceticismo ou à relativização da verdade. A presente exposição iniciará pelo problema exegético mencionado.

Ao discorrer sobre o problema exegético nos escritos quineanos, Davidson (1990, p. 72) aponta uma série de passagens em que, de acordo com ele, Quine estaria mantendo, não uma concepção proximal, segundo a qual o significado e a evidência de uma frase de observação dependem de suas conexões com estimulações, mas sim uma concepção distal, conforme a qual eles dependeriam das conexões da frase com os próprios objetos e evento no mundo sobre os quais ela fala.

A primeira passagem que ele cita nesse sentido é o seguinte trecho de “The Roots of Reference”, em que Quine (1973, pp. 38-39) afirma: “A criança e o pai devem ambos ver vermelho quando a criança aprende ‘vermelho’, e um deles deve ver também que o outro vê vermelho ao mesmo tempo”. Davidson (1990, p. 72) conclui que “ver vermelho”, nesse contexto, deve ser entendido como “ver algo (público) que é vermelho”, pois, caso se entenda que ver vermelho significa ai ter os cones corretos irradiados, não haveria como, na visão do autor, o pai ver que a criança vê vermelho.

A segunda passagem citada por Davidson como expressão da concepção distal nos escritos quineanos é a afirmação que ele faz, em seu artigo “Indeterminacy of translation again” (1987, p. 6), de que as frases de observação “[...] dependem muito estritamente da situação publicamente observável concorrente”

A terceira passagem que Davidson cita para apontar o problema exegético é este trecho do artigo “Mind and verbal dispositions” de Quine:

[...] considere o caso em que nós ensinamos uma palavra à criança reforçando seu balbucio aleatório em alguma ocasião apropriada. Seu proferimento casual carrega uma semelhança casual a uma palavra apropriada para a ocasião, e nós o recompensamos. A ocasião deve ser algum objeto ou alguma fonte de estímulo que nós assim como a criança estamos em posição de notar. Além disso, devemos estar em posição de observar que a criança está em posição de notá-lo [...] os pontos fixos são precisamente o estímulo partilhado e a palavra [...] as ocasiões que tornam a sentença verdadeira vão ter que ser intersubjetivamente reconhecíveis (QUINE *Apud* DAVIDSON, 1990, p. 72).

Para Davidson, o estímulo partilhado ao qual Quine se refere nessa passagem não poderia consistir nas estimulações dos falantes envolvidos, já que “ele é partilhado, e não se precisa estar em qualquer posição privilegiada para apreciá-lo.” (DAVIDSON, 1990, p. 72, *tradução nossa*)

Davidson menciona, ainda, que podem ser encontradas afirmações semelhantes também no artigo “Relatividade Ontológica” e em “Epistemologia Naturalizada”, embora não as tenha citado expressamente, mas tão somente indicado as páginas em que podem ser encontradas. A partir das dessa indicação, parece ir ao encontro das citações feitas por Davidson a seguinte passagem de “Relatividade Ontológica”, em que Quine (1975, p. 140), ao falar da parte semântica do conhecimento de uma palavra, afirma:

[...] a parte semântica, é saber como usar a palavra. Essa parte, mesmo no caso paradigma, é mais complexa que a parte fonética. A palavra se refere, no caso paradigma, a algum objeto visível. O aprendiz tem agora não somente de aprender a palavra foneticamente, ouvindo-a de um outro locutor, ele tem também de ver o objeto; e, em acréscimo a isso, a fim de capturar a relevância do objeto para a palavra, ele tem de ver que o locutor também vê o objeto. [...] Cada um de nós, enquanto aprende a sua linguagem é um estudioso do comportamento de seu vizinho; e, inversamente, na medida em que suas tentativas são aprovadas ou corrigidas, é um sujeito do estudo comportamental feito pelo vizinho.

A parte semântica do aprendizado de uma palavra é, portanto, mais complexa que a fonética, mesmo nos casos simples: temos que ver o que está estimulando o outro locutor.

Em “Epistemologia Naturalizada”, há a seguinte passagem que parece também se coadunar com as citadas por Davidson e que se encontra na página por ele indicada:

[...] O tipo de significado básico para a tradução e para a aprendizagem da língua materna é necessariamente o significado empírico e nada mais. Uma criança aprende suas primeiras palavras e sentenças ouvindo-as e empregando-as na presença de estímulos apropriados. Esses estímulos devem ser externos, pois devem atuar tanto sobre a criança como sobre o locutor com quem ela está aprendendo. A linguagem é socialmente inculcada e controlada. Inculcar e controlar dependem estritamente da ajustagem das sentenças à estimulação compartilhada. Fatores internos podem variar *ad libitum* sem prejuízo para a comunicação enquanto não for perturbada a ajustagem da linguagem aos estímulos externos. (QUINE, 1975, p. 169)

De acordo com Davidson (1990, p. 72), nessas passagens citadas Quine estaria endossando uma concepção distal quanto ao significado e à evidência. Davidson parece pensar que as menções de Quine ao que chama de “estímulo distal” não são meramente a fim de reconhecer o seu papel no processo de aprendizado, o qual poderia ser considerado possuir relevância, assim como os demais estímulos ao longo da cadeia causal mundo-falante. Se assim fosse, Quine poderia ainda sim, ao que parece, ter mantido uma concepção proximal quanto ao que determina o significado e o que serve de evidência. A interpretação de Davidson parece ser que, nessas passagens, o que é afirmado por Quine faz com que ele esteja

assumindo que o significado das frases de observação, bem como o que lhe serve de evidência, é determinado pelos estímulos distais presentes na cena.

Não obstante, não parece restar claro, nessas passagens, que a referência de Quine aos estímulos distais não seja meramente em virtude de seu papel na explicação do aprendizado. Uma vez que a concepção proximal de Quine pressupunha a homologia das redes neuronais receptoras de diferentes falantes, é natural que em suas explicações sobre o aprendizado da linguagem ele faça livre referência aos estímulos distais, supondo sempre que eles causem nos falantes estimulações semelhantes. Dizer quais estímulos são determinantes para o significado constitui um passo além, no qual Quine parece preferir fazer referência aos estímulos proximais. De qualquer modo, independentemente de Davidson estar correto com respeito a essa oscilação de Quine, este autor mantém como sua posição oficial a concepção proximal e é sobre as críticas de Davidson a esta concepção que o interesse deste trabalho recai. Desse modo, passar-se-á à exposição dessas críticas a partir deste momento.

De acordo com Davidson, a adoção da concepção distal seria necessária, basicamente, para viabilizar a explicação da natureza pública da linguagem, a qual restaria incompreendida a partir da concepção proximal.

Quine concebe a linguagem como uma arte social, algo cuja natureza é pública. Os indivíduos utilizam a linguagem para comunicarem-se uns com os outros e, para tanto, é necessário que uma dada frase tenha o mesmo significado para diferentes falantes. Ter o mesmo significado para diferentes falantes, para Quine, significa que eles estarão dispostos a se comportarem da mesma maneira frente a tal frase.

No âmbito da concepção proximal, isso significaria que as estimulações que provocariam o assentimento de um indivíduo devem ser as mesmas que provocariam o assentimento de outro indivíduo (o mesmo valendo para o dissentimento), ou seja, a frase deve ter o mesmo *stimulus meaning* para diferentes falantes. Porém, a fim de proceder tal comparação, faz-se necessário pressupor que diferentes falantes possuem redes neuronais receptoras ao menos homólogas. No entanto, não parece haver razão para supor tal homologia, como o próprio Quine reconhece.

De acordo com Davidson, adotando-se a Concepção Distal, restaria garantida a intersubjetividade das frases de observação, bem como resolvido o problema da homologia dos receptores. Para saber se duas pessoas têm as mesmas disposições para o comportamento verbal frente a uma dada frase, bastaria comparar quais estímulos distais provocariam assentimento e quais provocariam dissentimento, não sendo necessário comparar as suas estimulações e, desse modo, pressupor a homologia das redes neuronais receptoras de cada

falante. Dita comparação seria possível pelo fato de estímulos distais serem epistemicamente públicos, isto é, acessíveis a diferentes sujeitos.

Em conexão ao problema da homologia dos receptores, Davidson aponta uma grave consequência que adviria da adoção da concepção proximal: de acordo com o autor, ela implicaria ou ceticismo ou relativização da verdade, ambas conseqüências inaceitáveis para uma concepção acerca do significado e da evidência. Com o fito de provar tal alegação, Davidson propõe o seguinte experimento de pensamento:

[...] imaginemos alguém que, quando um porco passa, tem precisamente os modelos de estimulação que eu tenho quando há um coelho em vista. Suponhamos que a sentença de uma palavra que o porco o inspira a assentir seja “Gavagai”. Indo por *stimulus meaning*, eu traduzo sua “Gavagai” pela minha “Olha, um coelho” embora eu veja apenas um porco e nenhum coelho quando ele diz e crê que (de acordo com a Teoria Proximal) que há um coelho. (DAVIDSON, 1990, p. 74)

Pode-se dizer que a tradução de uma frase por outra é procedida quando se considera que ambas possuem iguais significados – ou muito próximos, quando se substitui a noção tradicional de significado pela de *stimulus meaning*, a qual torna muito improvável, senão impossível, dita igualdade. De acordo com isso, a tradução aludida acima estaria correta para a concepção proximal, dado que ambas as frases possuem *stimulus meaning* aproximados. A despeito dessa correção, surge o problema de, com essa tradução, estar-se atribuindo, conforme Davidson, uma crença falsa ao sujeito, a saber, a crença de que o sujeito está diante de um coelho, enquanto, na verdade, está diante de um porco.

Diante dessa hipótese, a Concepção Proximal acabaria por conduzir ao ceticismo, na medida em que, no seu bojo, restaria aberta a possibilidade de serem falsas, em sua maioria, as crenças de tal sujeito, possibilidade esta que pode ser estendida, por sua vez, a nossas próprias crenças.

Davidson considera, ainda, uma possível reação de um defensor da Concepção Proximal, segundo a qual a crença do sujeito de que ele está diante de um coelho poderia ser considerada verdadeira pelo fato de que tal sujeito estaria tendo, de fato, a estimulação de um coelho. Contudo, isso seria inaceitável para Davidson, uma vez que implicaria restringir a verdade das frases a cada indivíduo, o que ele chama de “relativização da verdade”.

Diante dessas dificuldades, Davidson entende que a concepção proximal deveria ser abandonada em prol de outra concepção que escape a tais problemas. A substituta adequada seria, para esse autor, a própria concepção distal, por ele sustentada. No experimento mental acima aduzido, a tradução correta para a frase “Gavagai” daquele sujeito seria, não “Olha, um

coelho”, mas sim “Olha, um porco”, já que o sujeito está diante de um porco e que são os próprios objetos no mundo que determinam o significado da frase.

2.3 Reação de Quine: como ele tenta solucionar os problemas da concepção proximal?

2.3.1 “Three Indeterminacies” e “Pursuit of Truth”

Frente às críticas e sugestões de Davidson, a reação de Quine consistiu, não em seguir sua sugestão e adotar a concepção distal como sua posição oficial, mas sim em tentar escapar aos problemas apontados sem destituir as estimulações sensoriais como elementos determinantes para o significado e para a evidência. Em sua resposta direta a “Meaning, Truth and Evidence” de Davidson, publicada na mesma coletânea em que este artigo se encontra, Quine (1990, p.80) afirma ter passado a sustentar uma posição intermediária entre a sua concepção proximal e a concepção distal sugerida por Davidson e que essa posição estaria presente em seu artigo “Three Indeterminacies”, publicado na mesma coletânea⁵⁵.

Nesse artigo, Quine (1990a, p. 3, *tradução nossa*) fornece a razão pela qual ele não aceita a sugestão de Davidson de adotar a concepção distal:

[...] eu permaneço firme em situar a estimulação no *input* neural, porque meu interesse é epistemológico, embora naturalizado. Eu estou interessado no fluxo de evidência a partir dos disparos [*triggering*] dos sentidos até os pronunciamentos da ciência; também lógica da reificação, e nas credenciais, se há qualquer, da noção de significado cognitivo. São essas preocupações epistemológicas, e não meu interesse acidental em linguística, que motiva minhas especulações sobre tradução radical. Por isso, com efeito, minha desconsideração dos aspectos literários e poéticos da tradução. E assim é que a reificação do sujeito de coelhos e semelhantes é para mim decididamente uma parte do enredo, não para ser passada por cima como uma parte do cenário. Minha própria aceitação de terminações nervosas e com efeito de coelhos, por outro lado, é parte do cenário naturalista de minha investigação.⁵⁶

Como é afirmado na passagem, o interesse de Quine quando discorre sobre a linguagem e suas conexões com estimulações sensoriais é primariamente epistemológico. Seus estudos concernentes à linguagem parecem ser motivados pela tentativa de consecução

⁵⁵ Segundo Quine, ele pôde ter contato com boa parte do que é argumentado por Davidson em “Meaning, Truth and Evidence” por meio de conversas.

⁵⁶ Em “Pursuit of Truth”, onde Quine incorpora boa parte do que desenvolve em “Three Indeterminacies”, ele reproduz parcialmente essa passagem, modificando ligeiramente a parte final da seguinte maneira: “[m]eu naturalismo permite-me fazer livre referência a terminações nervosas, coelhos, e outros objetos físicos, mas minha epistemologia permite ao sujeito nenhum tal ponto de partida. Sua reificação de coelhos e semelhantes é para mim parte do enredo, não para ser passada por cima como uma parte do cenário.” (QUINE, 1990b, pp. 41-42)

de seu projeto epistemológico, pois, como descrito na primeira parte deste trabalho, estudar o conhecimento através do estudo da linguagem na qual ele é expresso é um meio mais responsável de proceder à investigação. Até mesmo por isso, como ele afirma, seu interesse está restrito ao significado cognitivo apenas, e não ao significado linguístico.

Dado o projeto epistemológico para cuja consecução parecem se dirigir suas investigações sobre a linguagem, não seria satisfatório para ele adotar a concepção distal, tendo em vista que, caso ele explicasse o significado cognitivo das frases de observação por recurso a conexões com objetos e eventos no mundo, ele estaria deixando inexplicada a etapa que vai desde as estimulações dos receptores sensoriais dos falantes até a elaboração, por parte deles (e com base nessas estimulações), de uma teoria sobre o mundo, a qual fala desses objetos e eventos no mundo. De fato, o projeto epistemológico de Quine pretende explicar referida etapa, uma vez que considera como problema epistemológico central explicar como, a partir de um *input* sensorial escasso, os seres humanos chegam à sua teoria sobre o mundo (*output*).

Sendo assim, a concepção distal, embora possa escapar às dificuldades enfrentadas pela proximal, não é vista por Quine como uma opção adequada para a concretização de seu projeto epistemológico. Por essa razão, o autor mantém a localização do estímulo determinante para o significado das frases de observação na porção proximal da cadeia causal mundo-falante. No entanto, ele diz ter migrado para uma posição intermediária entre a proximal e a distal.

Nessa posição intermediária, como mencionado, o *stimulus meaning* de uma frase de observação para um falante continua sendo composto de estimulações: são estas que incitam seus vereditos, e não qualquer estímulo distal. Ademais, Quine reconhece que o *stimulus meaning* seria algo privado, assim como as estimulações que o compõem.⁵⁷ Não obstante, não mais é por ele exigido acordo intersubjetivo quanto ao *stimulus meaning* de uma frase para qualificá-la como de observação, como era exigido em “Palavra e Objeto”. O critério de observacionalidade que Quine adota, então, é quase o mesmo por ele enunciado em 1981. De acordo com esse critério:

Uma frase de observação é uma frase de ocasião à qual um falante consistentemente assentirá quando os seus receptores sensoriais forem estimulados de um certo modo, e consistentemente dissentirá quando forem estimulados de um outro modo. Se perguntar a frase provocar o assentimento do falante em uma determinada ocasião, isso provocará assentimento da mesma forma em qualquer outra ocasião na qual o mesmo conjunto de receptores for estimulado; e similarmente para o dissentimento

⁵⁷ Não parece ser exatamente esta a visão de Quine sobre as estimulações em “Palavra e Objeto”.

Isso e apenas isso é o que qualifica frases como frases de observação para o falante em questão, e esse é o sentido no qual elas são as frases que estão mais diretamente associadas à estimulação sensorial (QUINE, 1981, p. 25, *tradução nossa*).

Este critério, contudo, é limitado a dizer quando uma frase é de observação para um falante individual, não dizendo quando a considerar observacional para a comunidade de fala. A resposta inicial de Quine consistiu em dizer que uma frase será observacional para a comunidade quando ela for observacional para cada um de seus membros. (1990b PT, p. 40) Lars Bergström, no entanto, apontou um problema com o critério quineano para considerar uma frase como de observação para toda comunidade, o que ensejou a modificação do mesmo por parte de Quine.

O problema consiste no fato de que, de acordo com Bergström (1990, p. 39), uma frase pode satisfazer o critério de observacionalidade de Quine, sendo observacional para todos os membros da comunidade de fala – por satisfazer para todos os membros o critério de observacionalidade em relação ao falante individual – e, mesmo assim, os falantes não estarem “dispostos a assentir a ela nas mesmas situações”. (QUINE, 1990b, p. 41, *tradução nossa*) Segundo Bergström (1990, p. 39, *tradução nossa*), “por exemplo, algumas pessoas podem assentir a ‘Está frio’ e ‘Isso é um coelho’ nas ocasiões quando outros dissentem a essas frases (As pessoas não são igualmente sensíveis ao frio, e muitos de nós podem facilmente confundir uma lebre com um coelho).”

A solução de Quine para esse problema consiste em incrementar as exigências para que uma frase possa ser considerada observacional para a comunidade. As exigências passaram a ser as seguintes: “[...] uma frase [é] observacional para um grupo se ela é observacional para cada membro e se cada um concordaria em assentir a ela, ou dissentir, ao testemunhar a ocasião de proferimento.” (QUINE, 1990b, p. 43) Dessa maneira, Quine tenta restringir o âmbito do que contar como frase de observação, acrescentando ao seu critério de 1981 a última cláusula, que requer acordo na comunidade.

No critério de observacionalidade fornecido por Quine em “The Roots of Reference”, também havia a exigência de acordo na comunidade, a saber, um acordo quanto ao valor de verdade da frase. Nesse livro, ele (1973, p. 39, *tradução nossa*) afirmou, “uma frase é observacional à medida que seu valor de verdade, em qualquer ocasião, seria objeto de acordo para qualquer membro da comunidade de fala que testemunhar a ocasião.” Como anteriormente apontado, é exigido nesse critério um testemunho partilhado por parte dos falantes da comunidade e este deveria ser entendido, no dizer de Quine (1973, p. 41, *tradução*

nossa), como um “testemunho sujeito a impactos receptualmente similares”, o que fazia emergir o problema da homologia das redes neuronais receptoras de diferentes falantes.

No critério trazido por Quine em “Pursuit of Truth”, por outro lado, o recurso à relação de similaridade receptual entre estimulações está restrito a um falante individual: em situações estimulativas receptualmente similares entre si, o falante estará disposto a dar sempre o mesmo veredito. Esta exigência, entretanto, não acarreta o problema da homologia, pois a comparação é restrita às estimulações de um sujeito apenas. Para que a frase seja observacional para a comunidade, é exigido também um acordo por parte dos membros, assim como no critério de “The Roots of Reference”: um acordo quanto às ocasiões em que se estaria disposto a assentir (e a dissentir) à frase. Porém, Quine parece pretender, em 1990, modificar sua concepção do que seja “testemunhar a ocasião” em relação ao modo como entendia o “testemunho partilhado” em 1973. Em “Pursuit of Truth”, ele explica o que seria testemunhar a ocasião por recurso à noção de empatia, sem exigir similaridade receptual dos impactos sensoriais de diferentes falantes. Dessa forma, com a introdução da noção de empatia, Quine pensa ser possível escapar ao problema da homologia, sem precisar adotar a concepção distal.

De acordo com Quine (1990b, pp. 42-43), a empatia estaria presente tanto no processo de aprendizagem da linguagem quanto no trabalho de elaboração de um manual de tradução pelo linguista de campo. Quando o pai está treinando seu filho no uso correto das primeiras frases, mediante condicionamento direto, ele precisa ter uma empatia com respeito à situação perceptual de seu filho, projetando-se nela, para saber se deve aprovar ou reprovar determinado comportamento verbal deste último. Para tanto, ele pode atentar para a “orientação da criança” e para “como seria a cena a partir daí [isto é, a partir do ponto de vista da criança]”. (QUINE, 1990b, p. 42) Ao linguista de campo também é necessário projetar-se na situação perceptual do nativo com base nos dados que lhe estão disponíveis para observação. (QUINE, 1990b, pp. 42-43) Entendida assim a noção de empatia, o novo critério de observacionalidade de Quine exigirá que todos os membros da comunidade concordem quanto ao veredito em relação a uma frase uma vez que se projetem na situação perceptual de alguém que testemunhe o proferimento. (QUINE, 1990b, p. 43)

O que acaba de ser dito, porém, assemelha-se ao que foi afirmado por ocasião da apresentação do posicionamento de Quine em “Word and Object”. Nessa ocasião, era dito que o linguista conjecturava o *stimulus meaning* das frases nativas com base na observação da orientação do nativo e da posição relativa dos objetos, de forma a atribuir ao nativo, em cada situação, as estimulações que o linguista teria se estivesse em seu lugar. No entanto, em

“Word and Object”, Quine parecia pressupor a homologia das redes neuronais receptoras de diferentes falantes. Com base nisso, aparentemente, é que ele exigia a elevada constância do *stimulus meaning* de uma frase para os diferentes membros da comunidade para que ela fosse considerada observacional. Em “Pursuit of Truth”, porém, ele pensa ter escapado ao problema da homologia por recurso à noção de empatia. Como este seu último posicionamento pode ser, então, diferenciado do que mantinha em “Palavra e Objeto”?

Neste seu último posicionamento, como dito antes, não é exigida a comparação de *stimulus meaning* nem de estimulações de diferentes falantes para que uma frase possa ser considerada observacional e, assim, ser a porta de entrada que a criança tem para sua linguagem e que o linguista tem para a linguagem dos nativos. A sociedade treina a criança para ter o comportamento verbal adequado em relação a uma frase e o treinamento será bem sucedido se a criança conseguir se comunicar fluentemente com os demais membros da comunidade de fala. A adequação de seu comportamento verbal, no entanto, não exige que para a criança o *stimulus meaning* de determinada frase seja igual ao dos demais membros da comunidade de fala. A rigor, o *stimulus meaning* de cada frase para cada falante seria privado, mas Quine parece pensar que a privacidade do *stimulus meaning* não interferiria na publicidade da linguagem. Ele parece pensar que o que importa para a comunicação é a uniformidade quanto ao comportamento verbal frente a cada frase diante de cada circunstância objetiva. Parece ser nesse sentido que Quine (1990b, p. 44) afirma:

Diferentemente de Davidson, eu ainda situo as estimulações na superfície do sujeito, e o *stimulus meaning* privado com elas. [...] O que flutua ao ar aberto é nossa linguagem comum, que cada um está livre para internalizar de seu modo neural peculiar. A linguagem é onde a intersubjetividade se põe. Comunicação é bem chamada.

Do mesmo modo, Quine pensa que o sucesso de um manual de tradução encontra-se na fluência do diálogo com os nativos utilizando o manual para traduzir para a língua da selva o que se deseja dizer aos nativos e para traduzir para a própria língua os proferimentos dos nativos. Isto, na visão de Quine, independe de uma igualdade ou semelhança entre os *stimulus meanings* que as frases nativas têm para eles e daqueles que as frases do linguista têm para o linguista. O linguista tem, mais precisamente, de conseguir descobrir o comportamento verbal adequado frente a cada frase nativa. A seguinte passagem parece ir ao encontro do que foi dito:

Frases de observação continuam a ser a porta de entrada para a criança e para o linguista de campo, e elas continuam comandando o mais firme acordo entre manuais de tradução rivais; mas sua facticidade distintiva está agora obscurecida

pela negação do *stimulus meaning* partilhado. O que é absolutamente factual é apenas a fluência da conversação e a efetividade da negociação que um ou outro manual de tradução serve para provocar. (QUINE, 1990b, p. 43, *tradução nossa*)

A empatia, nesse contexto, parece ser uma condição necessária, tanto para o processo de aprendizado, quanto para a própria comunicação entre os falantes. De fato, como Quine sustenta, ela “domina o aprendizado da linguagem, tanto pela criança quanto pelo linguista de campo”. Além disso, Quine (1990b, p. 43) não põe em dúvida que empatia exista entre os seres humanos: segundo ele, “[n]ós temos uma inquietante habilidade para empatizar a situação perceptual do outro, embora ignorantes do mecanismo fisiológico ou óptico de sua percepção.”

O ponto crucial que Quine pensa diferenciar este seu posicionamento do adotado em “Palavra e Objeto” parece consistir no abandono da comparação de *stimulus meanings* e de estimulações, ancorando a intersubjetividade no próprio uso uniforme da linguagem. Não obstante, o significado da frase para um falante continua a ser o seu *stimulus meaning*, composto de estimulações incitadoras para esse falante. Como o *stimulus meaning* resume as disposições do falante para o comportamento verbal, então, ao fim e ao cabo, continuam sendo as estimulações o elemento determinante para o significado de uma frase para um falante. Parece ser por isso que Quine afirma que sua posição é intermediária entre a distal e a proximal.

2.3.2 “From Stimulus to Science” e “Progress on Two Fronts”

Ao que parece, Quine não ficou satisfeito com essa sua tentativa de solução e, alguns anos mais tarde, em “From Stimulus to Science” (1995) e em “Progress on Two Fronts” (1996), ofereceu outra solução aos problemas enfrentados por sua concepção. Em “Progress on Two Fronts”, ele formula o problema que ele pensa restar em aberto. Reconhecendo-se, como Quine o faz, que o linguista de campo e o lexicógrafo em sua prática acabam por recorrer aos estímulos distais e têm sucesso na realização de sua tarefa,⁵⁸ há que se responder à seguinte indagação:

[c]omo a mera igualdade da causa distal, o objeto conjuntamente observado, prevalece sobre a diversidade dos segmentos proximais das cadeias causais, dentro dos dois observadores, e ainda resultar em acordo de resposta? Em resumo, *por que*

⁵⁸ Em “Where do we disagree?”, Quine (1999, p. 74, *tradução nossa*) reconhece que em sua descrição da atividade do linguista de campo este cumpre sua tarefa recorrendo aos estímulos distais. Mas ele explica que a sua preocupação com os estímulos proximais não foi quanto “ao que o tradutor faz ou deve fazer, mas por que isso funciona.”

o tradutor e o lexicógrafo podem alegremente contar com o estímulo distal, como eles de fato podem? (QUINE, 1996, p. 160, *tradução nossa*).

Quine parece pensar que nem a adoção da concepção distal nem a adoção de sua posição intermediária são capazes de responder esse problema.

Para reformular o problema com maior precisão e tentar oferecer uma solução ao mesmo, Quine recorre a teses e conceitos que já haviam sido desenvolvidos por ele em “The Roots of Reference”. Nessa obra, ele recorria às noções de episódios da vida de um sujeito, similaridade receptual, similaridade perceptual e saliência a fim de explicar o processo de aprendizado, em particular o aprendizado da língua materna pela criança. Em “From Stimulus to Science”, Quine retoma essas noções, com eventuais reformulações, e as utiliza para solucionar o problema por ele formulado.

Em “The Roots of Reference”, Quine tecia suas explicações em termos do que chamou de episódios da vida de um falante, que seriam “breves estágios ou segmentos temporais da vida do sujeito”. Segundo ele, tais episódios seriam globais, incluindo tudo que é recebido pelo sujeito através de seus sentidos no momento. Em “From Stimulus to Science”, Quine procede suas explicações em termos do que chamou de estímulo global, que parece ser o que ele tinha em vista com a noção de episódio, mas que ele explicou de maneira mais precisa. Um estímulo global é “[...] a classe de todos os receptores sensoriais que foram disparados [*triggered*] nesse momento; ou, melhor, a classe temporalmente ordenada de todos os receptores disparados durante o presente especioso.” (QUINE, 1995, p. 17, *tradução nossa*)

Os estímulos globais, assim como os episódios, podem ser considerados receptualmente similares entre si, conforme eles incluam “mais ou menos as mesmas terminações nervosas mais ou menos na mesma ordem”, e eles podem também ser considerados perceptualmente similares entre si (QUINE, 1995, p. 17). A similaridade perceptual é entendida por Quine em termos das respostas do sujeito frente ao estímulo global. Quine afirma a esse respeito: “[s]imilaridade perceptual [...] é uma questão antes de efeito no sujeito: uma questão de reação”, ao frisar a diferença existente entre essa relação e a de similaridade receptual.⁵⁹

Para compreender melhor o que Quine entende por similaridade perceptual, convém ter em mente o critério objetivo que ele fornece para aferir o padrão de similaridade

⁵⁹ Em “The Roots of Reference”, Quine afirmava que a similaridade perceptual se manifestava no comportamento e, por isso, ofereceu um critério comportamental para aferir o padrão de similaridade perceptual de um sujeito. Entretanto, ele percebeu que, por vezes, o comportamento poderia não refletir o padrão de similaridade perceptual do sujeito, mas sim ser devido a interferências internas. Esta possibilidade ofereceu dificuldades a Quine, que ele tentou solucionar recorrendo a considerações evolucionistas, conforme foi dito em outras partes deste trabalho.

perceptual de um sujeito, ou seja, a maneira como ele tende a agrupar os estímulos globais de acordo com a similaridade perceptual. (QUINE, 1973, p. 19) O critério consiste no seguinte. Suponha-se que o falante tenha sido condicionado, por meio de recompensa, a fazer determinado movimento ao receber o estímulo global X e que tenha sido condicionado, mediante punição, não fazer esse movimento diante do estímulo global Y. Supondo que ele seja exposto a uma situação que lhe cause o estímulo global Z, que é intermediário entre X e Y, caso sua reação consista em fazer o movimento, pode-se concluir que Z é, para esse sujeito, perceptualmente mais similar a X do que a Y, caso a sua reação seja não fazer o movimento, pode-se concluir que Z, para ele, é perceptualmente mais similar a Y do que a X.

Como pode ser notado a partir do critério quineano, a similaridade perceptual de dois estímulos globais nem sempre coincide com a similaridade receptual dos mesmos, já que dois estímulos globais bastante distintos receptualmente podem provocar no sujeito a mesma resposta, sendo, assim, perceptualmente similares. A possibilidade de isso ocorrer deve-se ao fato de que nem todos os receptores disparados em um dado momento são relevantes para a resposta ou reação do sujeito. (QUINE, 1995, p. 17) Os receptores que são relevantes para a resposta são chamados por Quine de “receptores salientes”. Estes serão, na definição de Quine (1995, p. 18, *tradução nossa*), os receptores sensoriais “que o estímulo [global] partilha com outro estímulo global ao qual ele é perceptualmente similar, mas receptualmente dissimilar”.

Outro fator que faz com que nem sempre a similaridade perceptual de dois estímulos globais seja acompanhada por sua similaridade receptual é que, de acordo com Quine (1995, p. 19, *tradução nossa*), os seres humanos possuiriam uma “propensão inata ou aprendida para associar perspectivas” Seria por causa dessa propensão, segundo ele, que os estímulos globais receptualmente dissimilares recebidos diante de um retângulo plano no chão visto de várias perspectivas serão perceptualmente similares para o sujeito, causando as mesmas respostas por parte dele (QUINE, 1995, p. 19).

De posse desses conceitos, então, Quine reformula o problema antes mencionado, o que é feito a partir do seguinte exemplo. Numa dada situação, passa um coelho na presença do nativo de uma tribo e do lingüista que pretende elaborar um manual de tradução entre a sua língua e a do nativo. O nativo tem o estímulo global S e o lingüista, o estímulo global T. Nessa ocasião, o nativo diz “Gavagai” e o lingüista conjectura que a tradução dessa frase pode ser “Coelho”. Numa outra situação, passa outro coelho e o nativo tem o estímulo global S’ e o lingüista tem o estímulo global T’. Já que, nesta segunda situação, o próprio lingüista assentiria a “Coelho”, ele pergunta ao nativo “Gavagai?”, a fim de testar sua conjectura. O nativo, por sua vez, assente. De acordo com Quine, os estímulos globais recebidos nessas

duas situações seriam perceptualmente similares tanto para o nativo quanto para o linguista, isto é, S e S' seriam perceptualmente similares para o nativo e T e T', similares para o linguista. A partir desse exemplo, Quine reformula o problema anteriormente aduzido: por que há esse acordo entre nativo e linguista? (QUINE, 1996, p. 160)⁶⁰

Pode-se dizer que é graças a esse acordo que o linguista e o lexicógrafo podem ser bem sucedidos em sua tarefa recorrendo aos estímulos distais publicamente disponíveis. Pode ser dito também que é em virtude desse acordo que o manual de tradução elaborado pelo linguista pode ser bem sucedido, permitindo a comunicação fluente entre pessoas que falam a língua do linguista e os nativos da tribo. Do mesmo modo, poder-se-ia estender as presentes considerações para o processo de aprendizado da língua materna pela criança, dizendo-se que o pai e a criança recorrem aos estímulos ditais durante tal processo. Mas Quine parece pensar que a concepção distal e a sua concepção intermediária não são capazes de responder por que o acordo ocorre.

Uma primeira resposta ao problema, implícita em seus primeiros escritos, poderia ser de que os seres humanos teriam redes neuronais receptoras homólogas, mas Quine reconhece que esta resposta não lhe está disponível. A resposta final de Quine ao problema consiste em afirmar que haveria uma harmonia pré-estabelecida entre os padrões de similaridade perceptual dos diferentes sujeitos. Seria devido a essa harmonia que um sujeito tenderia a considerar como perceptualmente similares estímulos globais que outros sujeitos também consideram como perceptualmente similares; daí a uniformidade quanto ao comportamento frente a esses estímulos (QUINE, 1996, pp. 160-161).

Para compreender essa tese, há que se ter presente o que foi dito na primeira parte deste trabalho a respeito do padrão de similaridade perceptual de um sujeito, o qual seria uma disposição inata para considerar certos estímulos globais como perceptualmente mais similares e outros como mais dissimilares. O ponto central a ser lembrado reside em seu papel essencial para o aprendizado, uma vez que ele é determinante para o resultado e o sucesso de qualquer processo de condicionamento. Ele seria também essencial, de acordo com Quine, para a criação de expectativas e, portanto, para a realização de previsões, razão pela qual ele teria tido um papel imprescindível para a sobrevivência dos seres humanos durante o processo de seleção natural. Quine explica referido papel dos padrões subjetivos de similaridade perceptual como segue.

⁶⁰ Esta formulação do problema, à qual Quine não conseguiu chegar em "The Roots of Reference", parece importante para a solução final que ele oferece. Leia-se o que ele diz a esse respeito: "Se eu tivesse assim situado com precisão minha inquietude, eu teria resolvido ela rapidamente" (QUINE, 1996, p. 160)

Conforme Quine, assim como os demais animais, os seres humanos teriam um instinto natural para fazer previsões, o qual ele chama de “instinto indutivo”. Devido a esse instinto, é criada a expectativa de que de determinado estímulo global se siga o mesmo tipo de consequência que se seguiu de outro estímulo global que se reconhece como perceptualmente similar a esse. Pode-se supor que indivíduos que costumam fazer previsões bem sucedidas possuem padrões de similaridade perceptual de um tipo distinto daqueles indivíduos que costumam estar enganados nesse tipo de tarefa. O que ocorre é que aqueles indivíduos que possuem maior habilidade em fazer previsões bem sucedidas terão maiores chances de sobreviver: a seleção natural favorece a sobrevivência dos indivíduos mais aptos e mais apto é aquele que sabe fazer previsões corretas. Tal habilidade facilitaria a fuga de predadores, bem como a captura de presas, por exemplo (QUINE, 1996, pp. 160-161).

De acordo com Quine, essa habilidade de fazer previsões bem sucedidas decorreria do fato de o padrão de similaridade perceptual do sujeito que possui essa habilidade tender a uma harmonia com o que ocorre no ambiente. Por essa razão é que esse sujeito se engana menos e faz previsões que costumam ser confirmadas. Assim, pode ser dito hoje haver uma harmonia preestabelecida entre os padrões subjetivos de similaridade perceptual dos seres humanos e o ambiente, tendo em vista que os indivíduos que sobreviveram foram os mais aptos, como dito anteriormente. (QUINE, 1996, pp. 160-161) Ademais, como somos descendentes desses sobreviventes e temos todos um gene comum deles decorrente, os padrões subjetivos de similaridade perceptual de diferentes indivíduos tendem a se harmonizar uns com os outros, havendo, portanto, uma harmonia preestabelecida entre eles.

Graças à harmonia preestabelecida entre os padrões de similaridade perceptual de diferentes sujeitos, seguindo o mesmo exemplo trazido anteriormente, é que o linguista e o nativo considerarão como perceptualmente similares dois estímulos globais que eles recebem diante dos mesmos estímulos distais. O acordo que ocorre entre diferentes falantes a respeito das disposições para o comportamento verbal frente a uma dada frase de observação dever-se-ia, então, ao fato de os padrões de similaridade perceptual de cada um deles estarem em harmonia entre si, de serem semelhantes. Assim é que eles reagiriam de maneira semelhante em situações públicas semelhantes.

No que concerne às frases de observação, em particular, Quine (1995, p. 22) afirma:

[As frases de observação] reportam situações intersubjetivamente observáveis [...] Isso é dizer, todos os membros da comunidade linguística estão dispostos a concordar sobre a verdade ou falsidade de tal frase no local, se eles têm percepção normal e são testemunhas da ocasião. [...] Dentro do indivíduo a frase de observação é firmada a uma classe estímulos globais bastante similares perceptualmente. [...] É

graças à harmonia preestabelecida [...] que elas se qualificam como frases de observação através da comunidade.

Com base nessa passagem, pode-se perceber que Quine, a fim de explicar a intersubjetividade das frases de observação, prescinde de pressupor a homologia das redes neuronais receptoras dos falantes e passa a postular uma harmonia preestabelecida entre os padrões subjetivos de similaridade perceptual. Devido a tal harmonia, portanto, é que diferentes falantes concordariam no uso que fazem das frases de sua linguagem, apesar de associar a frase a um âmbito de estímulos globais que são privados e, portanto, não são passíveis de comparação intersubjetiva.

2.3.3 A solução final de Quine foi a mais adequada?

Cumpra, neste momento, indagar se a solução final de Quine foi a reação mais adequada frente às dificuldades enfrentadas por sua concepção. Caso se aceite a tese de que há uma harmonia preestabelecida entre os padrões subjetivos de similaridade perceptual, isto parece explicar porque os falantes concordam quanto ao uso das frases da linguagem. Se diferentes sujeitos agrupam seus estímulos globais de modo semelhante, então o comportamento dos mesmos frente a tais estímulos tenderá a ser uniforme, o que inclui seu comportamento verbal. Sendo assim, haverá acordo entre os sujeitos quanto às disposições ao comportamento verbal frente a uma frase.

Não se pode esquecer, entretanto, que, para cada sujeito, uma frase de observação está associada, de acordo com Quine, a um âmbito de estímulos globais bastante similares perceptualmente. Não poderia Davidson alegar que o significado da frase para o sujeito é determinado por esse âmbito de estímulos globais? Sendo assim, restaria em aberto a possibilidade de um sujeito estar enganado em suas crenças sobre o mundo, na hipótese de ele ter estímulos globais de coelho toda vez que está diante de um porco, como no experimento de pensamento proposto pelo autor. Esse sujeito se comportaria da mesma maneira que os demais na comunidade frente à frase, assentiria (e dissentiria) a ela diante dos mesmos estímulos distais, concordando quanto ao valor de verdade da frase, mas, ainda sim, sua crença seria falsa, por crer que está diante de um coelho, enquanto está diante de um porco.

Diante disso, parece que a harmonia preestabelecida, se aceita, é capaz de explicar o acordo quanto ao comportamento verbal, mas não de explicar a identidade ou semelhança de significado que uma frase de observação tem para os sujeitos, uma vez que se entenda que este é determinado pelos estímulos proximais.

Há que se ter em mente, é claro, que Quine faz uma restrição quando caracteriza as frases de observação. Ele afirma que:

[As frases de observação] reportam situações intersubjetivamente observáveis [...] Isso é dizer, todos os membros da comunidade linguística estão dispostos a concordar sobre a verdade ou falsidade de tal frase no local, se eles têm percepção normal e são testemunhas da ocasião. (QUINE, 1995, p. 22, *tradução nossa*)

Como pode ser visto, Quine restringe sua caracterização a sujeitos com percepção normal. Talvez ele pudesse, então, responder a Davidson alegando que o sujeito de seu experimento não possui percepção normal e que, portanto, ele deveria ser excluído de suas considerações. Davidson não aceitaria essa resposta provavelmente. Ele diria que o sujeito de seu experimento teria um comportamento uniforme ao da comunidade e que a caracterização quineana de frase de observação não permitiria que se detectasse que ele está, em verdade, enganado em suas crenças sobre o mundo.

Outra possível solução ao problema seria seguir uma sugestão feita por Lars Bergström em seu artigo “Davidson's objections to Quine's empiricism” (2001). Ele propõe o seguinte:

Uma teoria proximal plausível não pode *identificar* significado com *stimulus meaning*. Antes, ela deve dizer que o *stimulus meaning* que uma frase tem para um falante *determina* o significado que a frase tem para a pessoa. O significado em si pode ser identificado com as disposições da pessoa para assentir, ou dissentir, à frase em várias ocasiões. [...] se duas pessoas têm as mesmas disposições para assentir e dissentir à frase em todas as ocasiões, a frase tem o mesmo significado para elas. (BERGSTRÖM, 2001, p. 7)

Caso se aceite essa sugestão e se passe a considerar o significado de uma frase para um falante como suas disposições para assentir e dissentir a ela, então a formulação final da concepção quineana parece dar conta da intersubjetividade das frases de observação. Uma frase de observação, nessa formulação, terá o mesmo significado para diferentes falantes pelo fato de que eles têm as mesmas disposições para assentir e dissentir a ela frente às mesmas circunstâncias objetivas. O que determinaria a disposição de cada falante seria, segundo a sugestão de Bergström, os estímulos globais que ele vinculada afirmativamente e negativamente à frase. São esses estímulos, pode-se dizer também, que ativam a disposição em cada momento. A uniformidade quanto às disposições de diferentes falantes, por sua vez, seria explicada pela harmonia preestabelecida dos padrões subjetivos de similaridade perceptual, a qual faria com que os falantes se comportassem de forma semelhantes diante de estímulos distais semelhantes. Não haveria que se falar em um *stimulus meaning* ou em um

âmbito de estímulos globais vinculados à frase como sendo o significado da mesma, o qual determinaria suas crenças sobre o mundo (as quais poderia ser falsas porque diferentes de como o mundo é).

Agora, cumpre indagar: Quine estaria disposto a aceitar essa sugestão? Qual era a sua visão mais exatamente? Em “Palavra e Objeto”, Quine introduz a noção de *stimulus meaning* como um substituto comportamental para a noção intuitiva de significado. Além disso, ele considera que os *stimulus meanings* de uma frase para diferentes falantes deveriam ser comparados a fim de considerar que ela possui o mesmo significado para diferentes falantes. Daí o problema da homologia das redes neuronais receptoras de diferentes falantes. Isto parece conduzir à interpretação de que o *stimulus meaning* é o significado da frase, diferentemente do que sugere Bergström.

No entanto, Quine também considerava que o *stimulus meaning* de uma frase para um falante consistia na soma de suas disposições para assentir e dissentir à frase. Isto parece ser essencial para considerar o *stimulus meaning* como significado das frases de observação. Tanto parece ser assim que ele afirma que o *stimulus meaning* de uma frase permanente não poderia ser considerado como o seu significado pelo fato de não ser a soma das disposições dos falantes para assentir e dissentir a tais frases. Sendo assim, embora Quine considere em “Palavra e Objeto” e em outros escritos que o *stimulus meaning* pode ser considerado o significado de uma frase de observação, ele parece o fazer por considerar que ele representa as disposições de um falante para assentir e dissentir à frase, tais disposições sendo o elemento primordial.

Em “Three Indeterminacies” e “Pursuit of Truth”, Quine já passa a pensar que a comparação de estimulações não seria essencial para a intersubjetividade das frases de observação. Este poderia ser visto como um movimento para deixar de considerar que o conjunto de estímulos proximais vinculados a uma frase por um falante são seu significado e passar a entender que esses estímulos determinam o significado da frase para o falante, pelo fato de determinarem suas disposições para assentir e dissentir a ela. Em “Where do we disagree?” (1999), Quine afirma, ao falar sobre sua divergência com Davidson sobre os estímulos proximais e distais, que a raiz do problema estaria em seu uso da expressão “*stimulus meaning*”, e ele substitui essa expressão por “disparo [*triggering*] das terminações nervosas”. Talvez isso pudesse ser visto como uma indicação de que Quine concordaria com Bergström que não se deve identificar significado com *stimulus meaning*.

Entretanto, não se pode afirmar com certeza que Quine concordaria com a sugestão de Bergström. Não obstante, ela seria uma maneira de tornar sua concepção mais plausível. Uma

vez que Quine recorreu à tese da harmonia preestabelecida dos padrões subjetivos de similaridade perceptual, poder-se-ia explicar o acordo entre os sujeitos quanto ao comportamento verbal frente a uma frase e, na medida em que o significado seja identificado com as disposições dos sujeitos para o comportamento verbal frente à frase, como sugere Bergström, o significado da frase poderia ser, então, considerado intersubjetivo.

No entanto, há que ressaltar que a uniformidade quanto às disposições para o comportamento verbal deve-se ao fato de os falantes estarem dispostos a assentir e dissentir a uma frase diante dos mesmos estímulos distais. O que determinaria essa disposição para o sujeito, entretanto, seriam os estímulos globais que ele associa à frase, ou seja, os estímulos proximais. Sendo assim, Quine parece sustentar uma concepção intermediária entre a formulação inicial de sua concepção proximal e a concepção distal de Davidson.

Poder-se-ia, no entanto, questionar a tese da harmonia preestabelecida dos padrões subjetivos de similaridade perceptual. Poder-se-ia questionar, por exemplo, o que justifica a mesma? A resposta de Quine a uma objeção como essa poderia consistir em um recurso ao seu naturalismo, o qual, como dito antes, baseia a formulação e as tentativas de solução aos problemas filosóficos por parte do autor. Quine poderia alegar que as explicações evolucionistas são aceitas nas ciências naturais e que a filosofia está livre para recorrer aos conhecimentos por elas estabelecidos a fim de solucionar os problemas com os quais se depara. Sendo assim, enquanto as explicações evolucionistas não forem refutadas, elas podem ser consideradas um bom recurso para as explicações filosóficas. Caso a tese da harmonia preestabelecida venha a se mostrar falsa, então a explicação quineana sobre o acordo entre os falantes de uma comunidade quanto ao comportamento verbal frente às frases de observação deverá ser revisada. Esta linha de resposta parece coadunar-se com naturalismo de Quine, o qual coloca a filosofia no mesmo patamar das ciências naturais e, portanto, considera as concepções filosóficas como um pretenso conhecimento passível de revisão.

Cabe acrescentar ainda que, por mais que seja possível levantar objeções contra a solução final de Quine, ela pode ser considerada a saída mais adequada aos problemas da concepção proximal quando comparada à sugestão feita por Davidson. Adotar a concepção distal não seria satisfatório para os propósitos filosóficos de Quine, como ele próprio afirma. Caso Quine aceitasse a sugestão de Davidson, ele estaria renunciando ao seu projeto epistemológico de explicar como, a partir da estimulação dos receptores sensoriais dos falantes, estes elaboraram a sua teoria sobre o mundo. Caso ele adotasse a concepção distal, ademais, tampouco seria explicado o porquê do acordo intersubjetivo quanto ao uso das frases

e observação. Sendo assim, a solução final de Quine parece a mais adequada dentre as que lhe estavam disponíveis dentro do arcabouço teórico que construiu ao longo de suas obras.

CONCLUSÃO

No presente trabalho, afirmou-se que as preocupações filosóficas de Quine estão centradas no conhecimento humano sobre o mundo e nas características mais gerais desse mundo ao qual pertencem os seres humanos e sobre o qual tentam obter conhecimento, preocupações estas que resultam em dois projetos: o seu projeto epistemológico e o seu projeto metafísico. Os dois projetos seriam, seguindo-se a interpretação de Hylton (2007, p. 4, *tradução nossa*), aspectos de um único projeto mais geral: “articular e defender uma visão naturalista completa do mundo.”

Dos dois projetos, foi dito que o projeto epistemológico seria aquele em que está inserida, propriamente, a divergência entre Quine e Davidson que foi tema deste trabalho. Isso porque, no projeto epistemológico de Quine, a questão central consiste em explicar como os seres humanos, a partir do escasso *input* sensorial que recebem, a saber, as estimulações de seus receptores sensoriais, conseguiram elaborar a sua teoria sobre o mundo, a qual excede amplamente esse *input*? Como os seres humanos obtêm conhecimento sobre o mundo através das estimulações de seus receptores sensoriais, estas é que constituiriam a evidência última que eles possuem para sua teoria. No contexto desse projeto, as frases de observação, que são aquelas, segundo Quine, mais diretamente ligadas às estimulações sensoriais, assumem um papel muito importante. Daí o papel central que ocupam dentro da filosofia de Quine. Tendo em vista esse papel, seria de suma importância a resposta à questão sobre qual elemento deveria ser considerado determinante para seu significado empírico. Precisamente aqui se insere, como foi visto, a divergência entre Quine e Davidson que foi tema deste trabalho, ou seja, a divergência a respeito de onde deveria ser situado, na cadeia causal mundo-falante, o elemento que determina o significado empírico de frases de observação. O debate entre os dois autores sobre a resposta mais adequada a essa questão foi o que se pretendeu reconstruir e avaliar neste trabalho.

A conclusão a que se chega, após o incurso nas diferentes versões da concepção quineana sobre o que determina o significado das frases de observação, bem como nas críticas e sugestões de Davidson, é de que, uma vez que se siga a sugestão de Lars Bergström e se entenda que o significado de uma frase de observação deve consistir nas disposições de um sujeito para assentir ou dissentir a ela, em vez de identificar o significado com o conjunto de estímulos proximais que o falante vincula a ela, parece que a solução final de Quine é capaz de explicar a intersubjetividade das frases de observação de modo satisfatório, desde que se

aceite a tese da harmonia preestabelecida dos padrões subjetivos de similaridade perceptual. A aceitação dessa sugestão, entretanto, não pode ser atribuída a Quine com toda certeza. Não obstante, parece haver indícios em seus escritos de que o primordial em sua concepção sobre a linguagem é conceber o significado em termos das disposições para o comportamento verbal, o que vai ao encontro com a sugestão de Bergström.

Além disso, Quine poderia tentar justificar o seu recurso à tese da harmonia preestabelecida dos padrões subjetivo de similaridade perceptual apelando ao seu naturalismo. Ele poderia alegar que as explicações evolucionistas são aceitas nas ciências naturais e que a filosofia está livre para recorrer aos conhecimentos por elas estabelecidos a fim de solucionar os problemas com os quais se depara. Sendo assim, enquanto as explicações evolucionistas não forem refutadas, elas podem ser consideradas um bom recurso para as explicações filosóficas. Caso a tese da harmonia preestabelecida venha a se mostrar falsa, então a explicação quineana sobre o acordo entre os falantes de uma comunidade quanto ao comportamento verbal frente às frases de observação deverá ser revisada. Esta linha de resposta parece coadunar-se com naturalismo de Quine, o qual coloca a filosofia no mesmo patamar das ciências naturais e, portanto, considera as concepções filosóficas como um pretense conhecimento passível de revisão.

Ademais, por mais que seja possível levantar objeções contra a solução final de Quine, ela pode ser considerada a saída mais adequada aos problemas da concepção proximal quando comparada à sugestão feita por Davidson. Adotar a concepção distal não seria satisfatório para os propósitos filosóficos de Quine, como ele próprio afirma. Caso Quine aceitasse a sugestão de Davidson, ele estaria renunciando ao seu projeto epistemológico. Caso ele adotasse a concepção distal, além disso, tampouco seria explicado o porquê do acordo intersubjetivo quanto ao uso das frases e observação. Sendo assim, a solução final de Quine parece a mais adequada dentre as que lhe estavam disponíveis dentro do arcabouço teórico que construiu ao longo de suas obras.

BIBLIOGRAFIA

BERGSTRÖM, L. Quine on underdetermination. In: BARRET, R. B.; GIBSON, R. F. (orgs.). **Perspectives on Quine**. Cambridge, Massachussets: Basil Blackwell, 1990, pp. 38-54.

_____. Davidson's Objections to Quine's Empiricism, In: KOTATKO, P. PAGIN, G. Segal (org.). **Interpreting Davidson**, CSLI Publications, Stanford, 2001. (Disponível em: http://people.su.se/~lsbm/publications_en.html. Acesso em: Abril de 2011)

CARNAP, R.. Empirismo, semântica, e ontologia. In: **Os pensadores**, Vol. Schlick/Carnap. São Paulo, Victor Civita, 1975, Vol. 44. pp. 113-28.

DAVIDSON, Donald. On the very idea of a conceptual scheme. In: Davidson. **Inquiries into truth and interpretation**. New York: Oxford University Press, 1984. pp. 183-98. (artigo publicado pela primeira vez em 1974)

_____. **Subjective, Intersubjective, Objective**, Oxford University Press, New York, 2001.

_____. A Coherence Theory of Truth and Knowledge', reprinted in E. LePore (ed.), **Truth and Interpretation: Perspectives on the Philosophy of Donald Davidson**, Blackwell, Oxford, 1986, pp. 307-19.

_____. The Structure and Content of Truth, **Journal of Philosophy** 87, 1990a, pp. 279-328.

_____. The Folly of Trying to Define Truth, **Journal of Philosophy** 93, 1996, pp. 263-278.

_____. Meaning, Truth and Evidence, in: **Perspectives on Quine**, ed. by R. B. Barrett and R. F. Gibson. New York: Oxford University Press, 1990a, pp. 68-69.

_____. **Quine's Externalism**. Grazer Philosophische Studien, 66 (2003), 281-297.

GIBSON, R. **The Philosophy of W. V. Quine: An Expository Essay**. Tampa: University of South Florida Press, 1982.

_____. **The Cambridge Companion to Quine**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. **Enlightened empiricism**. Tampa: University of South Florida Press, 1988.

_____. **Quine and Davidson: Two Naturalized Epistemologists**, Inquiry, vol. 37, 1994, pp. 449-63.

GREIMANN, Dirk. Davidson's Criticism of the Proximal Theory of Meaning. **Principia**. Vol. 9, 2005, pp. 73-86.

HYLTON, P. **Quine**. Routledge, New York, 2007.

QUINE, W. V. O. **Word and Object**. Cambridge, Mass: Technology Press of the Massachusetts Institute of Technology, 1960.

_____. **Ontological Relativity and Other Essays**. New York: Columbia University Press, 1969.

_____. **The roots of reference**. La Salle, III: Open Court, 1973.

_____. On empirically equivalent systems of the world. **Erkenntnis**, v. 9, p.313-328. 1975.

_____. Epistemologia Naturalizada. In: LOPARIÉ, A. (Trad.) **Col. Os Pensadores: Ryle/Austin/Quine/Strawson**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (pp. 163-175).

_____. Dois Dogmas do Empirismo. In: LIMA, M. (Trad.) **Col. Os Pensadores: Ryle/Austin/Quine/Strawson**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (pp. 237-254)

_____. Objetos Proposicionais. In: LOPARIÉ, A. (Trad.) **Col. Os Pensadores: Ryle/Austin/Quine/Strawson**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (pp. 207-219)

_____. **Theories and things**. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

_____. Three Indeterminacies. In: BARRETT, R.; GIBSON, R. **Perspectives on Quine**. Oxford: Blackwell, p. 01–16, 1990a.

_____. **The pursuit of truth**. Cambridge MA: Harvard University Press, 1990b.

_____. Two Dogmas in Retrospect. In: **Canadian Journal of Philosophy**, v. 21, n. 3 p. 265–274, 1991.

_____. Progress on Two Fronts. In: **The Journal of Philosophy**, v. XCIII, p. 159–163, 1996.

_____. Mind and Verbal Dispositions. In: **Mind and language**. Samuel Guttenplan, Oxford: Oxford University Press, p. 83–95, 1975.

_____. **From stimulus to science**. Cambridge MA: Harvard University Press, 1995.

_____. *In praise of observational sentences*. **The Journal of Philosophy**, v. XC, n 3, p. 107-116, março, 1993.

_____. Where do we disagree? In: SCHILPP, Paul Arthur; HAHN, Lewis Edwin. **The philosophy of Donald Davidson**. Illinois: Open Court, 1999. p. 73-86.

_____. **Palavra e objeto**. Trad. STEIN, S. A. e MURCHO, D. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

SEVERO, R. P. O princípio de não-contradição é revisável? In: **Barbarói**. n. 26, jan./jun. 2007, pp. 21-44.

STEIN, S. I. A. **Van Orman Quine**: Epistemologia, Semântica e Ontologia. London: College publications, 2009.

VELLOSO, Araceli. Quine e Davidson: estimulação distal ou proximal? In: **Philosophos**, vol. 10, n. 2, 2005, pp. 57-86.